



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande
do Sul

Onde tem escola,

tem política

Um Guia Didático de Apoio a
Discussões Políticas em Sala de Aula

Luiz Felipe Kopper da Silva
Maria Augusta Martiarena de Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – *CAMPUS* PORTO ALEGRE
Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica

ONDE TEM ESCOLA, TEM POLÍTICA
UM GUIA DIDÁTICO DE APOIO A DISCUSSÕES POLÍTICAS EM SALA DE AULA

Produto educacional desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Porto Alegre, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Projeto de Pesquisa: “Educação Política: uma discussão necessária na busca por uma educação integral”

Mestrando: Luiz Felipe Kopper da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Porto Alegre

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586o Silva, Luiz Felipe Kopper da.
Onde tem escola, tem política: um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula. / Luiz Felipe Kopper da Silva; coautora: Maria Augusta Martiarena de Oliveira – Porto Alegre: 2020.

ISBN: 978-65-86734-04

Recurso Digital: Formato [ebook]

Produto Educacional (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2020. Coautora: Profª Drª. Maria Augusta Martiarena de Oliveira.

1. Educação. 2. Política. 3. Ensino-aprendizagem. 4. Democracia. I. Oliveira, Maria Augusta Martiarena de. II. Título.

CDU: 37

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional De Educação
CF/88	Constituição Federal
DC	Democracia Cristã
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
LDB/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei n.º 9.394/96)
MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEF	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PR	Partido da República
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PP	Partido Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro

PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
QE	Quociente Eleitoral
QP	Quociente Partidário
REDE	Rede Sustentabilidade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 A REFLEXÃO POLÍTICA EM SALA DE AULA: UMA NECESSIDADE LEGÍTIMA	9
2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO?	13
2.1 A Constituição Federal.....	14
2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	15
2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais	17
2.4 A Base Nacional Comum Curricular – BNCC	19
3 A POLÍTICA NA PRÁTICA: DISCUTINDO CONCEITOS E REALIDADES	39
3.1 Afinal, o que é política?.....	43
3.2 O Progressismo	45
3.3 O Conservadorismo.....	46
3.4 A Esquerda.....	47
3.5 A Direita	48
3.6 Notas Sobre a Esquerda e a Direita	50
3.7 A Política da Terceira Via.....	51
3.8 O Republicano	52
3.8.1 E o Partido Republicano?.....	52
3.9 O Democrata	54
3.9.1 E o Partido Democrata?.....	54
3.10 As Formas de Estado: A Monarquia	55
3.11 As Formas de Estado: A República	57
3.12 As Formas de Governo: O Presidencialismo	58
3.13 As Formas de Governo: O Parlamentarismo	59
3.14 As Formas de Governo: O Anarquismo.....	61
3.15 O Sistema de Votos no Brasil.....	63
3.15.1 O Sistema Eleitoral Majoritário.....	63
3.15.2 O Sistema Eleitoral Proporcional.....	64
3.15.3 Curiosidades e mitos sobre o sistema de votos brasileiro.....	65
3.16 Partidos Políticos	68
3.16.1 Metodologia de apresentação dos partidos políticos brasileiros	69
3.16.2 Partido Republicano Brasileiro – PRB.....	71
3.16.3 Partido Progressista – PP	72
3.16.4 Partido Democrático Trabalhista – PDT	73
3.16.5 Partido dos Trabalhadores – PT	75
3.16.6 Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	76

3.16.7 Movimento Democrático Brasileiro – MDB.....	78
3.16.8 Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU	79
3.16.9 Partido Social Liberal – PSL.....	81
3.16.10 Rede Sustentabilidade – REDE	82
3.16.11 PODEMOS.....	83
3.16.12 Partido Social Cristão – PSC	85
3.16.13 Partido Comunista Brasileiro – PCB.....	86
3.16.14 Partido da República – PR	87
3.16.15 Partido Popular Socialista – PPS	89
3.16.16 DEMOCRATAS.....	90
3.16.17 Democracia Cristã – DC.....	91
3.16.18 Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB	93
3.16.19 Partido da Causa Operária – PCO	94
3.16.20 NOVO.....	96
3.16.21 Partido Humanista da Solidariedade – PHS.....	97
3.16.22 Partido da Mobilização Nacional – PMN	98
3.16.23 Partido da Mulher Brasileira – PMB	100
3.16.24 Partido Trabalhista Cristão – PTC.....	101
3.16.25 Partido Socialista Brasileiro – PSB.....	102
3.16.26 Partido Verde – PV.....	104
3.16.27 Partido Republicano Progressista – PRP	105
3.16.28 Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.....	107
3.16.29 Partido Socialismo e Liberdade – PSOL	108
3.16.30 PATRIOTA	109
3.16.31 Partido Pátria Livre – PPL.....	111
3.16.32 Partido Social Democrático – PSD.....	112
3.16.33 Partido Comunista do Brasil – PCdoB.....	113
3.16.34 AVANTE	115
3.16.35 SOLIDARIEDADE	116
3.16.36 Partido Republicano da Ordem Social – PROS	117
4 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
NOTAS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

APRESENTAÇÃO

Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar! (Freire, 2014, p. 40)

Caro(a) leitor(a),
Este Produto Educacional é parte integrante de pesquisa intitulada “Educação Política: Uma discussão necessária na busca por uma educação integral”, desenvolvida através do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e orientada pela Professora Doutora Maria Augusta Martiarena de Oliveira.

O presente material textual, ao qual denominamos Guia Didático de Apoio A Discussões Políticas em Sala de Aula, foi escrito para auxiliá-lo(a) a trabalhar, de forma prática e consistente, alguns tópicos fundamentais da política. As práticas pedagógicas expostas aqui são indicadas, preferencialmente, para turmas do Ensino Médio, entretanto, como poderá ser percebido, determinados tópicos poderão ser trabalhados também com turmas de Ensino Fundamental ou Ensino Superior, bem como poderá servir de base para uma discussão informal na sala do cafezinho.

Neste texto, quando utilizarmos a palavra “política”, estamos nos referindo a seus aspectos mais práticos e aplicados às nossas realidades: assim, traremos ao debate conceitos como Esquerda e Direita, Conservadorismo e Progressismo, partidos políticos brasileiros (o que defendem e o que combatem), sistema de votos majoritário e proporcional, formas de Estado e de governo, dentre outros. Cabe aqui notar que temas políticos são multidisciplinares, previstos em componentes curriculares específicos e transversais. Por isso mesmo é que este material textual poderá ser adotado por educadores(as) das mais variadas áreas ou, até mesmo, por profissionais atuantes em outras funções na escola, como pedagogos(as), psicólogos(as) e orientadores(as) educacionais, por exemplo.

O(a) leitor(a) mais atento irá perceber que buscaremos uma aproximação ao debate ideológico e – admitimos – é nosso objetivo adentrar nesta seara polêmica, vista quase como tabu em nossa sociedade (e salas de aula). Política, para alguns, não se discute. Para nós, política se discute sim. Afinal, de que outra maneira

formaremos em nossas escolas cidadãos críticos em suas ações, se não lhes proporcionarmos uma educação igualmente crítica, e que lhes apresente, por exemplo, a bandeira ideológica defendida por um partido ou ala política? E de que forma este educando poderá, de forma autônoma, optar por um ou outro viés, se ele não souber o que defendem os diferentes vieses ou, pior, se tiver sido apresentado a apenas um lado (quer esquerda, quer direita), e entender esta percepção como verdade absoluta?

Há de se ficar claro, ao longo das próximas páginas, que não estamos aqui incentivando que o(a) profissional da educação utilize o espaço escolar para defender um único viés, ou tolher a liberdade de expressão de um(a) colega ou educando(a) que expressar interesse contrário ao seu. Vale notar, e isso também se evidenciará no decorrer deste texto, que adotamos como referencial teórico as lições e ensinamentos que o nosso Patrono da Educação nos legou. Sendo assim, o preceito principal que rege este texto, e a consequente atuação didática esperada no trato destas temáticas políticas, pode ser resumido através das seguintes palavras:

É por isso que o problema real que se nos coloca não é o de insistir numa teimosia sem sucesso – e de afirmar a neutralidade impossível da educação, mas, reconhecendo sua politicidade, lutar pela postura ético-democrática de acordo com a qual educadoras e educadores, podendo e devendo afirmar-se em seus sonhos, que são políticos, se impõem, porém:

- 1) deixar claro aos educandos que há outros sonhos contra os quais, por várias razões a ser explicadas, os educadores ou educadoras podem até lutar;
- 2) que os educandos têm o direito de ter o dever de ter os seus sonhos também, não importa que diferentes ou opostos aos de seus educadores.

(FREIRE, 2014, p. 44)

Por isto tudo, este material textual está dividido em quatro partes: na primeira, apresentamos os aspectos introdutórios ao objetivo do texto, explanando sobre a importância de se preparar educandos conhecedores da política prática que lhe cerca. Logo em seguida, destinaremos um capítulo para a reflexão sobre os parâmetros legais que norteiam a educação brasileira, discutindo especificamente o que tais normas legais pensam sobre a política em sala de aula. Nosso objetivo, com isso, é demonstrar que a discussão desta temática não apenas é prevista nas legislações educacionais brasileiras como é bastante incentivada. Na terceira parte, conforme citado anteriormente, traremos conceitos diversos ligados à política, tentando contextualizá-los, exemplificá-los e resgatá-los do senso comum em que caíram em nossa sociedade contemporânea. Também nesta parte, apresentaremos os 35 partidos políticos existentes em nosso país, todos expostos conforme eles mesmos se exibem, ou seja, a partir de seus próprios documentos legais (como

Estatutos, Manifestos, Programas Partidários, sítios eletrônicos, etc.). Finalmente, na quarta e última parte, iremos demonstrar algumas atividades pedagógicas que realizamos junto aos educandos dos 3º anos do Ensino Médio Integrado – cursos de Agropecuária, Informática e Mecânica – do IFRS – *Campus Ibirubá*, como forma de visualização de possibilidades práticas e possíveis para o debate da temática política.

Como todo projeto acadêmico, este estudo encontra-se inacabado, invariavelmente desatualizado, mas, ao mesmo tempo, contemporâneo e necessário. Espera-se que novas ideias sejam a ele agregadas, desenvolvidas, realizadas. Mas, acima de tudo, espera-se que este Guia Didático de Apoio A Discussões Políticas em Sala de Aula possa, de alguma forma, contribuir. Contribuir na prática docente, em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Contribuir na conversa de corredor, na cantina, em espaços de educação formais ou informais. Que possamos todos e todas cooperar no letramento político de nossos educandos, formando uma sociedade livre de preconceitos, dogmas políticos e de discursos de ódio. Enfim, desejamos, hoje mais do que ontem e muito menos do que amanhã, uma sociedade de cidadãos críticos, autônomos e livres em sua autoafirmação.

1 A REFLEXÃO POLÍTICA EM SALA DE AULA: UMA NECESSIDADE LEGÍTIMA

[...] não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa. (Freire, 2014, p. 113)

Vivemos numa sociedade estranha. Complexa, para se dizer o mínimo. Uma sociedade onde muito se discute assuntos políticos – na Internet, principalmente – e onde a maior parte das pessoas possui uma opinião muito forte em relação a tais debates. Mas, opinião muito forte e embasada? Não. Apenas forte. E é aqui que reside a complexidade citada no início do parágrafo.

Debates políticos desembasados e descontextualizados, abundantes em verdades absolutas ou ricos em discursos de ódio. Nada é em vão, é claro. Este cenário se constituiu assim historicamente e se amplificou nos últimos anos, decorrente principalmente dos escândalos de corrupção, dos jogos e artimanhas políticas e da situação econômica e social a que o país foi conduzido.

Mas, e a escola com isso tudo? Deveria a educação se preocupar com a política, ou a ela restaria apenas a transmissão de conteúdos? Bem, recordemos Freire (2014, p. 120), que dizia que “[...] os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas”. Por isso, não é uma questão de “se” a escola deva se envolver, mas sim de que forma irá se envolver e com que abrangência o fará.

Em um mundo de polarizações e desestabilidade política, a vontade de discutir soluções e possibilidades é infinita, mas demanda, contudo, conhecimento acerca dos assuntos básicos inerentes ao tema. Em uma pesquisa conduzida junto ao IFRS – *Campus Ibirubá*, conversamos com 38 estudantes, entre 17 e 20 anos, que indicaram, majoritariamente, as redes sociais (38%), telejornais (24%) e instituição de ensino / professor(a) (18%) como suas principais fontes de informações políticas. Chama a atenção que 71% destes(as) educandos(as), na pergunta seguinte, afirmaram não terem a confiança necessária para uma discussão política, com base nos conceitos que depreendem destas fontes de informações.

E se ainda não ficou evidente a importância da escola na ação de socialização política destes(as) jovens, vejamos o que os(as) estudantes demandam das instituições de ensino, conforme o Quadro 1, infracitado:

Quadro 1 - A importância da política em espaços escolares

Você acha importante a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula?		Em sua opinião, em se tratando de política partidária, deveria haver mais espaço para abordagem em sala de aula?	
Sim	97%	Sim	68%
		Não	13%
Não	3%	O espaço atual, destinado ao tema, atende às necessidades	16%
		Não sabe ou não respondeu	3%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Notemos, com as informações apresentadas, que estes alunos(as) desejam, em sua imensa maioria, o debate acerca de temas políticos e sociais em sala de aula. Não obstante, a segunda pergunta buscava saber se a reflexão partidária seria também bem-vinda e, ratificando o posicionamento visto na questão anterior, percebemos que estes(as) jovens esperam da escola uma educação realmente crítica e transformadora.

Aliado a isto, muitos estudiosos do campo da educação vêm enfatizando a necessidade de a escola prover os meios necessários à compreensão das interações sociais, com vistas à preparação para o exercício pleno da cidadania. Saviani (2007, p. 160), por exemplo, entende que devemos, na condição de instituição de ensino, oportunizar aos(às) nossos(as) educandos(as) um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos e, entre estes, o acesso às ciências sociais, pelas quais se poderiam compreender as relações entre os homens.

Ramos (2007, p. 4) também destaca a importância do tema ao dizer que “[...] outra dimensão da vida que precisa estar integrada aos processos formativos é a cultura: valores e normas que nos orientam e nos conformam com um grupo social. [...]”. Por isso, quando falamos em uma educação integral estamos objetivando um ensino que forme um cidadão capaz de atuar criticamente em sociedade, de forma autônoma, com os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Freire (2017) nos alerta para que superemos a tradicional concepção bancária da educação, em que vemos nossos(as) alunos(as) como receptores(as) que acolherão de forma passiva os depósitos que estão previstos para ocorrer ao longo do ano letivo. No lugar deste tipo de percepção educativa, o autor pensa em outra: contextualizada com a realidade social, problematizadora, desveladora de verdades. Com isso, quando a escola assume seu papel efetivo de esclarecer e iluminar as ações e explicar os motivos que fazem os sujeitos agirem de uma forma e não de outra, temos uma possibilidade de caminhar em direção à constituição de um novo

ser humano, crítico e autônomo, capaz de praticar uma ação transformadora em sua realidade social.

A escola, então, não pode se contentar em abrir as portas para as salas de espera, onde as verdadeiras portas de entrada são distribuídas (BECK, 2011). Não pode formar cidadãos(ãs) conformados(as) com suas perspectivas sociais, naturalizados(as) em preconceitos contrários e a favor de suas existências. Portanto, para atingirmos de fato uma democracia estabelecida, em que nossos cidadãos(ãs) sejam conscientes de seus direitos e os transformem em realidade, precisamos antes de uma atuação no sentido de que estes sujeitos adquiram um letramento político, “[...] uma compreensão da política e instituições políticas diferentes daquelas da sociedade que ainda caminha nessa direção.” (BECK, 2011, p. 288).

Ora, a educação política pavimenta a vida em sociedade, dela se ramificando muitas ações e decisões que implicam toda uma realidade social. Mesmo notando sua primazia, percebemos ainda que a discussão política formal é tratada como um tabu dentro da escola. Para tentar compreender os motivos para tanto, aplicamos um questionário junto a 295 educadores(as) do IFRS, compreendendo todas as grandes áreas do ensino. O Quadro 2 nos auxilia a entender por que é tão difícil conduzir esta temática dentro das escolas:

Quadro 2 - Principais dificuldades na abordagem de temas políticos em sala de aula

Principais Dificuldades	Número de vezes em que foi citada¹	Percentual Correspondente
Não me sinto confortável em abordar este tipo de assunto	57	12,87%
Não possuo formação na área	54	12,19%
Tenho receio quanto à reação que colegas e alunos teriam se eu tratasse de temas políticos	53	11,96%
Não visualizo uma sistemática clara para trabalhar temas políticos em sala de aula	50	11,29%
Temas políticos não podem ser contextualizados com a minha disciplina	44	9,93%
Já possuo muito conteúdo para repassar. Não teria tempo para outras abordagens que não estivessem diretamente relacionadas à minha disciplina	29	6,55%
Os alunos não teriam interesse neste tipo de abordagem	15	3,39%
Não concordo que este tipo de assunto deva ser trabalhado na escola	10	2,26%
Não possuo dificuldades em abordar temas políticos em sala de aula	131	29,57%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Conforme podemos depreender através do Quadro 2, muitos profissionais da educação não se sentem confortáveis ao tratar de temas políticos em sala de aula (12,87%), e outros tantos (11,96%) receiam quanto à reação que colegas e alunos teriam neste tipo de abordagem. Neste ponto, o crescimento de pautas

conservadoras² que buscam a homogeneização de atitudes e crenças pesa sobre a atividade docente, levando a crer que uma reflexão de cunho político – ou até mesmo de problemas sociais rotineiros – possa ser interpretada como doutrinação.

Outros aspectos também podem ser destacados, como as justificativas de falta de formação na área (12,19%) ou a não visualização de uma sistemática clara de trabalho de temas políticos em sala de aula (11,29%). A estes pontos, devemos recordar que a política é tema transversal e multidisciplinar, não ficando isolada para o trato em um componente curricular específico. Apesar disso – e aliado a todas as formas de pressão que a classe docente sofre na rotina de suas atividades (falta de infraestrutura adequada; carga horária elevada; pouco tempo de preparação para as aulas; remuneração incompatível com a função social exercida; baixas perspectivas de formação continuada; pressões externas, etc.) –, compreendemos que se deva propor um norte, uma forma clara para que possam trabalhar esta temática em espaços de educação.

Nas próximas páginas, iremos apresentar um rol de legislações que não apenas permite aos(às) docentes a reflexão destas pautas caras a uma formação cidadã, crítica, autônoma e criativa em espaços educacionais, como também incentiva esta conduta. Também traremos alguns conceitos fundamentais deste meio, assim como a apresentação dos partidos políticos que atuam em nosso país. Faremos isso recordando, uma vez mais, as palavras do nosso patrono da educação, que diz que “Não há crescimento democrático fora da tolerância que, significando, substantivamente, a convivência entre dessemelhantes, não lhes nega contudo o direito de brigar por seus sonhos.” (FREIRE, 2014, p. 22).

2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO?

E por formação entendiam treinamento. É exatamente isto o que sempre interessou às classes dominantes: a despolitização da educação. Na verdade, porém, a educação precisa tanto da formação técnica, científica, profissional quanto do sonho e da utopia. (Freire, 2013, p. 49)

O presente capítulo tratará de tranquilizar àqueles(as) educadores(as) que, de alguma forma, sintam-se coagidos(as) a passar ao largo de qualquer forma de reflexão política – como se fosse possível tal conduta –, quando em sua prática docente. Buscaremos aqui resgatar a confiança destes(as) profissionais, para que possam contribuir para uma ação transformadora, afastando certas ameaças que pairam sobre a atividade pedagógica.

Faremos isso de uma forma clara, e óbvia. Na verdade, deveria ser óbvia... se bem que se fosse assim tão evidente, nem mesmo nos daríamos ao trabalho de destacar o que se segue. Mas, no atual estado de coisas, em que, como destacamos lá no primeiro parágrafo do capítulo anterior, vivemos em uma sociedade estranha e complexa, resta necessário evidenciar certas obviedades. E aqui o faremos de uma forma legal. No sentido objetivo da palavra: através de legislações³.

Para iniciarmos, vejamos a seguinte citação: “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor [...] se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional [...]” (ESCOLA, [201-?]). Este é um trecho coletado no site do movimento “Escola Sem Partido” – ESP, entidade que busca transformar em lei seus ideais, dentre eles e principalmente, a prática de doutrinação escolar e a retirada de discussões em espaços escolares que, de alguma forma, atentem contra “[...] o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.” (PROGRAMA, c2019).

Devemos todos(as) perceber, entretanto, que o ESP não se configura como uma norma legal vigente em qualquer das esferas de nosso país – pelo menos, não ainda. É necessário tal destaque, pois precisamos ter ciência do que um movimento

como este busca levar para os bancos escolares. Como dito, apesar de ainda não ser ato legal instituído, o programa já vem sendo discutido em diversas casas legislativas, como, por exemplo, na Câmara dos Deputados⁴, nas Assembleias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro⁵ e São Paulo⁶, nas Câmaras Municipais da cidade do Rio de Janeiro/RJ⁷ ou Foz do Iguaçu/PR⁸, dentre diversos outros entes legislativos.

Sobre o movimento ESP, contudo, não faremos uma análise pormenorizada nestas páginas⁹, dado tanto ao caráter de suas propostas quanto a um dos objetivos fundamentais deste Guia: informar o(a) leitor(a) com base teórica fundamentada em legislações educacionais vigentes em nosso país. Isto não significa dizer, por outro lado, que, vez que outra, não seja imperioso citá-lo como forma de contrargumentar suas declarações.

Como dissemos acima, refutaremos as ameaças que atentam contra a educação com bases legais. Estamos numa sociedade dita democrática, e, por isso mesmo, entendemos que nenhum movimento ou entidade possa estar acima do que apregoa nossas legislações. E é sobre elas que passaremos agora a discorrer.

2.1 A Constituição Federal

Em 1988, ao promulgar a nossa atual Constituição Federal (Figura 1), os membros da Assembleia Nacional Constituinte instituíam, uma vez mais, um Estado Democrático em nosso país. A carta magna, precedida por amplas discussões, trazia em seus artigos a previsão de direitos e garantias fundamentais nas mais diversas áreas. O texto final, desta forma, foi pensado e discutido para assegurar

[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988)

Figura 1 - Constituição da República Federativa do Brasil (1988)



Fonte: Wikipedia.¹⁰

A educação também ganha destaque nesta nova perspectiva adotada pela atual carta constitucional. A partir do artigo 205, o legislador torna claro o sentido que se quer dar ao ensino, entendendo que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Sobre isto, fazemos o seguinte questionamento: como preparamos alguém para seu pleno desenvolvimento e correta inserção na vida social, sem contextualizar temas que lhe são caros para a vida real? Como destaca Paulo Freire (2013), a escola não pode se resumir a ensinar a leitura da palavra, se não ensinar a leitura do mundo. Mas, vamos seguir em frente, e deixar ainda mais claro o pensamento do legislador sobre esta temática.

2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Em acordo com esta nova ótica contida na Constituição de 1988, a Lei n.º 9.394/1996 (LDB/96) é publicada em 1996, e estabelece as novas diretrizes e bases da educação nacional. Chamamos a atenção para o fato de que, ao tempo da lei de diretrizes e bases da década de 1970 (Lei n.º 5.692/1971), era conferido à escola a preparação de estudantes para o atendimento das demandas do mercado de trabalho por profissionais de nível médio. Na nova legislação, a perspectiva educacional se volta para a formação do(a) educando(a) em sua totalidade, dando

grande destaque à sua preparação política e social, conforme podemos observar, principalmente, nos seguintes excertos:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, **assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania** e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

[...]

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

[...]

II - a **compreensão do ambiente natural e social, do sistema político**, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

[...]

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica [...] terá como finalidades:

[...]

II - a **preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando**, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o **aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico**; [...] (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Perceba, caro(a) leitor(a), que é a nossa maior lei educacional quem determina que a escola precisa preparar o educando para a cidadania plena, inclusive com os ensinamentos necessários para possibilitar a compreensão acerca do ambiente social e sistema político em que este(a) estudante se insere. Ainda, ao tratar do tema, a LDB/96 nos lembra que é finalidade do Ensino Médio a formação ética do(a) estudante, preparando-o(a) para que possa se constituir em um cidadão ou cidadã autônomo(a), com um pensamento crítico em relação aquilo que se passa ao seu redor.

Assim, acabamos por rebater um dos principais argumentos que o ESP utiliza para cercear o direito de expressão de nossos(as) educadores(as). Segundo este movimento, “Não haveria nada de errado [em querer despertar a consciência crítica dos alunos], se esse ‘despertar da consciência crítica’ não consistisse apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes.”¹¹ O ESP, adotando linguajar impróprio para um movimento que busca se constituir em norma legal, demonstra desconhecer o básico da legislação educacional corrente em nosso país.

Mas, uma vez mais, prosseguiremos em nosso estudo, dando vistas agora a alguns documentos que, se não possuem a força impositiva de lei, são adotados amplamente como norte curricular para a Educação Básica.

2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM foram instituídos com o intuito de aperfeiçoar a prática didática em sala de aula, e são entendidos a partir de um processo de construção continuada em que, baseado em sua aplicabilidade prática, poderão ser revistos e aperfeiçoados (BRASIL, 2000). Neste espaço, iremos dar atenção a alguns dos Parâmetros publicados no final dos anos 1990, conforme citações diretas e indiretas a serem postas em momento oportuno. Porém, o que precisa ficar claro desde já é que, a partir destas orientações, ao Ensino Médio é dado um novo sentido:

O novo ensino médio, [...] deixa de ser, portanto, simplesmente preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir necessariamente a responsabilidade de completar a educação básica. Em qualquer de suas modalidades, isso significa **preparar para a vida, qualificar para a cidadania** e capacitar para o aprendizado permanente, em eventual prosseguimento dos estudos ou diretamente no mundo do trabalho. (BRASIL, 1999, p. 8-9, grifo nosso)

O foco em torno da palavra cidadania, aliás, não é meramente discursivo, e será acentuado no decorrer de todo o processo orientativo trazido pelos PCNEM e, antes disso, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCNEF. Esta nova escola proposta por estes documentos da Educação Básica traçam todo o currículo a partir do elemento cidadania, tornando-a eixo vertebrador da educação escolar. Segundo os PCNEF que apresentam os Temas Transversais – Ética,

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a **valores**, mas também a **conhecimentos** que permitam **desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva**. (BRASIL, 1997, p. 23, grifo nosso)

Na mesma linha, os PCNEF – Temas Transversais, estabelecem que

A educação para a cidadania requer que **questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos**, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. [...]. (BRASIL, 1998, p. 25, grifo nosso)

Notemos, então, que a nova perspectiva educacional trazida à prática no final do século XX refletia aquela ótica cidadã almejada quando da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Aquela antiga visão de educação tradicional, fragmentada, descontextualizada e que se resumia apenas a transmitir conteúdos, parece, finalmente, ter ficado para trás. Em seu lugar, as novas normas legais estabelecem esta versão interdisciplinar, acompanhada de contextualizações de

situações vividas na realidade. A intencionalidade é clara: além de formar competências específicas, tanto na vida social quanto na produtiva, espera-se fomentar nos educandos senso crítico capaz de lhes estimular o raciocínio e a capacidade de aprendizado, proporcionando-lhes uma participação efetiva na vida em sociedade, bem como permitindo a estes que se posicionem quanto a escolhas e proposições e possibilitando que saibam argumentar e comunicar-se com os outros. (BRASIL, 1999; 2000).

Cumprido ressaltar que a reflexão a respeito de temas afetos à nossa realidade social – dentre estes a política e tudo que lhe permeia – ganha um novo patamar a partir deste apanhado de legislações e orientações do final dos anos 1990, que vão se somando uma a uma. Neste sentido, também destacamos o surgimento dos temas transversais e da parte diversificada do currículo escolar.

Assim, consideram-se temas transversais a Ética, a Pluralidade Cultural, o Meio Ambiente, a Saúde, a Orientação Sexual e o Trabalho e Consumo. Tais componentes deverão permear todo o currículo, encontrando formas de articular a escola e a comunidade que lhe envolve (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998). No mesmo sentido, o legislador classifica como componente curricular obrigatório, pertencente à parte diversificada do currículo, a educação alimentar e nutricional; o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso; a educação ambiental; a educação para o trânsito e a educação em direitos humanos (BRASIL, 2011, p. 47).

Lembrar: essa parte diversificada do currículo escolar da Educação Básica é pensada para atender as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos(as) educandos(as).

Percebemos, portanto, que são vastas as possibilidades de discussões que envolvam as temáticas políticas e que nossos documentos legais não apenas aprovam como incentivam tais reflexões. E não é apenas isso: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB n.º 05/2011) esclarecem que a parte diversificada não é algo imposto às escolas, que possuem autonomia para trabalhar aquelas pautas que lhes são mais pertinentes. Por isso,

[...] outros componentes complementares, a **critério dos sistemas de ensino e das unidades escolares** e definidos em seus projetos político-pedagógicos, **podem ser incluídos no currículo**, sendo tratados ou como disciplinas ou com outro formato, preferencialmente, de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2011, p. 47-48, grifo nosso)

No mesmo sentido, os conteúdos trazidos nos PCN, bem como as metodologias a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem e formas

avaliativas também são entendidas como de organização flexível. Nesta seara, os Parâmetros devem ser entendidos como uma indicação de direção a ser seguida, mas não como uma obrigatoriedade a que os sistemas de ensino devam se reportar. (BRASIL, 2000).

Claro que não podemos desconsiderar que exista uma infinidade de conteúdos – além das temáticas que aqui propomos – que também poderiam ser abordados no currículo escolar, a partir desta autonomia conferida às escolas. Também não deixamos de lado o fato de a grade curricular a que o(a) educador(a) precise atender ao longo do ano letivo já seja bastante inchada. Entretanto, ao mesmo tempo, não nos abstermos de considerar que a previsão formal da possibilidade de se incluir nos currículos temas mais próximos à realidade concreta da escola seja um significativo avanço quando em comparação com outras formas de currículo já impostas aos sistemas de ensino, em outras oportunidades.

A análise das diversas possibilidades de inserção do debate político e social nos componentes curriculares, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é bastante ampla. Não será examinado, neste espaço, as disciplinas de uma forma individualizada¹², pois já se pode perceber, frente ao todo exposto, que temas vinculados à cidadania precisam atravessar todo o currículo escolar, quer seja perpassando disciplinas mais afeitas à reflexão cidadã (História, Geografia, Sociologia e Filosofia, por exemplo), quer sejam componentes curriculares ditos rígidos (Matemática e Química, por exemplo).

No próximo item, jogaremos um pouco de atualidade sobre o tema, analisando o que diz a nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

2.4 A Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Antes de ingressarmos na análise da BNCC¹³, cumpre fazermos um breve parêntese quanto à diferença entre a Base e aquilo que é disposto nos PCN. De acordo com Guimarães e Semis (2017), a Base é confeccionada a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, determinando com maior clareza os objetivos de aprendizagem previstos para cada ano letivo. A BNCC e os PCNs coexistirão, sendo a primeira de caráter obrigatório que “[...] deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas [e] também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e

privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (BASE, [2018?]), e os últimos assumindo função norteadora não obrigatória.

A BNCC se orienta pelos princípios éticos, políticos e estéticos definidos pelas DCN, possuindo “[...] caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.” (BASE, [2018?]).

Mesmo publicada mais de duas décadas depois da nossa atual LDB, a BNCC (Figura 2) mantém-se alinhada com aquela perspectiva democrática, tendo o ser humano em um primeiro plano (diga-se, ao menos na letra fria do documento). De acordo com o texto, “[...] a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...]”, visando “[...] à formação e ao desenvolvimento humano global [...] [e] rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva”. (BASE, [2018?]; BRASIL, 2018, p. 14).

De início, já fica claro que, apesar das mudanças radicais das ideologias políticas que governam o país, as legislações educacionais mantiveram, em seus textos, ótica bastante próxima ao intento de uma formação humana dita integral, com a busca constante pelo desenvolvimento crítico do(a) educando(a), da mesma forma que havia ocorrido em finais dos anos 1990.

Figura 2 – Base Nacional Comum Curricular homologada em 2018



Fonte: BNCC¹⁴.

Chamamos a atenção para o fato de que a BNCC reconhece o compromisso da educação com “[...] o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2018, p. 16). Neste trecho, não apenas contrapomos o posicionamento do Escola Sem Partido com uma legislação normativa obrigatória e atualíssima, como enterramos de vez um dos principais deveres que o movimento espera imputar à classe docente: “[Dever 5]: O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.” (PROGRAMA, c2019). Para o ESP, portanto,

[...] o professor deve se abster de veicular conteúdos e **realizar atividades de cunho religioso ou moral** que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou responsáveis pelos estudantes, o que compreende, evidentemente, **questões relacionadas à moral sexual**. A violação a esse dever de abstenção expõe o professor ao risco de responder, pessoalmente, nos termos da lei civil, pelos danos que vier a causar ao estudante ou sua família. (PROGRAMA, c2019, grifo nosso).

Ora, por mais inapropriado que o movimento ESP possa ser, nos dias atuais, ao censurar a conduta de certos(as) docentes que receiam retaliações de ordens diversas, vai contra o disposto na BNCC aquilo que o programa idealiza. Anterior a esta normativa, talvez até pudesse restar alguma dúvida quanto à possibilidade de se discutir em sala de aula questões de cunho moral, social ou afetivo, dado que os PCN remetiam ao final do século passado, em um contexto em que predominava outro viés político e ideológico. Entretanto, a questão muda de figura e se solidifica ainda mais em favor à reflexão que aqui propomos quando sucessivos governos se posicionam contrários à educação fragmentada e descontextualizada que outrora vigorava.

Os temas transversais e componentes curriculares diversos também aparecem na BNCC. Além daqueles já citados anteriormente, outras pautas contemporâneas que afetam a vida humana em escala local, regional e global deverão ser contextualizadas, como: os direitos da criança e do adolescente; educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; saúde, vida familiar e social; educação para o consumo; educação financeira e fiscal; trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (BRASIL, 2018).

As possibilidades viáveis para uma reflexão sobre política e problemas sociais que nos cercam são bastante amplas na BNCC, em toda a Educação Básica. Veja na Educação Infantil, por exemplo, que um dos objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento é que bebês possam “Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos” (BRASIL, 2018, p. 45). Já para crianças pequenas, por outro lado, espera-se que possam “Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive” e “Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida” (ibid., p. 45-46). Percebemos uma preocupação bastante grande com aspectos como a empatia e a diversidade, procurando inculcar tais conceitos na formação destas crianças desde muito cedo.

Ao ingressarmos na delimitação do Ensino Fundamental presente na Base, notamos outra reprimenda do legislador contra formas de naturalização das diversas formas de violência. Veja:

[...] tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma **formação integral**, balizada pelos **direitos humanos e princípios democráticos**, é preciso considerar a necessidade de **desnaturalizar qualquer forma de violência** nas sociedades contemporâneas, **incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos** tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola. (BRASIL, 2018, p. 61, grifo nosso).

Este trecho é rico em informações e perspectivas. Enfim, contamos com um posicionamento forte da legislação contra as velhas e novas formas de violência a que somos diariamente apresentados em nossa convivência social. Temos a exaltação da formação integral, assentada em princípios de direitos humanos e democráticos, e temos o reconhecimento de que existem formas de violência simbólica de certos grupos que precisam ser desnaturalizadas. Aqui, vemos o enfrentamento de preconceitos e dogmas que historicamente atentaram contra determinados segmentos raciais e sociais em nosso país. E, diferente daquelas ameaças que já citamos e que pairam sobre a educação, esta BNCC vem para somar forças no combate a estas práticas tão periclitantes à sociedade brasileira.

Entendemos que a Base possibilita e incentiva, de uma forma generalizada, o debate político e social em todas as disciplinas nela presentes, conforme já depreendemos dos diversos excertos até aqui apresentados. Entretanto, diferente do que fizemos quando da análise dos PCN, iremos destacar alguns componentes curriculares / grandes áreas presentes na BNCC, com ênfase naquilo que o legislador espera que o(a) educando(a) adquira de conhecimento e habilidades (na perspectiva, é claro, do objeto de pesquisa deste estudo). Como forma de sintetizar tais destaques, apresentamos, abaixo, um quadro-resumo¹⁵ (Quadro 3), com

algumas destas habilidades que a Base espera que o(a) estudante desenvolva no decorrer do Ensino Fundamental¹⁶:

Quadro 3 - Habilidades e Conhecimentos no Ensino Fundamental¹⁷

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
Linguagens	<ul style="list-style-type: none"> - preparar para a participação na sociedade, com o intento de se formar um quadro social mais justo, democrático e inclusivo. - produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação, através das diversas formas linguísticas existentes. - desenvolvimento da autonomia e consciência crítica, possibilitando a defesa de pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> - considerar os efeitos negativos presentes na Web, como o fenômeno da pós-verdade e as <i>fake news</i>, percebendo a escola como agente capaz de conduzir os(as) educandos(as) a uma análise crítica e autônoma dos conteúdos veiculados nestes espaços virtuais. - a escola precisa garantir o trato com a diversidade e com a diferença, considerando criticamente as novas práticas de linguagem e produções. Ao mesmo tempo, “[...] é preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários” (BRASIL, 2018, p. 68-69, grifo nosso). - o(a) educando(a) precisa ser capaz de realizar reflexões e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, baseado em leituras críticas. - “Refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, posicionando-se” (ibid., p. 73, grifo nosso). - no melhor sentido freireano¹⁸, a Base adota como estratégia o estabelecimento de relações entre textos e os conhecimentos prévios, vivências, valores e crenças dos(as) educandos(as). - a partir das interações sociais e meios de comunicação, o(a) estudante deverá ser capaz de se posicionar ética e criticamente com relação a informações, argumentos e opiniões manifestadas. Precisar, também, reconhecer conteúdos discriminatórios que firam direitos humanos e ambientais, bem como perceber o texto como lócus de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. - incentiva-se que os(as) estudantes consigam “argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando pontos de vista diferentes” (ibid, p. 127, grifo nosso).¹⁹ - estimula-se o uso de gêneros legais e normativos em sala de aula, proporcionando um espaço de discussão de textos que regulam a convivência em sociedade. Esta utilização objetiva a promoção da consciência e valorização de direitos, formando uma ética da responsabilidade. Também se pretende que os(as) estudantes compreendam o contexto da promulgação dos direitos humanos, políticas afirmativas e legislações que compõe, de uma forma geral, um estado democrático. - gêneros reivindicatórios também são encontrados nesta disciplina, a partir da exploração de canais de participação, inclusive digitais, e dando destaque às discussões e debates de ideias e propostas. O interesse reside em dar voz a discursos dissonantes – e não silenciá-los –, explicitando tais divergências, convocando para o debate, analisando e confrontado as diferentes vozes, como forma de proporcionar autonomia de pensamento, pautado, é claro, em fundamentos éticos. - espera-se que a classe discente possa “posicionar-se em relação a conteúdos veiculados em práticas não institucionalizadas de participação social, sobretudo àquelas vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e práticas próprias das culturas juvenis que pretendam denunciar, expor uma problemática ou ‘convocar’ para uma reflexão/ação, relacionando esse

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>texto/produção com seu contexto de produção e relacionando as partes e semioses presentes para a construção de sentidos” (ibid, p. 147). Na mesma linha, há o incentivo à produção, revisão e edição de “[...] textos reivindicatórios ou propositivos sobre os problemas que afetam a vida escolar ou da comunidade, justificando pontos de vista, reivindicações e detalhando propostas (justificativa, objetivos, ações previstas etc.)” (ibid.).²⁰</p> <p>- “Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos [...], propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios [...]”. (ibid., p. 149)²¹</p>
Arte	<p>- pretende-se que o(a) estudante consiga “[...] problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas”. (BRASIL, 2018, p. 198, grifo nosso)²²</p> <p>- é previsto a discussão, com respeito e sem preconceitos, de experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.²³</p> <p>- espera-se que sejam identificados e apreciados, de forma crítica, variadas formas e gêneros de expressão musical, “reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial, aqueles da vida cotidiana”. (ibid, p. 201)</p>
Educação Física	<p>- Também com um forte apelo social, a disciplina estabelece que uma de suas competências seja a identificação das formas de produção de preconceitos, bem como a compreensão de seus efeitos e o combate a posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e seus participantes.</p>
Língua Inglesa	<p>- A BNCC percebe a língua inglesa com enfoque em sua função social e política, tratando tal idioma pelo status de língua franca, isto é, desconectada da noção de pertencimento a um determinado território. Assim, pensando a disciplina sob um aspecto de interculturalidade, incentiva-se o reconhecimento e respeito às diferenças, buscando uma melhor compreensão de como tais diferenças são produzidas nas diversas práticas sociais de linguagem. Neste sentido, o componente curricular “[...] favorece a reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e de analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo.” (BRASIL, 2018, p. 242)</p>
Matemática	<p>- O componente curricular espera que o(a) educando(a) seja capaz de desenvolver e/ou discutir projetos que se proponham a abordar questões entendidas como de urgência social, se utilizando de “[...] princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários [e] valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.” (BRASIL, 2018, p. 267)</p> <p>- a Base incentiva a atuação interdisciplinar desta disciplina, principalmente no tocante a conceitos básicos da área de economia e finanças, cujo objetivo é a preparação para educação financeira dos(as) alunos(as).²⁴</p> <p>- é amplamente incentivada a leitura, interpretação e comparação de informações contidas em tabelas que envolvam pesquisas significativas (sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, dentre outros), de forma a que estes(as) estudantes possam se apropriar de linguagens probabilísticas e estatísticas para melhor compreender aspectos de suas realidades socioculturais.</p> <p>- incentiva-se a preparação do(a) educando(a) para uma análise crítica de gráficos divulgados pela mídia, com o objetivo de perceber eventuais movimentos de indução de opinião, erros de leitura ou interpretação de dados, bem como omissão de informações importantes ou utilização de escalas inapropriadas, dentre outros.</p>
Ciências da Natureza	<p>- Espera-se que desde muito cedo, já a partir do 1º ano, a escola discuta o reconhecimento da diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças, através da comparação de características físicas entre os(as) educandos(as).</p> <p>- os(as) estudantes devem ter condições de ser protagonistas em suas escolhas de posicionamentos, valorizando experiências pessoais e coletivas. Ainda, o autocuidado com o próprio corpo e o respeito ao corpo do outro, na perspectiva do</p>

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva, devem ser representados.</p> <p>- a habilidade EF08CI11 também traz à sala de aula a discussão das diversas dimensões da sexualidade. De acordo com a BNCC, no Objeto de Conhecimento “Sexualidade”, o(a) educando(a) deve ser capaz de “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2018, p. 349, grifo nosso).²⁵</p>
Ciências Humanas	<p>- a área de Ciências Humanas busca estimular uma formação ética, auxiliando os(as) estudantes a conferir sentido de valorização aos “[...] direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais” (BRASIL, 2018, p. 354, grifo nosso). Ainda, “[...] a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos.” (ibid.)</p> <p>- a classe discente precisa ter a capacidade, a partir desta grande área, “[...] de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais.” (ibid., p. 356, grifo nosso)</p>
Geografia	<p>- espera-se que o componente apresente os costumes e tradições de diferentes populações que convivam com os(as) jovens educandos(as) em seus bairros ou comunidades, reconhecendo a importância do respeito a outras culturas e diferenças existentes, bem como o reconhecimento das marcas de contribuição cultural e econômica que estes grupos deixaram nestes lugares.</p> <p>- deverá ser apresentado aos(às) estudantes as instâncias do poder público municipal, buscando inculcar a compreensão das funções e papéis destes entes públicos, bem como os meios de participação social na gestão de suas cidades.</p> <p>- espera-se que os(as) estudantes possam identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais em diferentes territórios.</p> <p>- compreender, debater e aplicar conceitos diversos, como as corporações e organismos internacionais e brasileiros, Estado, nação, território, governo e país, com fins a esclarecer os conflitos e tensões atuais.</p> <p>- discutir a ascensão dos EUA, com os correspondentes impactos geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos.</p> <p>- refletir acerca da situação do Brasil e de outros países latino-americanos e africanos, bem como sobre a importância de organismos de integração (como o Mercosul e a OEA) e de grupos de países (como o BRICs).</p> <p>- debater sobre os conflitos e ações de movimentos sociais brasileiros, tanto no campo quanto na cidade, realizando a comparação entre estes com outros movimentos sociais existentes em países da América Latina.</p> <p>- analisar os principais problemas presentes em grandes cidades latino-americanas, como, por exemplo, as condições de vida e de trabalho e a distribuição da população. Neste sentido, a análise da segregação socioespacial ganha notoriedade, devendo receber enfoque especial o estudo de favelas, alagados e zona de riscos.</p> <p>- discutir as implicações do processo de urbanização e seus reflexos sobre a produção agropecuária e a expansão do desemprego estrutural, bem como debater o papel cada vez mais preponderante do capital financeiro em diferentes países, dando enfoque especial à situação brasileira.</p> <p>- espera-se que os(as) jovens possam elaborar e interpretar gráficos e mapas de comparação, sendo capazes de analisar, sintetizar e apresentar informações sobre as diversidades, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas do mundo. A partir de informações populacionais, econômicas e socioambientais, também se pretende que os(as) educandos(as) possam comparar e classificar as diferentes regiões.</p>
História	- ao tratar do componente curricular de História para o Ensino Fundamental, a Base

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>defende que as experiências de alunos(as) e professores(as) devam ser consideradas, aliado à realidade social e o universo que compõe a comunidade escolar, seus referenciais históricos, sociais e culturais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - buscar a compreensão dos “[...] acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais [...]” (BRASIL, 2018, p. 402, grifo nosso), esperando que o(a) educando(a) possa, a partir da análise destes conceitos e contextos, posicionar-se e intervir no mundo atual em que vive. - apresentar diferentes visões de sujeitos e culturas frente a um mesmo contexto histórico, de forma a possibilitar ao(à) jovem a identificação destas interpretações diversas, oportunizando-lhe que possa se posicionar criticamente em relação ao tema, baseado em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. - discutir sobre o que é o Estado e outras formas de ordenação social, tendo como perspectiva a identificação dos mecanismos de organização do poder político. - associar o conceito e noção de cidadania aos princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos, bem como à conquista de direitos dos povos e das sociedades, possibilitando o entendimento de tais conquistas como históricas. - apresentar conceitos mais gerais sobre a política, como a formação da <i>pólis</i> na Grécia Antiga – e as transformações políticas, sociais e culturais decorrentes –, e a caracterização da Roma Antiga – associando o conceito de cidadania às dinâmicas ocorridas nestes dois grandes territórios. - discutir outros conceitos caros ao bom entendimento da política atual, como a formação e consolidação das monarquias; o significado do conceito de modernidade e suas implicações; as reformas religiosas ocorridas no período moderno; a emergência do capitalismo, etc.. - trabalhar o surgimento do iluminismo; do liberalismo e dos principais conflitos mundiais ocorridos a partir do século XVII (como a Revolução Gloriosa, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa).²⁶ - contextualizar as contendas ocorridas em territórios americanos, principalmente os movimentos de independência (com enfoque na independência brasileira). - discutir as formas de organização política e social brasileira do século XIX, com respectiva reflexão sobre a permanência de formas de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações negras e indígenas no Brasil e nas Américas. - refletir acerca da diversidade política e social das rebeliões e movimentos contestatórios ao poder centralizado no Brasil do primeiro e segundo Reinado. - relacionar, a partir das análises da disciplina, os aspectos das estruturas sociais atuais com os legados da escravidão no Brasil, podendo aqui ser inserido a discussão quanto à importância das ações afirmativas. - discutir o conceito e surgimento da República no Brasil, descrevendo seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. - debater objetos de conhecimento como o anarquismo e o protagonismo feminino, relacionando, também, “[...] conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais” (ibid, p. 429, grifo nosso). - contextualizar os conflitos mundiais, a crise capitalista de 1929 e o surgimento do nazismo e do fascismo, descrevendo a consolidação de estados totalitários. - discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas, bem como o “[...] processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana [...]” (ibid.), com o respectivo relacionamento destes com a Carta dos Direitos Humanos. - analisar os processos que resultaram na ditadura militar e “[...] discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (ibid., p. 431) naquele contexto de ditadura. No mesmo sentido, refletir sobre os processos de resistência e propostas de reorganização da sociedade, assim como o papel da mobilização social brasileira do final do período de ditadura até a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988. - a partir da Constituição Federal, identificar os direitos civis, políticos e sociais

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>estabelecidos, relacionando-os com a “[...] noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo” (ibid.)</p> <ul style="list-style-type: none"> - analisar as causas de violências contra certos segmentos marginalizados, como, por exemplo, negros, indígenas, mulheres e homossexuais. A partir disto, espera-se que o(a) educando(a) possa se conscientizar e buscar a construção de uma sociedade pacífica, com empatia e respeito ao outro. - comparar as distintas ditaduras ocorridas em territórios latino-americanos, com a exposição, principalmente, da “censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.” (ibid, p. 433, grifo nosso) - discutir as pluralidades e diversidades identitárias presentes em nossa atual sociedade, buscando entender os significados históricos que as constituem, com uma firme e efetiva postura de combate a toda e qualquer forma de preconceito e violência porventura existente.
Ensino Religioso	<ul style="list-style-type: none"> - este componente curricular deverá garantir o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Como objetivos, a disciplina deverá oportunizar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, tendo como base as manifestações religiosas verificadas na realidade dos(as) educandos(as). Em seguida, a Base espera que este componente propicie os conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, bem como contribua para o diálogo entre diferentes perspectivas religiosas, exercitando, com isso, o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias. - o Ensino Religioso não concederá privilégios a uma ou outra crença ou convicção. Fará a abordagem destes conhecimentos tendo em vista pressupostos éticos e científicos, “[...] com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BRASIL, 2018, p. 436, grifo nosso). Isto implica, portanto, conferir a mesma importância a religiões de matrizes africanas ou evangélicas, por exemplo, dado que são crenças bastante encontradas em nosso país. - a disciplina deverá, a partir do diálogo e da pesquisa, buscar a problematização de representações sociais preconceituosas sobre distintas crenças, com o objetivo de combater formas de intolerância, discriminação e exclusão. - espera-se que o(a) educando(a) possa conviver com a diversidade de crenças, pensamentos e convicções, problematizando e posicionando-se frente aos discursos que propagam a intolerância, a discriminação e a violência de cunho religioso. - almeja-se que os(as) discentes possam entender as relações existentes entre as tradições religiosas e outras dimensões da vida social, como a cultura, a política, a economia, a saúde, a tecnologia e o meio ambiente. Na mesma seara, a Base pretende refletir sobre o papel das crenças, convicções e instituições religiosas quanto às suas influências sobre escolhas e atitudes pessoais e coletivas, bem como suas influências em outras dimensões da esfera pública.²⁷

Fonte: Adaptado da BNCC do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018, p. 57-459).

Conforme podemos verificar, com base no Quadro 3, a BNCC busca levar para a sala de aula diversos elementos que permitam a reflexão sobre as dimensões sociais, partindo sempre da perspectiva local do(a) educando(a) e da escola. Diversos aspectos que trouxemos no capítulo anterior, sobre educadores e educadoras que idealizam uma formação integral na escola, são atendidos por estes conhecimentos que se propõem ao ambiente escolar, e outros tantos mais podem facilmente ser encaixados nas diversas sugestões apontadas.

Agora, passaremos a discutir a mais recente publicação no meio legal educacional: a **BNCC para o Ensino Médio**. Homologada em 14/12/2018, o documento inicia a discussão sobre a etapa final da Educação Básica recordando os dizeres das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, de 2011, onde se estabelece que esta etapa de ensino precise trabalhar na perspectiva de receber um contingente heterogêneo de adolescentes, jovens e adultos, que possuem condições de vida e expectativas futuras desiguais. Neste sentido, a escola precisa trabalhar para ampliar as condições de inclusão social, possibilitando a seus estudantes o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (BRASIL, 2011; apud BRASIL, 2018).

Neste documento, temos um posicionamento forte em favor a uma formação integral, reafirmando aquilo que o legislador trouxe na Base do Ensino Fundamental e em acordo com o estabelecido na LDB/96 e nos PCN. Perceba o teor do texto:

O currículo desse novo Ensino Médio é composto pela formação geral básica (que são as competências e habilidades presentes na BNCC) e os itinerários formativos. (BRASIL, 2018)
-> Dizem que os itinerários formativos são para garantir que os estudantes sejam protagonistas do próprio processo de escolarização...

Os itinerários formativos são:
I - linguagens e suas tecnologias;
II - matemática e suas tecnologias;
III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2018)

Já a formação geral básica é organizada através das seguintes áreas de conhecimento: I - Linguagens e suas Tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas tecnologias; e IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. (BRASIL, 2018)

Para formar esses jovens como **sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis**, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a **leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas**. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus **aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais**, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BRASIL, 2018, p. 463, grifo nosso).

Perceba que, apesar de não citar literaturas freireanas em nenhum momento de suas quase seiscentas páginas, o texto da Base caminha com bastante sintonia aos referenciais de nosso Patrono da Educação. Não apenas por se utilizar de termos como “sujeitos críticos” e “autônomos”, mas também por expressar a

preocupação em prever que a escola precise proporcionar experiências que possibilitem a estes(as) educandos(as) a leitura da realidade, ou, como nos ensina Freire (2013), uma educação que oportunize não só a leitura da palavra e do texto, mas a leitura do mundo e do contexto.

Da mesma forma, o texto da BNCC se refere sempre às “juventudes”, assim mesmo, no plural. O uso do termo desta forma deve-se ao acolhimento, pela escola, não de uma juventude homogênea, mas de diversos sujeitos, cada qual com suas próprias peculiaridades e culturas. A Base entende que a instituição de ensino que irá receber as diferentes juventudes deverá: estar preparada para fornecer sentido às aprendizagens, vinculando desafios da realidade a estas; garantir o protagonismo dos(as) educandos(as) durante seu processo de aprendizagem, de forma que possam formar sua autonomia nos campos pessoal, profissional, intelectual e político; assegurar o tempo e espaço necessário para que os(as) discentes possam refletir sobre suas próprias experiências e aprendizagens, bem como experiências interpessoais; estimular ações cooperativas e propositivas para o enfrentamento de desafios; dentre outros aspectos (BRASIL, 2018).

A partir disso, a escola precisa se constituir em um espaço que possibilite a estas juventudes

- conhecer-se e lidar melhor com seu **corpo**, seus **sentimentos**, suas **emoções** e suas **relações interpessoais**, fazendo-se respeitar e respeitando os demais;
- compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a **grupos étnico-raciais distintos**, que possuem **cultura e história próprias**, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a **manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos**;
- **combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais**, favorecendo o convívio com a diferença;
- valorizar sua **participação política e social** e a dos outros, **respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito**; e
- construir projetos pessoais e coletivos baseados na **liberdade**, na **justiça social**, na **solidariedade**, na **cooperação** e na **sustentabilidade**. (ibid., p. 466-467, grifo nosso).

Alegra-nos, particularmente, notar que o legislador espera que a escola se imponha e assuma a sua cota de responsabilidade na formação cidadã de seus estudantes. É bastante indicativa, principalmente, a passagem que ressalta a necessidade de se valorizar a participação política e social destes(as) estudantes, com respeito às liberdades civis que lhes são garantidas no estado democrático de direito.

Apresentado o básico para que possamos entender esta nova BNCC, passaremos agora à análise das competências e habilidades²⁸ previstas para a etapa do Ensino Médio, procurando, como fizemos no decorrer deste texto, verificar os

A partir da Lei n.º 13.415/2017, a carga horária total da formação geral básica (BNCC) não poderá exceder às 1.800 horas, sendo que a carga horária restante deverá ser destinada aos itinerários formativos.

espaços que proporcionam a reflexão política em sala de aula. Da mesma forma que apresentamos os componentes da BNCC do Ensino Fundamental, iremos trazer as características interessantes ao objetivo desta pesquisa através de um quadro-resumo (Quadro 4), para que o conjunto de informações fique melhor disposto neste texto.

Quadro 4 - Habilidades e Conhecimentos no Ensino Médio

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
Linguagens e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> - a área de Linguagens e suas Tecnologias deverá focar na “[...] ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias” (BRASIL, 2018, p. 471, grifo nosso) - o(a) educando(a) deverá ser capaz de analisar “[...] visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.” (ibid., p. 491, grifo nosso) - investigar os interesses, relações de poder e perspectivas de mundo que se apresentam nos distintos discursos de diferentes práticas de linguagem, sendo capaz de entender, de uma forma crítica, o modo como tais discursos circulam, constituem-se e produzem ou reproduzem significações e ideologias. - na área de Linguagens, deverá ser fomentado o debate de questões polêmicas de relevância social, analisando os diversos argumentos e opiniões que lhe circundam, de forma a oportunizar a formulação, negociação e sustentação de posições, ao considerar e analisar as diferentes perspectivas. - é esperado que o(a) estudante possa identificar e criar possibilidades de atuação social, política, artística e cultural, através de práticas de linguagem, como forma de enfrentamento aos desafios atuais, discutindo, também, os princípios e objetivos desta atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética. - o(a) discente deverá realizar análises críticas de preconceitos, estereótipos e relações de poder que permeiam as práticas corporais, posicionando-se contra qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.
Artes	<ul style="list-style-type: none"> - ao tratar da área do conhecimento humano da Arte, a Base espera a criação de um ambiente que propicie o engajamento dos(as) educandos(as) em processos criativos, que permita “a incorporação de estudos, pesquisas e referências estéticas, poéticas, sociais, culturais e políticas para a criação de projetos artísticos individuais, coletivos e colaborativos, capazes de gerar processos de transformação, crescimento e reelaboração de poéticas individuais e coletivas” (ibid., p. 482). - o trabalho com a Arte deverá proporcionar um espaço de respeito mútuo, onde haja estímulo à compreensão e acolhimento de diferentes modos de ser e pertencer culturalmente e da pluralidade de diferenças e formas de existência. - a Base confere bastante valor às diferentes formas de se contextualizar o mundo

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>real em que habita o(a) estudante. Por isso, espera que se possa “relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, política, mercado e consumo. [...] [É] fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, intervenções, happenings, produções em vídeoarte, animações, web arte e outras manifestações e/ou eventos artísticos e culturais, a ser realizados na escola e em outros locais” (ibid., p. 482-483, grifo nosso).²⁹</p>
Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> - para o componente de Língua Portuguesa, a Base espera que a classe discente possa viver “[...] experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias, situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos” (ibid., p. 485, grifo nosso). Para tanto, as escolas de Ensino Médio precisam ampliar “as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito” (ibid., p. 486, grifo nosso). - as práticas oriundas da disciplina da Língua Portuguesa “[...] visam à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum” (ibid.). - Habilidades a serem desenvolvidas no campo de “atuação na vida pública”: - as habilidades previstas para este campo tratam de “[...] consolidar habilidades relativas à participação e atuação política e social, ao debate qualificado e ético de ideias, à consciência dos direitos e deveres e à reclamação de direitos [...]”. (ibid., p. 512) - neste campo de atuação, a BNCC sugere “Análises de campanhas e programas políticos e de políticas públicas, bem como de estratégias de acompanhamento do exercício do mandato de governantes [...]” (ibid., p. 502, grifo nosso). - almeja-se a participação discente em canais e instâncias diversas, “[...] seja na forma de acompanhamento de políticos e de desenvolvimento de projetos e políticas, seja na discussão de temas, propostas, ações, projetos, projetos de lei, programas ou políticas [...]”. (ibid., p. 512) - é esperado que os(as) educandos(as) possam se envolver com temas de interesse coletivo e público, compreendendo o contexto em que documentos normativos diversos e políticas públicas e/ou afirmativas foram promulgados, como um caminho de valorização da democracia e uma atuação norteada pela ética da responsabilidade. - além do domínio de gêneros linguísticos mais tradicionais, como palestras e notícias, espera-se que o(a) aluno(a) possa ampliar seu domínio contextualizado de outros gêneros, reconhecidos por suas funções sociais, “[...] como discussão oral, debate, programa de governo, programa político, lei, projeto de lei, estatuto, regimento, projeto de intervenção social, carta aberta, carta de reclamação, abaixo-assinado, petição on-line, requerimento, [etc.]”. (ibid.) - durante os três anos do Ensino Médio, deve-se garantir espaço para que os(as) estudantes possam “analisar histórico de candidatos (por meio de ferramentas e plataformas de fiscalização/acompanhamento, [...]), programas políticos – identificação de prioridades e intencionalidades (o que se pretende fazer/implementar, por que, para que, como etc.), as consequências do que está sendo proposto, a forma de avaliar a eficácia e/ou o impacto das propostas, contraste de dados, informações e propostas, validade dos argumentos utilizados etc. – e/ou propaganda política (identificação dos recursos linguísticos e semióticos utilizados e os efeitos de sentido que podem provocar, avaliação da viabilidade e pertinência das propostas apresentadas, explicitando os efeitos de persuasão próprios dos discursos

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>políticos e publicitários, que podem se sobrepor a análises críticas); - analisar e/ou propor itens de políticas públicas, leis, projetos de leis, programas, projetos culturais e/ou de intervenção social, sobretudo os que envolvem a juventude” (ibid., p. 513, grifo nosso).³⁰</p> <p>- a Base incentiva a participação significativa dos(as) estudantes em diversos canais e instâncias políticas, a nível de escola (grêmios, colegiados, etc.); de comunidade (coletivos, movimentos, etc.); de município ou de país (fóruns, etc.), de forma a lhes exercitar o exercício da fala, da escuta e do posicionamento crítico e fundamentado, bem como “[...] vivenciar processos coletivos de tomada de decisão, debates de ideias e propostas e engajar-se com o acompanhamento e a fiscalização da gestão pública e com a busca de soluções para problemas ou questões que envolvam a coletividade”. (ibid.)</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo “jornalístico-midiático”:</p> <p>- para este campo, a Base espera “[...] que os jovens que chegam ao Ensino Médio sejam capazes de: compreender os fatos e circunstâncias principais relatados; perceber a impossibilidade de neutralidade absoluta no relato de fatos; adotar procedimentos básicos de checagem de veracidade de informação; identificar diferentes pontos de vista diante de questões polêmicas de relevância social; avaliar argumentos utilizados e posicionar-se em relação a eles de forma ética; identificar e denunciar discursos de ódio e que envolvam desrespeito aos Direitos Humanos; e produzir textos jornalísticos variados, tendo em vista seus contextos de produção e características dos gêneros” (ibid., p. 502).</p> <p>- ao realizar análises textuais, é esperado que os(as) estudantes consigam relacionar tais produções com as condições e contextos em que foram produzidas. No mesmo sentido, a classe discente deverá ser capaz de compreender os posicionamentos assumidos e os movimentos argumentativos (sustentação, refutação, negociação, etc.) utilizados, posicionando-se criticamente diante da questão discutida e/ou argumentos adotados.</p> <p>- entre as inúmeras habilidades expressadas, a BNCC propõe a análise dos interesses presentes no campo jornalístico e dos impactos de novas tecnologias digitais; busca o combate das chamadas <i>fake news</i>; incentiva que os(as) estudantes acompanhem, analisem e discutam a cobertura midiática de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, de maneira a aprofundar o entendimento acerca dos fatos e questões, assim como manter-se atualizado com as situações que implicam a coletividade.³¹</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo da “vida pessoal”:</p> <p>- a BNCC incentiva o uso de textos legais, contextualizando o momento social e histórico em que estes textos foram promulgados. Ademais, em discussões de ações políticas e públicas, a Base estimula a utilização de políticas públicas de interesse das juventudes, contemplando temas de preocupação e curiosidade destes jovens.</p> <p>- o campo da vida pessoal também precisará garantir espaço para discussão de pautas vinculadas a questões que preocupam ou instigam a curiosidade dos(as) educandos(as); proporcionar a “[...] análise e/ou proposições de ações de políticas públicas culturais, projetos de intervenção social [...]”; a promoção do “[...] trato e vivência com produções culturais e artísticas cujo interesse e gosto se mostrem constituídos, como também experimentação de novas possibilidades”; bem como garantir espaço para diferentes gêneros e formas de expressão de culturas juvenis (ibid., p. 510-511).</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo “artístico-literário”:</p> <p>- estimula-se que os(as) alunos(as) participem de eventos e práticas artísticas coletivas de produção própria, possibilitando, através destes episódios, que possam expor suas preferências ideológicas e estéticas, consolidando “[...] um conjunto de valores e conhecimentos da língua e da arte.” (ibid., p. 523)</p>
Matemática	- a Matemática do Ensino Médio, assim como ocorrido no Ensino Fundamental,

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
e suas Tecnologias	<p>utilizará de suas estratégias, conceitos e procedimentos para interpretar situações diversas, sejam relacionadas a práticas cotidianas ou aspectos das Ciências Humanas e da Natureza. Como proposto na segunda competência específica da área, espera-se que o(a) discente possa participar de ou propor ações que visem investigar desafios do mundo contemporâneo, tomando decisões éticas e responsáveis, baseado em análise de problemas sociais, a partir da mobilização do conhecimento matemático.</p> <ul style="list-style-type: none"> - é esperado que o(a) educando(a) consiga “Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais” (ibid., p. 533). - examinar informações apresentadas por meios de comunicação é destacado através da habilidade EM13MAT102, onde se espera que o(a) aluno(a) possa identificar, quando for o caso, dados inadequados apresentados nestes meios, que possam levar a erros de interpretação. - com vistas a uma correta interpretação da realidade em que vive e produção de argumentos, o componente curricular estabelece como habilidade a ser alcançada pelos(as) estudantes a interpretação de dados e informações socioeconômicas – como índices gerais, taxas de inflação, dentre outras possibilidades –, sendo necessário, também, que o(a) educando(a) seja capaz de investigar o processo de cálculo destes números. - é objetivo que a classe discente consiga resolver situações-problemas relacionadas ao seu dia a dia, tanto da Matemática quanto de outras áreas do conhecimento, utilizando-se de técnicas algébricas e gráficas. Aqui, gostaríamos de salientar que a BNCC entende que as situações propostas pela escola – para que o(a) aluno(a) resolva através do conhecimento matemático – devam ter um significado real para este(a) estudante, dado que o conhecimento que ele(a) acumular no componente servirá para resolver problemas ao longo de toda a sua vida. Por isso, segundo a Base, “[...] os problemas cotidianos têm papel fundamental na escola para o aprendizado e a aplicação de conceitos matemáticos, considerando que o cotidiano não se refere apenas às atividades do dia a dia dos estudantes, mas também às questões da comunidade mais ampla e do mundo do trabalho.” (ibid., p. 535).
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> - em Ciências da Natureza e suas Tecnologias, a contextualização histórica não poderá se resumir a simples menção de datas e nomes de cientistas. Para além disso, deverão ser apresentados os conhecimentos como uma construção social histórica, caracterizadas por impasses e contradições, que foram influenciadas e influenciaram o meio em que se inseriam, em variadas dimensões (políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais e sociais) vinculadas a cada local, época e cultura. - a grande área também reserva especial atenção à avaliação dos impactos nos seres vivos e no corpo humano das intervenções realizadas nos ecossistemas, bem como a discussão acerca das políticas ambientais promulgadas em favor da sustentabilidade do planeta, com a conseqüente reflexão sobre a importância da preservação e conservação da biodiversidade. - de destacada importância para o nosso estudo, a habilidade EM13NCT207 espera que os(as) educandos(as) sejam capazes de “Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar” (ibid., p. 557). - em outra habilidade em destaque, a Base deseja que os(as) estudantes possam investigar e discutir usos indevidos dos “[...] conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade”. (ibid., p. 559). - a escola também precisará fomentar a reflexão sobre questões socioambientais, políticas e econômicas relacionadas à dependência de nossa sociedade moderna a

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>recursos naturais finitos, oportunizando um debate sobre a necessidade de se introduzir alternativas e novas tecnologias energéticas e de materiais.</p> <p>- por fim, chamamos a atenção para a proposta de investigação e análise dos resultados e efeitos de políticas públicas de serviços básicos, procurando identificar necessidades locais em relação a estes serviços, com fins a avaliar e/ou promover “[...] ações que contribuam para a melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde da população.” (ibid., p. 560)</p>
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	<p>- as competências a serem trabalhadas nesta grande área deverão oportunizar que os(as) educandos(as) elaborem hipóteses, construam argumentos e atuem no mundo, ao recorrer a conceitos e fundamentos trazidos pelos componentes.</p> <p>- aqui, o foco de aprendizagem recai sobre os(as) próprios(as) discentes e suas experiências como jovens cidadãos(ãs), devendo ser estimulado “[...] uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana.” (ibid., p. 472, grifo nosso).</p> <p>- a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é integrada pelos componentes curriculares de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, e é orientada para uma formação ética. “Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.” (ibid., p. 561, grifo nosso)</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Tempo e Espaço”:</p> <p>- neste campo, a Base pretende que sejam analisados e compreendidos certos aspectos das diferentes sociedades, aos quais chamamos a atenção para o debate acerca “[d]a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial”. (ibid., p. 563, grifo nosso).</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Territórios e Fronteiras”:</p> <p>- nesta área, espera-se que sejam contextualizadas “[...] as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos de cidades, estados e países.” (ibid., p. 564). Ao mesmo tempo, as ideias de poder, jurisdição, administração e soberania também deverão ser abordadas, para que os(as) estudantes possam compreender as relações sociais que se estabelecem, bem como emitir juízo sobre o tema.</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética”:</p> <p>- uma das aprendizagens a serem garantidas aos(às) educandos(as) é quanto à identificação de semelhanças e diferenças entre o grupo social ao qual pertence e outros povos e sociedades, seja no tocante a dimensão familiar, escolar, étnica ou religiosa, dentre outras.</p> <p>- este campo temático também permite o aprofundamento da discussão acerca da ética, a partir do incentivo ao diálogo sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum, partindo sempre de situações concretas da realidade social. Este debate ético, cabe destacar, pressupõe a reflexão a respeito da importância dos direitos humanos e da aderência a estes no dia a dia, acolhendo as diferenças entre culturas diversas e promovendo o convívio social e o respeito ao outro, ao bem público e a coletividade.</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Política e Trabalho” ³²:</p> <p>- a presente área temática representa um campo fértil ao debate político em sala de aula. A BNCC apresenta um rol de possibilidades reflexivas, como as “[...] discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de</p>

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade [...]” (ibid., p. 567, grifo nosso).</p> <ul style="list-style-type: none"> - citando a origem da política, na Grécia Antiga, a Base recorda que “[...] o exercício da argumentação e a discussão sobre os destinos das cidades e suas leis estimularam a retórica e a abstração como práticas necessárias para o debate em torno do bem comum.” (ibid.). Com isso, o cidadão poderia compreender a política como uma produção humana capaz de “[...] desenvolver a crítica a mecanismos políticos como a demagogia e a manipulação do interesse público.” (ibid.). - a BNCC sugere que temáticas como as formas de organização do Estado, de governo e do poder sejam aprofundadas e ampliadas nas discussões do Ensino Médio, possibilitando que outros temas, como de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental, sejam agregados às pautas debatidas. - as reflexões conduzidas neste campo temático devem permitir que os(as) educandos(as) sejam capazes de “[...] compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação e identificar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades”. (ibid., p. 569). <p>- com relação às competências específicas que se espera que os(as) estudantes desenvolvam para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destacamos: a análise de “[...] processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos [...]” (ibid., p. 570, grifo nosso), de maneira que possam compreendê-los e, a partir disso, posicionar-se criticamente frente a estas pautas; o exame das relações de produção, capital e trabalho em diferentes locais, contextos e culturas; a identificação e combate de formas de injustiça, preconceitos e violências existentes, adotando uma postura ética, democrática, inclusiva e solidária, com respeito aos Direitos Humanos; a participação em debates públicos de forma crítica, com respeito a diferentes posicionamentos e realizando “[...] escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (ibid., grifo nosso)”</p> <p>- a BNCC espera que a classe discente seja capaz de dominar certas habilidades, e lista um rol bastante extenso delas. Para efeito deste estudo, destacamos as que seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o(a) aluno(a) que frequenta o Ensino Médio precisará estar atento e saber identificar às diversas formas de violências existentes em nossa sociedade contemporânea. Segundo a Base, este(a) educando(a) deverá ser capaz de “caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos”. Para tanto, a escola será responsável por apresentar para análise situações diversas da rotina social, estilos de vida, formas de condutas e valores, dentre outros aspectos, para que os(as) estudantes possam desnaturalizar e problematizar “[...] formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação [...]”, identificando ações que atuem na promoção dos Direitos Humanos, da solidariedade e dos respeitos às diferenças e liberdades individuais. Ainda nesta seara, ressaltamos a disposição da BNCC em aprofundar a análise dos modos de violência atualmente verificados – física, simbólica, psicológica, etc. –, identificando suas principais vítimas, causas sociais, psicológicas e afetivas, assim como os seus significados e usos políticos, sociais e culturais, “[...] discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos” (ibid., p. 576-577). - deverá ser resguardado tempo e espaço para a apresentação, análise, identificação e reflexão sobre matrizes conceituais de diversas ordens (paternalismo, autoritarismo, populismo, etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo / desenvolvimento, etc.), para que os(as) educandos(as) possam avaliar criticamente o

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>significado histórico destas concepções, “[...] comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos” (ibid., 572), assim como compreendendo a “articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual” (ibid., p. 579).</p> <p>- a análise crítica dos “impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias [...]” (ibid., p. 575) será contextualizada, precisando ser considerado, também, “[...] o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade” (ibid.).</p>

Fonte: Adaptado da BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018, p. 461-579).

Concluído está análise da nova BNCC, percebemos que, da mesma forma que ocorre com os PCN e outras legislações educacionais, existem no novo documento deficiências, omissões e inviabilidades técnicas e práticas. Entretanto, também nos cabe destacar que as normas aqui examinadas trazem – ao menos na letra fria de suas regulamentações – importantes avanços em direção a uma educação mais humanizada e interessada em uma formação crítica, que forneça os elementos mínimos para que os(as) educandos(as) possam obter autonomia em suas ações e decisões, aliado a um ensino integral.

Coube-nos, nas páginas que se antecederam, realizar uma análise objetiva destas legislações, por mais que em alguns momentos pudéssemos pensar que um ou outro argumento pudesse ser inviável na prática. Nossa linha de ação era voltada a entender o estado atual das coisas, em relação ao debate político em sala de aula, e, a partir deste exame, oportunizar um texto que reunisse o ponto de vista legal sobre a temática, que vem sendo tão afrontada por segmentos que desejam uma educação fragmentada e bem-comportada.

Estes movimentos que pregam a educação neutra podem até falar alto, mas é através de uma educação bem fundamentada e contextualizada que iremos formar um cidadão crítico e autônomo, desqualificando totalmente o discurso conceitualmente pobre daqueles que representam uma educação despolitizada, compartimentada e formadora de massa de manobra. Alegam que a reflexão sobre as problemáticas sociais é uma forma de doutrinar, mas, em verdade, doutrina quem quer cercear o debate. Doutrina quem quer apresentar uma única verdade, que por todos deva ser comprada. A questão está em que, segundo Freire (2017, p. 85), para alguns grupos hegemônicos, estimular o pensamento autêntico do(a) educando(a) é perigoso.

Bem, e já que falamos o que o conjunto de normas legais da educação pensa sobre o ensino, em um viés politizado, que tal sabermos também o que pensam educadores(as) e educandos(as) sobre o tema? Afinal, de nada adiantaria ficarmos aqui comprovando que nossas legislações preveem uma reflexão política em sala de aula, se os atores envolvidos na prática pedagógica não julgassem importante esse debate. Para verificarmos tal ponto, a pesquisa conduzida com os(as) discentes e docentes do IFRS quis saber: você acha que a educação pode ser neutra (Quadro 5)?

Quadro 5 - A educação pode ser neutra?

Docente	Sim	30%
	Não	67%
	Depende	3%
Discente	Sim	16%
	Não	79%
	Não sabe ou não respondeu	5%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Não podemos dizer que nos surpreendemos com os resultados: a maior parte dos(as) docentes ouvidos entenderam que não, conforme o número de 67% pode atestar. Entre os(as) estudantes pesquisados, este percentual foi ainda maior: 79% entendem que a educação não pode se limitar apenas à transmissão de conteúdos, desvinculados de qualquer problemática política, social e/ou econômica.

Dito isto, cumpre-nos salientar que o rol de normas legais trazidas neste texto não se limita a legislações promulgadas sob a égide de um único governo, sob um único viés ideológico – leia-se, de esquerda. Entre o período de início de vigência da atual Constituição Federal, perpassando pela confecção de uma nova LDB, de parâmetros e diretrizes curriculares nacionais, e, por fim, da nova BNCC, tivemos, pelo menos, cinco distintos governos com diferentes ideologias políticas (governos

Sarney, Collor, FHC, Lula/Dilma e Temer). Mandato após mandato, entretanto, reiterou-se a perspectiva da educação com foco principal voltado à formação cidadã, com bastante ênfase na preparação para a vida e qualificação para a cidadania.

De toda forma, o que tentamos expressar nestas páginas e, especificamente neste capítulo, é que o conceito de cidadania permeando em todos os espaços

É bem óbvio esse parágrafo, analisar se deixo ou retiro do texto.

> notar que as legislações que eu trouxe aqui citam bastante o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos(as) estudantes...

> lembrar também que, para o Escola Sem Partido, despertar a consciência crítica dos educandos(as) consiste "apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça" deles.

(<http://escolasempartido.org/faq>)

> DEIXAR O PARÁGRAFO

escolares é algo que ultrapassa o discurso do partido político ora no poder, isto é, não foram os partidos de concepção esquerdista que determinaram ou que trouxeram a necessidade da reflexão política e social para o ambiente escolar. A necessidade de se contextualizar os componentes curriculares, problematizando a realidade social, surge da exigência da própria sociedade contemporânea, que não se contenta em receber um ensino fragmentado e desconexo. Ainda que muitas vezes longe de políticas públicas ideais, ao menos neste sentido os diferentes partidos políticos vêm se mostrando propensos a manter este modelo formativo, pensando uma formação mais humana.

Então, caro(a) educador(a), trabalhar no sentido proposto por Paulo Freire não é apenas um ato de resistência contra as injustiças sociais que percebemos em nossa sociedade moderna. Tampouco consiste em uma forma de doutrinar o ideário de nossos(as) estudantes. Trabalhar na perspectiva freireana é também seguir o disposto nas legislações educacionais que, apesar de não se referirem diretamente ao nosso Patrono da Educação, utilizam-se de diversos conceitos por ele adotados. Por isso, não permitam que ameaças de cunho conservador (no sentido negativo da concepção) afetem a sua prática pedagógica em sala de aula. Lembre-se que o ato educacional é político, afinal “não se faz pesquisa, não se faz docência como não se faz extensão como se fossem práticas neutras. Preciso saber a favor de quem, portanto contra que e contra quem, pesquiso, ensino ou me envolvo em atividade mais além dos muros da Universidade.” (FREIRE, 2014, p. 132).

3 A POLÍTICA NA PRÁTICA: DISCUTINDO CONCEITOS E REALIDADES

Dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objective, é uma farsa. (Freire, 2017, p. 50)

O que é a política? Pergunta simples, mas profunda. Pense você, caro(a) leitor(a), se saberia responder à questão proposta, de uma forma objetiva e direta, sem consultar qualquer fonte, apenas com aqueles conhecimentos que acumulou ao longo de sua experiência de vida. Conseguiu responder? Então lhe pergunto, agora, como você se define politicamente, se de esquerda, de centro ou de direita? Respondeu? Por que você se acha direitista/centrista/esquerdista? E dentro destas filosofias políticas, você já se perguntou se é conservador ou progressista, em suas concepções?

Tenho certeza que, olhando a perguntas tão corriqueiras, você nem deve ter pensado muito para respondê-las. Agora, sem titubear, poderia nos dar um exemplo claro de políticas que exemplifiquem a corrente ideológica da esquerda ou da direita? Vamos lá, sem preconceitos de nenhuma ordem (do tipo: a direita defende rico e a esquerda defende pobre, ou a esquerda é muito assistencialista e a direita aceita a desigualdade)! Ou, adentrando um pouco mais sobre valores morais, o que é uma política conservadora e o que é uma política progressista? Tenho certeza que todos(as) se assumem em um posicionamento, e a maioria tem alguma noção do que representa o viés assumido. Será?

Nossos estudos na área da educação política se iniciaram a partir de uma hipótese básica a ser confirmada ou refutada: com tanta discussão política nos mais variados espaços de socialização (na escola, no trabalho, em casa, em redes sociais, etc.), aliado ao crescente sentimento de indignação contra instituições e partidos políticos, misturado com uma polarização política (esquerda x direita) ascendente desde as manifestações de junho de 2013, será que nossa sociedade estaria pronta para o bom debate político? Será que saberiam o que estavam a discutir, de uma forma clara e fundamentada, ou se estaria discutindo sempre sob lentes que direcionavam suas opiniões?

Bem, para tentar entender melhor isso tudo, buscamos saber, junto a 38 terceiranistas do IFRS *Campus* Ibirubá, qual era a principal fonte de informações políticas destes(as) jovens. Em linha com nossa sociedade moderna e tecnológica,

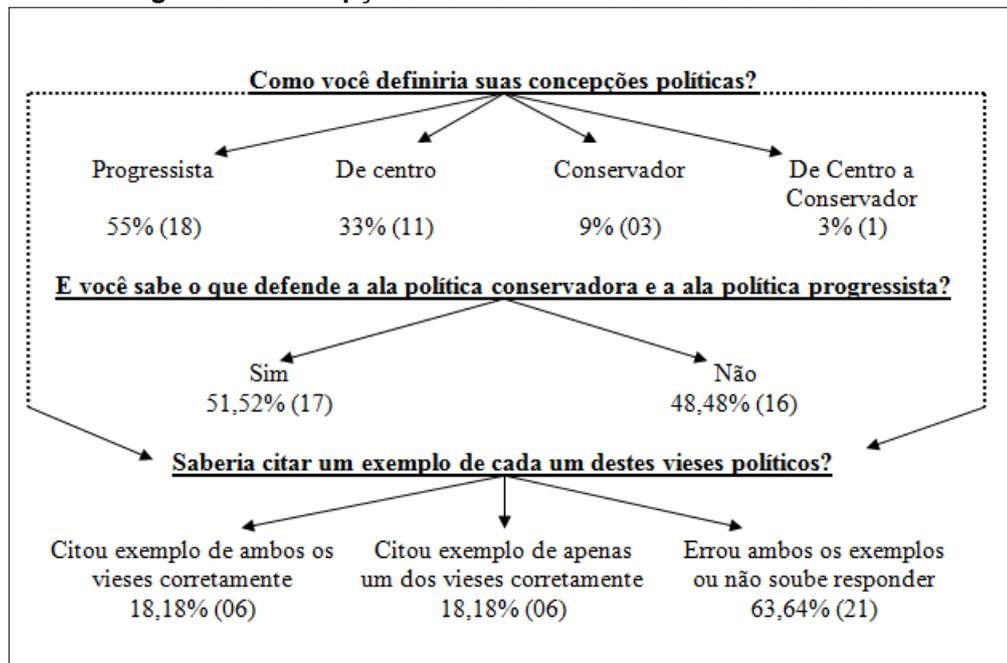
visualizamos que a busca por informações sobre política nas “Redes Sociais e Internet” corresponde a 38,1% das respostas indicadas, estando à frente das demais opções (“Telejornais/Jornais” com 23,81%, “Instituição de ensino / professor(a)” com 17,86%, “discussão com amigos” com 16,67% e “sessões presenciais e/ou canais televisivos próprios” com 3,57%). No mesmo sentido, perguntamos quem ou o que influenciou a orientação política destes(as) educandos: 34% apontaram para a alternativa “Autodidata/Orientação própria”, demonstrando que o jovem contemporâneo busca um pensamento próprio e independente que lhe represente como pessoa. Na sequência, a opção “Amigos e/ou Redes sociais” é citada 12 vezes (24%), seguida por “Familiares” (22%) e “Professor / Instituição de Ensino” (20%).

Não há nada contra a busca por respostas através de espaços virtuais, muito pelo contrário, dado o mar de infinitas opções educativas que daí decorre. Da mesma forma, adotar uma postura autodidata reafirma nossa sociedade moderna alinhada às formas tecnológicas existentes, que oportunizam esta condição. Entretanto, há de se considerar que estas situações e espaços, às vezes, podem esconder armadilhas em que qualquer pessoa – experientes ou não – possa cair. Aqui, é claro, estamos falando das tão disseminadas *fake news*, ou do efeito “bolha”³³, que naturalmente ocorrem na Internet.

Talvez esta falta de referência formal quanto a informações políticas pode ajudar a esclarecer o próximo fenômeno, identificado no mesmo estudo citado anteriormente. Vocês recordam da hipótese que gostaríamos de confirmar ou refutar, que citamos agora a pouco? Então, buscando uma resposta para tanto, chegamos a uma constatação indigesta (Figura 3).

Pedimos aos(às) 38 estudantes que respondessem como definiam suas próprias concepções políticas, apresentando como alternativas as seguintes opções: progressista, conservador(a) ou de centro. Cinco educandos(as) não souberam ou preferiram não responder ao questionamento, de modo que estes(as) não serão considerados(as) para efeito do raciocínio que se desdobrará a seguir.

Figura 3 – Concepções Políticas: entre certezas e incertezas



Fonte: Autoria própria, 2019.

O ponto interessante começa agora: dos(as) 33 alunos(as) que se classificaram em algum viés político, 48,48% não souberam informar – na pergunta seguinte – o que defende a ala política conservadora ou a ala política progressista – ainda que estes(as) discentes tenham optado por se rotular em um ou outro viés. Os números assim apresentados já nos possibilitariam uma ampla discussão sobre as razões que levariam quase metade dos(as) educandos(as) pesquisados(as) a se classificarem em uma ou outra orientação político-ideológica, mesmo desconhecendo suas propostas.

Entretanto, os resultados vistos de perto são ainda mais alarmantes: dos 17 alunos(as) (51,52%) que informaram saber o que defende cada ala política, apenas 18,18% (seis estudantes) conseguiram citar um exemplo prático de cada uma das concepções, de forma correta. Outros 18,18% (seis estudantes) conseguiram citar exemplo de apenas um dos vieses, não sabendo o que a concepção contrária se propõe a defender. Ainda, 02 estudantes (6,06%) arriscaram exemplificar tais políticas, mas erraram em ambos os apontamentos, e os 03 alunos(as) restantes (9,09%), apesar de afirmarem saber as respostas, não souberam citar quaisquer exemplos, de nenhuma das partes.

Assim, temos que 63,63% (48,48% que não souberam informar, de início, o que defende cada viés; somado aos 9,09% dos alunos que disseram saber, mas que não citaram nenhum exemplo; acrescido dos 6,06% que arriscaram trazer algum

exemplo, mas erraram nas respostas indicadas) dos(as) estudantes pesquisados(as) não sabem o que ambas as alas políticas defendem – frisando: apesar destes(as) mesmos(as) discentes terem se rotulado em um destes vieses. Outros 18,18% (seis estudantes) souberam citar ao menos um exemplo de cada uma das ideologias, e 18,18% (seis estudantes) souberam indicar pelo menos um exemplo de apenas um dos vieses políticos.

Se considerarmos que para uma pessoa ser capaz de optar entre duas situações – de forma justa – ela precisa conhecer o que propõem cada um dos cenários, então temos que 81,81% (63,63%, correspondente aos educandos que não souberam citar nenhum exemplo de ambas as ideologias; somado aos 18,18% que souberam citar exemplo de apenas um dos lados) dos(as) estudantes não poderiam afirmar com certeza qual viés melhor representa seus ideais e perspectivas de vida, dado que os(as) mesmos(as) desconhecem pelo menos um dos dois posicionamentos. É como afirmar que prefiro comer laranja em detrimento da maçã, sem nunca ter provado a maçã – ou pior, sem também nunca sequer ter experimentado a própria laranja.

Estes dados são bastante esclarecedores e podem encontrar importantes paralelos com o momento atual de nossa sociedade. Freire (2014, p. 120) nos lembra que “[...] os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas”. Portanto, acreditamos que esta incoerência entre optar por um lado, mesmo desconhecendo sua contraparte – e até mesmo o próprio lado escolhido –, poderia ser facilmente identificado na maioria dos espaços de socialização contemporâneos. Como verificamos acima, isto pode ser resultado de diversas circunstâncias e influências do meio em que o sujeito vive. Pelo todo exposto nestas páginas, justificamos a necessidade de a escola assumir com maior ênfase seu papel de agente política socializadora, abordando conceitos e contextos caros à formação política das juventudes que ingressam nestes espaços de educação. Por isso, passaremos, a partir de agora, a trabalhar temas próximos às ideologias existentes. Vamos falar de nossas rotinas, de nosso dia a dia, enfim, de política³⁴.

3.1 Afinal, o que é política?³⁵

Em sua origem, a palavra “Política” – que deriva do adjetivo originado de pólis (*politikós*) – dizia respeito a tudo o que se referia à cidade e ao que é urbano, civil, público, sociável e social (Figura 4). Atualmente, o termo perdeu um pouco de seu significado original – sendo substituído por expressões como “ciência política” e “ciência do Estado” –, passando a ser utilizado, normalmente, para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que, de alguma forma, tem como referência a *pólis*, ou seja, o Estado.

Figura 4 – Acrópole de Atenas, uma das mais famosas *pólis* grega



Fonte: Pixabay³⁶.

O Estado, inclusive, detém o poder político e possui o monopólio do uso da força, entendido a posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física. Da mesma forma, é o Estado (no interesse coletivo) quem possui a prerrogativa do processo de incriminação e punição de todos os atos de violência que não sejam executados por pessoas autorizadas (ações por interesse individual).

A Política não possui objetivos perpetuamente estabelecidos, ou um fim que possa ser considerado como o seu verdadeiro e único fim: estes fins e objetivos são muitos ou poucos, a depender das metas do grupo social em que o poder político está estabelecido, de acordo com os tempos, circunstâncias e prioridades para o grupo ou classe dominante. Assim, em épocas de lutas sociais e civis, por exemplo, o objetivo será a unidade do Estado, a concórdia e a ordem pública; já em tempos de paz interna e externa, os fins serão o bem-estar, a prosperidade ou a potência. Independente disto, podemos afirmar que existam dois fins mínimos na Política, que

garantem e conciliam todos os demais: a ordem pública nas relações internas e a defesa da integridade nacional nas relações entre Estados.

Em resumo, a política irá regular conflitos e interesses, superando perspectivas individuais em prol do bem estar da coletividade. É necessário dizer que, independente de gostarmos ou não de política, ela estará presente em todas as relações sociais das quais fazemos parte, seja em relação à saúde, educação, segurança, economia, infraestrutura, etc. (N.A.)

Fumar em locais fechados de uso coletivo, públicos e privados, era aceito até 2014. Naquele ano, foi regulamentada a lei Antifumo que proibiu esta prática. Isso é política. (N.A.)

A legalização ou não do aborto, do uso de drogas ou do livre comércio de armas; a universalização de direitos sociais a todos, independente de gênero ou opção sexual, idade, cor, raça, credo ou situação econômico-social; a defesa de um Estado mais ou menos atuante; o corte ou ampliação de direitos ou impostos; enfim, tudo isso, e muito mais, envolve política. Envolve e define a maneira pela qual convivemos em sociedade. (N.A.)

A maior ou menor aplicação de recursos em escolas são políticas públicas voltadas à educação; as leis que nos orientam são políticas públicas voltadas à manutenção do equilíbrio social; os impostos que recolhemos são políticas públicas relacionadas à economia. (N.A.)

Até 1934, mulheres não votavam. Ganharam o direito ao voto apenas com a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, que dispôs que eleitores seriam "os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos". Isso é política. (N.A.)

Até 1888, ter escravos no Brasil era normal. A partir de 13 de maio daquele ano, a escravidão foi extinta. Isso é política. Ser necessário a efetiva implantação de políticas afirmativas para pagar a dívida histórica para com estes segmentos sociais historicamente marginalizados em nossa sociedade preconceituosa, isso também é política. (N.A.)

Até 2013, a celebração ou habilitação de casamento civil entre pessoas de mesmo sexo poderia ser recusada pelas autoridades competentes. A partir de maio daquele ano, cartórios de todo o Brasil ficaram obrigados a aceitar a união entre casais homoafetivos. Isso é política. (N.A.)

3.2 O Progressismo³⁷

O pensamento progressista surge em meados do século XVIII, em meio a um contexto em que o pensamento político europeu era confirmado ou reformado (Figura 5). Nesta conjuntura, começam a ganhar forças novas teorias e pensamentos que se afastavam da visão tradicional de sociedade e indivíduo, contrariando dogmas e estabelecendo a razão como princípio a ser seguido, alinhado a propostas iluministas.

Figura 5 – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – A influência progressista na Revolução Francesa



Fonte: Pixabay³⁸.

Esta concepção ideológica rompe com perspectivas tradicionais ao objetivar o aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da sociedade e do indivíduo. Para atingir a autocompreensão, o progressismo entende que se deva melhorar o próprio conhecimento e o domínio que se tem sobre a natureza, alcançando, assim, a felicidade. Ao superar dogmas e verdades absolutas, o indivíduo – trazido aqui a primeiro plano – vai se tornando melhor e mais racional, constituindo sua história em um processo aberto e ascendente.

Como exemplos de políticas progressistas, podemos citar a luta em defesa de direitos civis e movimentos sociais (principalmente em favor das diversas minorias), a descriminalização do aborto, a extensão de programas sociais, a defesa da livre orientação sexual e identidades de gênero, etc. (N.A.)

A perspectiva progressista constrói suas bases sobre três hipóteses fundamentais:

I) a científica, que fez das ciências naturais modelos a imitar no desenvolvimento das ciências humanas e do próprio homem;

II) a democrática, que viu na extensão do poder de decisão política a todos os indivíduos o melhor resultado a que se poderia chegar; e

III) a histórico-materialista, que fez da luta de classes o pré-requisito do necessário progresso humano.

Assim, fica claro o posicionamento efetivo do progressismo em defesa da autonomia histórica do indivíduo. Neste sentido, o homem, por ser livre e racional, poderia criar comunidades onde não existisse coação e prevalecesse a cooperação entre os membros.

O poder político, assim, configura-se em repressão, devido o estado imperfeito da sociedade, sendo necessária a sua superação.

Nota: na gênese do pensamento progressista, podemos perceber uma oposição ao Estado, que era visto como uma forma de repressão a ser superada. Atualmente, entretanto, o progressista percebe o Estado como agente importante na busca pelas mudanças necessárias no corpo social. (N.A.)

Em síntese, o pensamento progressista se baseia na razão, e não na fé, buscando mudanças sociais rápidas e intensas. Também se espera superar verdades absolutas e romper com perspectivas tradicionais, objetivando o aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da sociedade e do indivíduo. Idealiza uma sociedade sem coação e com cooperação entre os membros, estendendo o poder de decisão política a todas as pessoas.

3.3 O Conservadorismo³⁹

O pensamento conservador também surge no decorrer do século XVIII, no mesmo contexto em que o ideário político europeu era confirmado ou reformado. Nesta nova conjuntura social, em que começam a ganhar força novas teorias e pensamentos que se

afastam da visão tradicional de sociedade e indivíduo, surge o conservadorismo, como meio de confrontação entre as diferentes concepções.

O conservadorismo, portanto, não possui uma teoria política comum em que se baseia, variando bastante de acordo com o local e o contexto em que se insere. A concepção nasce como embate aos ideais progressistas que surgiam na Europa e que representavam ameaça às estruturas políticas convencionais (Figura 6). Apesar

Na relação entre Progressismo e Conservadorismo, este é sempre apresentado como negação daquele, mostrando-se como uma via alternativa. Por isso, o conservadorismo somente existe porque existe o progressismo.

de não se ter tão claro o posicionamento político a que se reporta, suas ideias e atitudes visam à manutenção do sistema político existente e das instituições sociais tradicionais, assim como os modos de funcionamento destes.

Figura 6 - A Sociedade Estamental da França do Séc. XVIII



Fonte: *Agrega 2*⁴⁰.

Ainda que aceite a tese do constante desenvolvimento da humanidade, este decorreria de um progresso evolutivo, através da acumulação de conhecimentos e experiências, ou por vias políticas, concedendo ao Estado o direito de conduzir os indivíduos pelas vias do progresso.

Devido a razão de ser do conservadorismo residir na estabilidade social e na manutenção das instituições políticas, e atenta à finitude humana, composta por diversos limites inerentes ao próprio ser, os conservadores veem com bons olhos o poder e a coação política, como forma de controle social. Decorre disso, portanto, a preocupação por um sistema em que a lei seja a instância superior de limitação do poder, constituindo instrumento adequado para estabilização dos processos sociais.

No Conservadorismo, as mudanças sociais necessárias deverão ocorrer de forma gradual e sem afetar a estabilidade social. A política conservadora busca preservar a ordem, a justiça e a liberdade e é, normalmente, fundamentada em princípios ligados à moral, às tradições, aos costumes e à religião/fé. (N.A.)

Nota: o Conservadorismo não possui uma política claramente definida, variando de acordo com o local e o contexto em que está inserido. Assim, com a evolução gradual da sociedade, uma determinada conduta pode ser hoje moralmente aceita, diferente do que era em tempos passados. Portanto, os exemplos para políticas conservadoras também dependerão desta análise conjuntural, e avançarão ao sabor das mudanças sociais. (N.A.)

3.4 A Esquerda⁴¹

A esquerda política, surgida no contexto da Revolução Francesa, entendia que se iniciava um novo período para a história da humanidade, sendo necessário

um corte definitivo com o passado, sem retornar ao que era antes (TAVARES, 2016). Defendia a justiça, a paz e a igualdade social, contra regimes corruptos e opressores e a favor de governos que respondessem ao povo. Seus ideais não possuíam natureza de caridade, mas de direito do ser humano e dever do Estado. (LEVIN, 2017).

Mais de dois séculos depois de seu surgimento, as políticas esquerdistas ainda resguardam suas bases em padrões bastante próximos às suas concepções. Assim, podemos destacar como características desta ideologia, entre outros aspectos, os seguintes pontos (BOBBIO, 2011; LEVIN, 2017; TAVARES, 2016):

- I) Defende os direitos coletivos e a busca pela igualdade;
- II) Propõe um Estado maior, com vistas a reduzir as falhas do mercado;
- III) Adota os princípios da retificação e redistribuição, reconhecendo que a maior parte das desigualdades são sociais, injustificáveis e elimináveis;
- IV) Luta por liberdades iguais, entendendo serem necessárias “liberdades para”, envidando esforços para possibilitar determinadas políticas em seu sentido macro (p. ex.: todos têm “liberdade de” ler, mas para termos “liberdade para” ler, precisamos de outras políticas públicas que permitam e complementem isto, como a contratação de professores e o fornecimento de merenda escolar [N.A]);
- V) Propugna uma política econômica que vá além do mercado, capaz de atender a exigência por justiça social. A economia precisa ser mais aberta ao trabalho solidário, com cooperação e colaboração;
- VI) Defende a libertação e emancipação do homem do poder injusto e opressivo;
- VII) Se opondo ao conservadorismo, advoga pela mudança e pelo progresso;
- VIII) Propõe a garantia de uma renda mínima a todos, a função social da terra e a coletivização (ainda que não integral) dos meios de produção;
- IX) Entende o abuso do Poder como fonte de discriminação e a oligarquia como origem de toda a prepotência.

3.5 A Direita

A direita política, durante a Revolução Francesa, entendia que não era preciso uma ruptura tão radical das fundações do regime ora vigente, valendo a pena, ao contrário, manter os preceitos do Antigo Regime (TAVARES, 2016). O radicalismo extremado visto na Revolução causaria o desequilíbrio político e da liberdade do povo, atingindo, também, pilares essenciais à sociedade, como a Igreja, a monarquia e os parlamentares. Para a direita, deveriam ser retificadas as falhas encontradas sobre uma base que ainda funcionava, realizando reformas pontuais e gradativas e primando pelas instituições, tradições e estabilidade social (LEVIN, 2017).

Mais de dois séculos depois, as políticas direitistas ainda resguardam suas bases em padrões bastante próximos às suas concepções. Assim, podemos destacar como características desta ideologia, entre outros aspectos, os seguintes pontos (BOBBIO, 2011; LEVIN, 2017; TAVARES, 2016):

- I) Defende as liberdades individuais, devendo ser assegurado o direito à propriedade;
- II) Busca um Estado menor, que não interfira no mercado – exceto quando estritamente necessário. Por isso, também defende uma economia de livre concorrência;
- III) Advoga por “liberdades de”, onde esta expressão seria vista como um processo de não interferência estatal (p. ex.: liberdade de abrir uma empresa ou contratar/demitir alguém, sem maiores amarras burocráticas [N.A]);
- IV) Entende que a maior parte das desigualdades são naturais e, portanto, inelimináveis. Estas podem, também, ser consideradas úteis na medida em que promovam uma incessante luta por melhorias da sociedade;
- V) Propugna a conservação, a estabilidade social, a defesa do passado, da tradição e da herança;
- VI) Percebe o Poder como princípio de coesão e a anarquia como fim de toda a convivência civil;
- VII) Não é inigualitária, porém, defende o princípio da hierarquia e do mérito;
- VIII) Buscando a estabilidade social, luta por uma sociedade mais regrada e coercitiva.

3.6 Notas Sobre a Esquerda e a Direita

Conforme mencionado anteriormente, os conceitos de Esquerda e Direita surgiram durante a Revolução Francesa, exatamente entre os dias 28/08/1789 e 11/09/1789. Neste período, o parlamento francês discutia a possibilidade do Rei Luís XVI (Figura 7) vetar quaisquer deliberações aprovadas pela Assembleia Constituinte. A partir disso, convencionou-se que os deputados que eram a favor do monarca ficariam posicionados à direita do Presidente da Assembleia francesa, e àqueles que eram contrários, à sua esquerda. Outras pautas da época também facilitaram a união dos parlamentares nestes grupos, como entendimentos sobre poder, história, o que constitui uma nação e noções de direitos (TAVARES, 2016).

Figura 7 - Rei Luis XVI



Fonte: Wikipedia.⁴²

É interessante notar que Direita e Esquerda foram assim chamadas por estarem, literal e geograficamente falando, à esquerda e à direita do Presidente do parlamento francês. Logo, se o ponto de vista fosse de quem observasse da porta do saguão, poderíamos dizer que hoje a esquerda se chamaria de direita, e vice-versa (ibid.).

Outro aspecto que merece destaque é quanto ao Centro. Na política, este espectro se caracteriza pela busca do equilíbrio entre as partes opostas, seja por indecisão ou escolha própria – devido não ter opinião formada em relação à pauta ou simplesmente por não concordar com ambas as

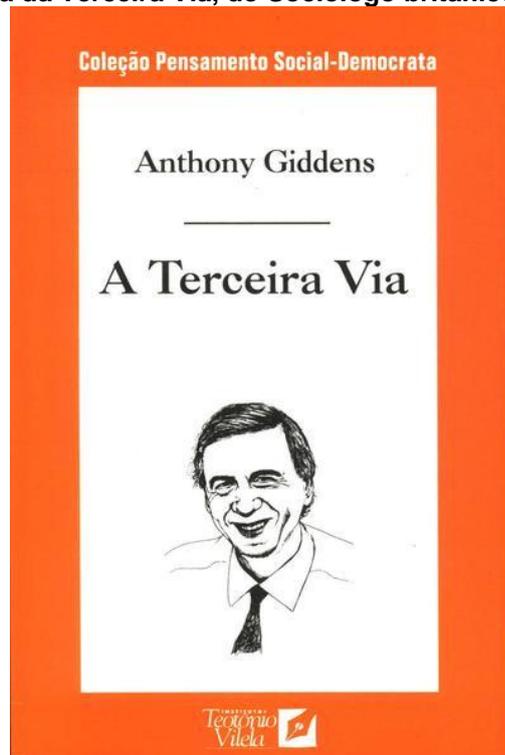
Em se tratando de Direita e Esquerda, não existe certo ou errado. Existe, isto sim, posicionamentos e visões opostas de mundo. Perspectivas futuras, lembranças do passado e esperanças de efetivas políticas públicas para o presente. Por isso, precisamos de ambas as ideologias, pois uma é a contraparte da outra. A esquerda equilibra e justifica a direita, e vice-versa. Portanto, nossa sociedade carece de mais empatia, de se perceber que em uma democracia precisamos dar asas ao diferente. (N.A.)

partes (ibid.). Ou seja, é quase como estar, no contexto do surgimento dos conceitos, observando a discussão da claraboia do parlamento francês.

3.7 A Política da Terceira Via⁴³

A política da Terceira Via (Figura 8) surge em um cenário de dupla crise política: de um lado, o descrédito para com o socialismo, ocorrido a partir das revoluções do final da década de 1980; de outro, a compreensão das diversas deficiências subjacentes ao entusiasmo não controlado pelo livre mercado. A partir disso, entende-se que, sozinhos, nem governo nem mercado seriam suficientes para resolver os principais desafios das sociedades modernas. A sociedade civil precisaria ser fortalecida e conjugada com o governo e os negócios. Nesta conjuntura, a política da Terceira Via se apresenta como um caminho político que objetiva superar as categorias tradicionais da esquerda e da direita.

Figura 8 – A teoria da Terceira Via, do Sociólogo britânico Anthony Giddens



Fonte: *Print screen* da capa do e-book “A Terceira Via”, de Anthony Giddens.

Para este pensamento, o Estado não pode se ater exclusivamente a burocracias rígidas e políticas nacionais, podendo se utilizar das formas dinâmicas de gestão e administração existentes no setor empresarial na defesa e revitalização da esfera pública. Alinhada aos preceitos da globalização, a política da Terceira Via nega que exista incompatibilidade entre proteção ambiental e crescimento

econômico e visualiza novas formas de um governo global, entendendo que as associações transnacionais possam conduzir a uma democracia que transcenda o nível do Estado-Nação, e que possam permitir um maior controle da volátil economia internacional pelos governos.

Incentivam-se, nesta ideologia, políticas de liberdade como forma de autonomia e medidas igualitárias que aumentem o espectro das liberdades abertas aos indivíduos. Os adeptos da Terceira Via entendem necessário um equilíbrio entre regulamentação e desregulamentação governamental, rejeitando a visão neoliberal de que a desregulamentação é a única via para assegurar a liberdade e o crescimento. Ainda que plenamente a favor da ciência e da tecnologia, adota-se uma postura pragmática no enfrentamento das mudanças, reconhecendo suas consequências ambíguas para a sociedade, com respeito pelo passado e pela história.

Nas políticas sociais, a Terceira Via recorda que antigas formas de segurança social muitas vezes não tiveram sucesso na redução das desigualdades, servindo mais como controle dos pobres do que para lhes reforçar as capacidades. Assim, neste viés o Estado é visto como essencial na proteção aos mais vulneráveis, reservando para si uma preocupação essencial com a justiça social. Entretanto, apesar de dever assegurar serviços efetivos de apoio à população, o chamado Estado-Providência precisa se tornar mais eficiente e entender que não existem direitos sem responsabilidades, nem autoridade sem democracia.

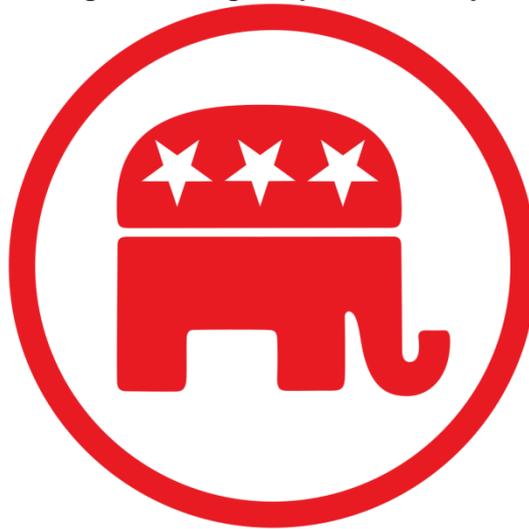
3.8 O Republicano

Republicano é a pessoa que, em seus ideais e concepções políticas, busca a garantia e proteção dos direitos dos cidadãos, entre eles a liberdade e a igualdade política. O ideal republicano é contra a desigualdade dos regimes totalitários, defendendo um Governo não despótico, fundado sobre o consenso e participação de todos na produção das leis. O termo “republicano” sempre esteve ligado à origem e legitimação popular do poder de quem substituiu o rei, que legitimava o seu na tradição. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

3.8.1 E o Partido Republicano?⁴⁴

O Partido Republicano (Figura 9), dos Estados Unidos da América, foi criado em 1854 em oposição à escravidão e tendo compromisso com os inalienáveis direitos da vida, liberdade e busca da felicidade. A legenda atribui a si mesma a responsabilidade, dentre outras conquistas, pela 13ª Emenda, que aboliu a escravidão; pela 19ª Emenda, que garantiu às mulheres o direito ao voto e pela Lei dos Direitos Civis, de 1957. Em seus governos, defende impostos baixos, dinheiro saudável e contenção regulatória e entende o setor privado como o motor da criação de riqueza.

Figura 9 – Logo *Republican Party*



Fonte: Wikipedia⁴⁵.

O partido acredita na liberdade política e econômica, na simplificação do código tributário, com redução de impostos, e entende a Constituição como pacto duradouro a ser preservado. Percebe a pessoa, e não o governo, como melhores administradores dos recursos naturais dados por Deus ao país. A legenda deseja a paz com todos os povos e nações, por isso, insiste na força, estando preparada para lidar com o mal existente no mundo.

Defende, também, os princípios de livre comércio; a inovação; a concorrência e a criação de empregos. Propugna a desregulamentação e desburocratização do Estado, a maior transparência do *Federal Reserve* (banco central americano) e a contenção de gastos públicos para a redução da dívida pública. Acredita no mérito e no trabalho árduo; num governo limitado, na liberdade individual e no estado de direito. Opõem-se ao aborto e a todas as formas de discriminação, e entende o casamento e a família tradicional como a base de uma sociedade livre. Advoga pelo direito dos indivíduos de manter e portar armas; pela preservação e modernização

do *Medicare* e *Medicaid* e defende uma educação que possibilite maior interferência dos pais.

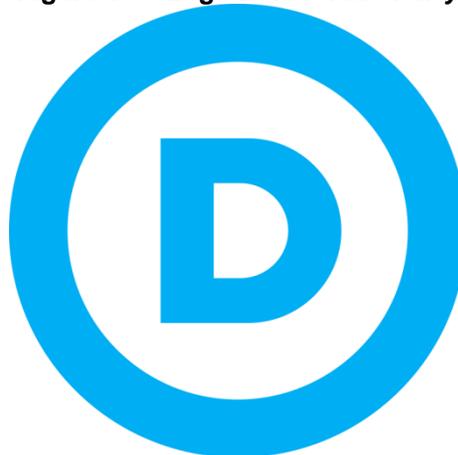
3.9 O Democrata

O democrata é aquele que preconiza os fundamentos da democracia. Enxerga a liberdade como um valor ético: é a liberdade para o indivíduo, convertida através do Estado, ou seja, através da direta participação na coisa pública. Quer a participação de toda a comunidade na formação da vontade do Estado, de sorte que esta vontade coincida com a própria vontade do povo. O verdadeiro democrata não pretende eliminar seus adversários, ao contrário, defende que haja espaço para expressão de todos e reconhece a importância das diferentes ideias no cenário político. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

3.9.1 E o Partido Democrata?⁴⁶

O Partido Democrata (Figura 10), dos Estados Unidos da América, luta por direitos civis, segurança social, direitos dos trabalhadores e das mulheres. A legenda atribui a si a responsabilidade, dentre outras conquistas, pela Lei de Seguridade Social, que fornecia assistência a aposentados, desempregados, viúvas e órfãos; pela Lei dos Direitos Civis, de 1964, que proibia as principais formas de discriminação contra afro-americanos, mulheres e a segregação racial e, mais recentemente, pela reforma do sistema de saúde, que se propôs a reduzir custos, a ampliar a cobertura e a melhorar os cuidados para todos os americanos.

Figura 10 – Logo *Democratic Party*



Fonte: Site oficial do *Democratic Party*⁴⁷.

São pautas atuais do partido: a defesa das minorias e luta pelos direitos das mulheres, das pessoas com deficiência, de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros; o combate pela extinção da pobreza e de toda forma de discriminação; a promoção da arte e da cultura; o auxílio aos refugiados que estão fugindo de perseguições; a defesa pelos direitos de voto e de liberdade de religião, pelo direito das mulheres de tomarem as suas próprias decisões de cuidados de saúde e os direitos federais iguais para os casais LGBT. O partido também advoga pela preservação ambiental; pelo acesso a uma educação de alta qualidade, desde a pré-escola até o ensino médio e além; e fomenta as parcerias entre os povos.

A legenda está comprometida em impedir a disseminação de armas nucleares, químicas e biológicas e propõe melhorar as regulamentações quanto à posse de armas particulares, como forma de prevenção da violência armada. Irá proteger e promover a saúde pública, garantindo assistência médica universal e pretende remover as barreiras às oportunidades, permitindo que todos os cidadãos possam ter chances iguais. Defende uma política de impostos progressiva, a luta pela justiça econômica e a maior criação de empregos.

3.10 As Formas de Estado: A Monarquia

A monarquia é caracterizada pela existência de um(a) monarca estável acima de todo o conjunto dos governados. Nesta forma de Estado há uma tendência a um progressivo crescimento e centralização do poder nas mãos do monarca, que exerce a função de chefe de Estado (monarquia constitucional) ou acumula esta função com a de chefe de governo (monarquia absoluta), geralmente até a sua morte. O critério de sucessão ao trono ocorre através de direito hereditário, por linha colateral da família que detém o poder monárquico. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

Historicamente, a fonte de poder da monarquia costuma vir de uma família ao longo de diversas gerações. Estas famílias governam os seus súditos baseado no consenso e sobre os alicerces da soberania, aqui entendida a tradição e o direito divino. Este consenso é a fonte dos sucessos da Monarquia e a base do processo formativo e unificador do Estado. Em tempos passados, o rei reinava com um poder limitado apenas pela lei divina e natural e pelos antigos costumes e direitos do reino

que tinha jurado respeitar no momento de sua assunção ao trono (parlamentos, direitos da nobreza e da Igreja, autonomias locais, etc.). (ibid.).

Os tipos mais comuns de monarquia são:

I) Monarquia Absolutista: surge em meados do século IX como instrumento de mediação e de equilíbrio entre as forças políticas em conflito, notadamente as novas classes burguesas e os grandes senhores feudais. A Monarquia, por ser árbitra, é superior a todos, transmitindo às demais classes políticas a garantia formal e substancial da imparcialidade e do respeito às suas posições. (ibid.).

Nos regimes absolutistas a vontade do rei é soberana e, às vezes, a figura do monarca se confunde com a do próprio Estado. Normalmente há ausência de uma Constituição, uma vez que esta poderia impor limites aos poderes do monarca. A Arábia Saudita é um exemplo atual de monarquia absoluta. (N.A.)

II) Monarquia Constitucional: surge inicialmente na Inglaterra, em um momento em que se dissolvia a velha ordem social hierárquica. É mantido o antigo significado da estabilidade do regime monárquico e vincula-se a isto um pacto de garantias jurídicas na gestão do poder. A monarquia, então, deixa de ser uma instituição acima do Estado e se torna um órgão do próprio Estado, sendo o monarca agora um representante da unidade e personalidade estatal, com funções que foram sendo gradativamente reduzidas. As atividades de chefe do executivo e legislativo são absorvidas pelo parlamento, processando-se rapidamente um esvaziamento das prerrogativas que a Monarquia tinha reservado para si. Em resumo, torna-se essencial para a gestão do poder o consenso do Parlamento, mais do que o do soberano, para quem só resta uma função certificatória e ratificadora das decisões tomadas em sede parlamentar. (ibid.).

No Brasil, a Monarquia (Figura 11) foi forma de Estado entre os anos de 1822 e 1889. Neste período, visualizam-se com bastante nitidez três fases distintas: o 1º Reinado, que vai da Independência, em 1822, até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831; a Regência, compreendendo os anos de 1831 a 1840; e, por fim, o 2º Reinado, que se inicia com a antecipação da maioria de Dom Pedro II, em 1840, até a Proclamação da República, em 1889. (ANGELO, [20--]).

Figura 11 – Bandeira do Império do Brasil (1870-1889)



Fonte: Wikipedia⁴⁸.

3.11 As Formas de Estado: A República⁴⁹

O termo República vem da expressão latina *res publica* e significa Estado ou, mais precisamente, a esfera dos encargos e interesses públicos. É uma forma de organização do poder que busca pôr em relevo a coisa pública e do povo, a comunidade e o bem comum.

Na república, a forma de governo pode ser parlamentar ou presidencial, e o chefe de Estado é eleito pelo povo por um período previamente determinado. (N.A.)

Por ter como elemento distintivo justamente o interesse comum, a República busca uma lei comum que se estabeleça como único direito pelo qual a comunidade afirma a sua justiça. Neste sentido, um Estado republicano é contrário a governos injustos e autoritários e estabelece uma constituição que defina com clareza as leis que irão regular toda uma pluralidade de pessoas que convivam em uma relação social, para que todos possam partilhar o que é de direito.

Cabe destacar que a simples criação de leis não define a República: por ser algo que trata da coisa pública e do povo, espera-se que aqueles que obedecem a estas leis também possam, juntos, legislar. Isso quer dizer que em

No Brasil, a república foi proclamada em 15 de novembro de 1889, instaurando o sistema republicano presidencialista como forma de Estado e de governo, vigente até hoje. (N.A.)

uma república deve existir uma relativa igualdade, com leis que são a expressão da vontade popular e que coloquem o direito coletivo à frente dos direitos individuais. O chefe de Estado de uma república democrática é eleito pelo povo, o que significa

dizer que a ordem política nasce de baixo, mesmo em meio de dissensões, desde que existam canais institucionais para exprimir a vontade popular.

O modelo republicano atual sofre e sofreu grande influência da Revolução Americana, de onde se retirou o princípio da democracia representativa, baseada na separação dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Aliás, foi o exemplo americano que instituiu a república federal, baseada em uma constituição que definia bem as competências dos estados e União. Assim, a vontade do país surgia através do consenso estabelecido no modelo de representatividade bicameral (Senado e Câmara dos Deputados).

3.12 As Formas de Governo: O Presidencialismo

A principal característica do governo presidencial é a acumulação, em um único cargo, dos poderes de chefe do Estado e de chefe do Governo. O presidente é eleito através de sufrágio universal para mandatos fixos em períodos pré-estabelecidos e ocupa

As formas ou sistemas de Governo dizem respeito à dinâmica das relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, tendo peculiaridades próprias quanto às modalidades de eleição, ao seu título de legitimidade e à comparação das suas prerrogativas.

uma posição central em relação a todas as forças e instituições políticas. Possui amplos poderes de nomeação, podendo, a seu critério, escolher nomes relativos ao judiciário e à Suprema Corte, além dos ministros ou secretários de departamentos que trabalharão com ele (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; MATTOS, 2017).

Neste sistema de governo, o presidente comanda o Executivo – que é independente do Legislativo –, representa o país nas relações internacionais (podendo declarar guerras) e é o responsável por

No Brasil, o presidencialismo começa em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da república. Esta forma de governo perdura até os dias atuais. (N.A.)

coordenar a execução das políticas públicas. Possui iniciativa e é fonte de decisões importantes, tendo capacidade, inclusive, de exercer poder de veto em projetos de lei vindos do Legislativo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; MATTOS, 2017; POLITIZE, 2017).

Por óbvio, o presidencialismo tem suas vantagens e desvantagens. A legitimação do poder do povo emanado através do voto talvez seja o principal

aspecto positivo, por criar maior legitimidade e reforçar o ideal democrático. Por outro lado, o excessivo personalismo, por meio da ascensão de governos que tentam derrubar arranjos democráticos já estabelecidos com o objetivo de se perpetuar no poder e acumular mais poderes pode levar a graves instabilidades políticas (POLITIZE, 2017).

Por isso, o Presidencialismo depende em larga medida da capacidade do sistema de escolher um representante à altura dos tempos e dos problemas, para que não experimente as consequências negativas derivadas do mau funcionamento do processo de seleção. Como não existe a possibilidade de dissolução das Câmaras, como no parlamentarismo, a ampla discricionariedade do voto de cada um dos representantes e os meios de negociação de que dispõe o presidente permitem levar adiante pelo menos parte do programa legislativo e, de qualquer modo, evitar um confronto institucional (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

3.13 As Formas de Governo: O Parlamentarismo

Neste tipo de governo o povo elege os membros do Poder Legislativo (deputados e senadores) que constituirão o parlamento. Este parlamento fará as articulações políticas necessárias para a boa governabilidade do país, indicando e formando o Poder Executivo e o Chefe de Governo (ou seja, o Poder Executivo é subordinado ao Legislativo, não

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), a maioria das atuais formas de Governo remonta ou ao modelo britânico (parlamentarismo) ou ao estadunidense (presidencialismo). O presidencialismo é típico apenas de um sistema republicano, por outro lado, o parlamentarismo pode ser encontrado tanto no sistema monárquico quanto no republicano.

existindo uma clara separação entre estes Poderes). Os partidos de oposição, por sua vez, possuem o duplo objetivo de fiscalizar as atividades e decisões governamentais e de se apresentarem ao eleitorado como uma alternativa legítima e viável de governo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; MATTOS, 2017; POLITIZE, 2017).

Figura 12 – “O rei se diverte”, charge que representa o “Parlamentarismo às Avestas” brasileiro



Fonte: Ensinar História⁵⁰.

Nos sistemas parlamentares o Governo tem o poder de dissolver o Parlamento ou de pedir a sua dissolução ao chefe do Estado (presidente ou monarca) quando não obtiver o seu voto de confiança e, em certos casos, poderá convocar novas eleições em circunstâncias melhores. Da mesma forma, por ser subordinado e avaliado pelo parlamento, o Chefe de Governo (primeiro-ministro) poderá ser substituído a qualquer momento. Estas

No Brasil, o parlamentarismo foi utilizado em dois momentos: entre 1847 e 1889 (que também ficou conhecido como "Parlamentarismo às Avestas" - Figura 12) e entre 1961 e 1963 (como solução encontrada para a grave crise político-militar pela qual passava o país). Em 1993 houve nova tentativa de implantação desta forma de governo, através de plebiscito. Entretanto, a república presidencialista foi ratificada por escolha popular. N.A.

alternativas garantem a governabilidade, a superação de impasses políticos e a facilidade e agilidade na aprovação das leis, refletindo a solidez e estabilidade características do parlamentarismo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; POLITIZE, 2017).

Destaca-se que, nesta forma de governo, existem duas figuras bastante distintas:

I) O Chefe de Estado: pode ser eleito pelo povo ou indicado pelo parlamento (presidente), ou assumir a função por hereditariedade ou sucessão (monarca). Tem poderes políticos limitados ou neutros e, muitas vezes, apenas simbólicos. Entre outras funções, representa a unidade nacional, a legitimidade e a continuidade do Estado (ibid.).

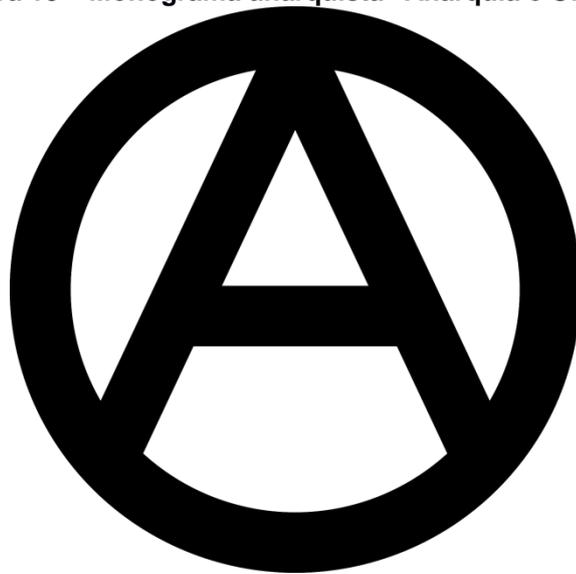
II) O Chefe de Governo (normalmente chamado de primeiro-ministro): é a principal figura política do governo, geralmente o líder do partido da maioria e indicado pelo próprio parlamento. Mantém a coesão e a disciplina do grupo parlamentar, buscando garantir a tradução do programa governamental em leis. Lidera as ações do poder executivo e possui amplas responsabilidades, como a execução de praticamente todas as políticas públicas (ibid.).

3.14 As Formas de Governo: O Anarquismo⁵¹

A palavra Anarquismo tem sua origem ligada ao vocábulo grego *anarkhia*, que significa “sem governo”. O termo expressa uma sociedade livre de qualquer domínio político autoritário, onde o indivíduo se afirmaria através da própria ação exercida livremente, em um contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Historicamente, o Anarquismo significou, portanto, a libertação de todas as formas de poder superior, fosse de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), política (estrutura administrativa hierarquizada), econômica (propriedade dos meios de produção), social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou jurídica (leis).

Assim, o Anarquismo (Figura 13) é o movimento que atribui ao homem, como indivíduo e coletividade, o direito de usufruir de toda a liberdade, sem limitação de normas, espaço e tempo, admitindo apenas os obstáculos da natureza, da opinião, do senso comum e da vontade da comunidade geral – ao qual o indivíduo se adapta sem constrangimento, por um ato de livre vontade. Dado que esta forma de vivência social não concebe qualquer tipo de governo ou lei, entende-se que as relações sociais seriam permeadas pela razão e por um equilíbrio entre necessidades e vontades. Tais circunstâncias poderiam ser colocadas em prática apenas em um regime comunitário que desaprovasse a propriedade privada.

Figura 13 – Monograma anarquista "Anarquia é Ordem"



Fonte: Pixabay⁵².

De uma forma breve, a ideologia justifica sua repulsa às formas autoritárias através dos seguintes argumentos: I) religião: uma “nobre mentira” capaz de justificar o arbítrio usado com fins repressivos e coercitivos; II) autoridade política: é a causa primeira da opressão do homem no Estado social; III) Estado: em sua organização de pirâmide burocrática, é o órgão repressivo por excelência, impondo uma série de obrigações e comportamentos à sociedade; IV) as leis: expressão repressiva por parte do Estado.

Um dos símbolos anarquistas mais conhecidos - o "A" -, é um monograma em que a letra "A" encontra-se cercada pela letra "O". Nesta simbologia, a letra "A" significa a palavra "anarquia", enquanto a letra "O" compreende o vocábulo "ordem". Juntos, significam "Anarquia é Ordem", a primeira parte de uma das mais famosas citações de Proudhon. (Fonte: Wikipedia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Simbolismo_anarquista#cite_note-3. Acesso em 20 fev. 2019).

Apesar do todo exposto, o Anarquismo admite algumas formas livres e espontâneas de jurisdição, desde que surjam em situações concretas que devam ser interpretadas como verdadeiras intervenções por ocasião de males sociais. O conceito objetiva uma sociedade organizada em sistema de gestão comunitária, fundada sobre o elemento cooperativo e da autogestão, a partir de baixo. A isto se chamará comuna, onde todos são iguais e as decisões são tomadas por iniciativa de todos, numa espécie de democracia direta. O Anarquismo não se vincula às classes sociais e sim às massas e, em especial, ao subproletariado das cidades e do campo, que vivem marginalizados pela sociedade burguesa e em condições de miséria

material e moral. Sua verdadeira essência é a de um movimento de perspectiva imediata, que expressa sua rebeldia contra todas as formas autoritárias.

3.15 O Sistema de Votos no Brasil

No Brasil, o sufrágio – aqui entendido o direito de votar – é universal e direto. A universalização desta garantia permite que todos os indivíduos considerados intelectualmente aptos possam exercer o direito ao voto (Figura 14), independente de etnia, sexo, crença ou classe social. Já o voto é obrigatório e secreto. A finalidade deste sigilo é conferir pessoalidade ao voto, bem como evitar o suborno, a corrupção e a intimidação do eleitor (BRASIL, 1965; BRASIL, 2012).

Figura 14 – Urna Eletrônica



Fonte: TSE⁵³.

O voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. (BRASIL, 1965). O eleitor que não votar por três vezes consecutivas e não justificar sua ausência nem recolher a multa aplicada terá sua inscrição eleitoral cancelada e, por isso, perderá sua condição de cidadão. É importante destacar que a conquista da posição de eleitor aperfeiçoa o direito à cidadania, conferindo à sociedade o direito de interferir nos rumos do país (BRASIL, 2012).

3.15.1 O Sistema Eleitoral Majoritário

Nas eleições para o Senado Federal, Presidência da República, Governo dos estados e Prefeituras, utiliza-se o princípio majoritário de votos. Neste sistema, é considerado o número de votos válidos recebidos pelos(as) candidatos(as) registrados(as) por um determinado partido político. O foco principal do sistema

majoritário é, portanto, no próprio candidato, e não no partido político pelo qual o mesmo é registrado, como ocorre no Sistema Proporcional. No sistema eleitoral majoritário existem dois tipos de votação, e ambas podem ser encontradas no Brasil: a votação majoritária simples e a majoritária absoluta. (BRASIL, 2012).

No sistema majoritário simples – adotado nas eleições para o Senado e prefeituras de Municípios com menos de 200 mil eleitores – o(a) candidato(a) é eleito(a) com qualquer maioria de votos. Já no sistema majoritário absoluto – adotado nas eleições para Presidência da República, Governo dos estados e Prefeituras de municípios com mais de 200 mil eleitores – exige-se, no mínimo, a maioria absoluta dos votos para que se considere eleito(a) o(a) candidato(a). Ou seja, o(a) candidato(a) precisa obter mais de 50% dos votos válidos, desconsiderados os brancos e nulos. Caso nenhum(a) candidato(a) atinja mais de 50% dos votos válidos, é realizado um segundo turno, disputado apenas pelos(as) dois(duas) candidatos(as) melhores colocados(as) no primeiro pleito. (ibid.)

3.15.2 O Sistema Eleitoral Proporcional

Na eleição para a câmara dos deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais, utiliza-se o princípio da representação proporcional (BRASIL, 1965). Neste sistema, busca-se garantir a expressão e representação das diversas minorias políticas presentes na sociedade, introduzindo as mais variadas correntes de pensamento nas casas legislativas. O sistema, adotado no Brasil desde 1932, objetiva atribuir a todos os partidos políticos a representação parlamentar adequada e proporcional ao número de votos obtidos. (BRASIL, 2012).

Esta modalidade se diferencia do sistema majoritário no que se refere ao destino do voto: aqui, ao votar no candidato, o eleitor estará votando, também, no partido político ao qual o referido candidato encontra-se filiado. A isto se chama voto de legenda, onde também é possível votar na própria agremiação partidária e não em um candidato específico. (ibid.).

Para que um candidato seja eleito através do sistema proporcional, é preciso que o partido ou coligação a que ele pertença atinja o chamado quociente eleitoral (QE). Esse quociente é obtido pela soma do total de votos válidos dividido pelo número de vagas em disputa, desprezando a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior. (ibid.).

Em seguida, é calculado o quociente partidário (QP) de cada partido ou coligação, que irá indicar o número de candidatos registrados que serão eleitos, de acordo com a ordem de votos nominais que tenham recebido. O QP é o resultado da divisão entre o número de votos válidos obtidos pela legenda e o QE, desprezada qualquer fração. Após isso, saberemos quais candidatos estarão eleitos: aqueles que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% do QE, na quantidade por partido ou coligação indicada através do QP, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido. (ibid.).

Os lugares não preenchidos com a aplicação dos QP e em razão da exigência de votação nominal mínima serão distribuídos através de sobra de vagas, dividindo o número de votos válidos de cada partido ou coligação pelo número de lugares obtidos mais um (QP + 1). Quem alcançar a maior média assume a cadeira restante, desde que tenha candidato com votação nominal mínima (será repetida a operação para cada uma das cadeiras a preencher). (ibid.).

Quando nenhum partido tiver candidatos que atendam às duas exigências citadas, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias. Da mesma forma, se nenhum partido alcançar o QE, serão eleitos os candidatos com maior número de votos. Quanto aos suplentes, entendem-se os candidatos mais votados presentes nas listas dos partidos e não eleitos efetivos. Para estes, não há exigência de votação nominal mínima. (ibid.).

Achou complexo o Sistema Eleitoral Proporcional? Não te preocupes, nós descomplicamos para ti! Na página 67, montamos um infográfico (Autoria própria, 2018) que simula uma eleição para o cargo de Vereador(a), com a aplicação prática dos conceitos e fórmulas que trabalhamos aqui. Aproveita!

3.15.3 Curiosidades e mitos sobre o sistema de votos brasileiro

I) É verdade que o voto em branco ou nulo vai para o candidato vencedor?

Este é um mito bastante difundido na sociedade brasileira. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, o voto em branco era, antigamente, considerado válido, isto é, era contabilizado e dado para o candidato vencedor. Esta prática era tida como um voto de conformismo, em que o eleitor se mostrava satisfeito com qualquer candidato que vencesse as eleições.

Entretanto, a partir da CF/88 e da lei n.º 9.504/97, o voto em branco, assim como o voto nulo, passou a não ser considerado como válido para qualquer efeito, sendo sumariamente descartado e eleito o candidato mais votado (BRASIL, 2014).

II) Qual a diferença entre o voto em branco e o voto nulo?

O voto em branco (“Branco” + “Confirma”) é normalmente utilizado para os casos em que o(a) eleitor(a) não tem preferência por nenhum dos(as) candidatos(as) ou quando, de forma consciente, não deseja participar da eleição, por não querer dar apoio político a nenhum dos(as) candidatos(as) que estão concorrendo ou, ainda, como forma de protesto.

Já o voto nulo é quando quem está votando erra a digitação do número do(a) candidato(a), indicando dígitos não correspondentes a nenhum concorrente ou partido político válido. É importante que se diga que votos em branco ou nulos não são considerados votos válidos, sendo somados apenas para fins estatísticos. (BRASIL, 2014; BRASIL, 2014a)

III) Maioria de votos nulos ou brancos anula resultado da eleição?

Um boato eleitoral que corriqueiramente vem à tona em épocas de eleição versa sobre a anulação do pleito quando os resultados apontarem maioria (mais de 50%) de votos nulos ou brancos. Segundo o rumor, em casos como este o pleito deveria ser anulado e convocado novas eleições, onde os candidatos que participaram anteriormente não poderiam concorrer novamente.

Não é verdade! Na apuração do resultado da eleição, apenas os votos válidos são computados, isto é, o total de votos menos os votos brancos e nulos. A confusão surge a partir de uma interpretação errada do art. 224 do Código Eleitoral, que trata da anulação da eleição quando “[...] a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições”, para os casos decorrentes de decisão judicial (eleição viciada de falsidade, fraude, coação, abuso de autoridade ou processo de propaganda ou compra de votos). Neste tipo de acontecimento, os votos anulados por decisão judicial não se somam aos votos nulos resultantes da manifestação apolítica dos eleitores. (BRASIL, 2014a).

Infográfico Sistema Eleitoral Proporcional – Vereador(a)

Veja como funciona o cálculo na prática, considerando as eleições municipais de 2016

município de Ibirubá/RS



13.222
Votos Válidos

cadeiras em disputa na Câmara **11** cadeiras

quociente eleitoral (QE)

$$\frac{\text{votos válidos}}{\text{cadeiras}} = \frac{13.222}{11} = 1.202$$

quociente eleitoral

partidos ou coligações

(votos na legenda + votos nos candidatos)

Frentão (PRB/PP/SD/PCdoB/PT/PSB)



7.763
votos válidos

União Por Ibirubá

(DEM/PMDB/PDT/PTB/PSC/PPS/PSDB/PSD/PR)



5.459
votos válidos

quociente partidário (QP)

(número de candidatos eleitos, por partido ou coligação)

7.763 votos válidos		1.202 quociente eleitoral		6	5.459 votos válidos		1.202 quociente eleitoral		4
-------------------------------	--	-------------------------------------	--	----------	-------------------------------	--	-------------------------------------	--	----------

6 primeiros colocados da lista aberta



4 primeiros colocados da lista aberta



Os candidatos só poderão ocupar a vaga caso obtenham número de votos igual ou superior a **10% do quociente eleitoral**, neste caso, **120 votos**.

Caso nenhum candidato alcance esse número, a vaga não ocupada será distribuída através de **sobra de vagas**, pelo seguinte cálculo: **votos válidos do partido ÷ (lugares obtidos + 1)**

O partido ou coligação com a maior média fica com uma vaga, repetindo a operação para cada cadeira a ser preenchida. Além disso, perceba que o número de vagas em disputa (11) não foi atingido através do cálculo de distribuição de vagas pelo QE e QP (06+04). Assim, a última cadeira deverá ser encaminhada pelo sistema de Sobra de Vagas.

sobra de vagas

7.763 votos válidos		(6+1) lugares obtidos + 1		1.109	5.459 votos válidos		(4+1) lugares obtidos + 1		1.091,8
-------------------------------	--	-------------------------------------	--	--------------	-------------------------------	--	-------------------------------------	--	----------------

A coligação "Frentão" ficou, portanto, com a última vaga em disputa.

3.16 Partidos Políticos

Partidos políticos são agremiações próprias de governos representativos e são concebidos com a finalidade de proporcionar a participação de diversas classes e estratos sociais variados no processo político decisório.

Em meados do século XVIII, o político britânico Edmundo Burke já nos auxiliava a entender o conceito ao proferir que “cada um dos diferentes partidos tem parte da verdade, mas nenhum a possui integralmente. [...]” (LEVIN, 2017, p. 156). Por isso, concluía o autor, em uma sociedade livre os partidos políticos devem sempre existir.

Neste sentido, tais agremiações surgem quando o sistema político alcança um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que permita, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema e, por outro, que, entre essas partes, se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem. Daí que, na noção de partido, entrem todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998, p. 899).

Assim, as associações políticas se configuram como importante instrumento de representação dos mais variados e diversificados grupos sociais que, a partir desta representatividade, passam a ter voz no meio político, exprimindo reivindicações e necessidades.

O Brasil conta hoje, segundo o Tribunal Superior Eleitoral⁵⁴, com 35 agremiações políticas registradas, que se propõem a representar e defender as mais variadas bandeiras e ideologias – como a classe trabalhadora, os cristãos, a sustentabilidade, o liberalismo, a solidariedade, etc.. É sobre estes partidos políticos que iremos, a partir de agora, falar. Nosso objetivo, com isso, é proporcionar uma visão sistêmica de todas as óticas políticas existentes em nosso país, como forma de aproximar estas instituições e seus discursos dos ideais e perspectivas de vida de cada um(a) que nos lê.

3.16.1 Metodologia de apresentação dos partidos políticos brasileiros

Antes de iniciarmos a exposição de cada um dos 35 partidos políticos existentes no país, cabe destacarmos a forma metodológica adotada na estruturação das informações que serão apresentadas, bem como a forma pela qual optamos por exibi-las ao público em geral.

Cabe notar, primeiramente, que todas as informações aqui trazidas foram retiradas de documentos e mídias oficiais utilizadas pela própria legenda. Por isso, quando abordarmos o Partido X, montaremos o seu relato com base em citações diretas e indiretas de seus próprios documentos, como o Estatuto, o Manifesto de Fundação, o Programa Partidário, o Site Oficial, etc.. Adotamos tal sistemática por considerar que esta é a forma mais imparcial e objetiva de falar destas agremiações políticas sem ser considerado, de parte a parte, tendencioso.

Somos conscientes de que, muitas vezes, o discurso oficial destas legendas passa muito ao largo daquilo que é efetivado na prática, entretanto, como nosso objetivo fundamental neste texto é apresentar a política básica e cotidiana aos diferentes atores sociais, optamos por fundamentar este capítulo desta forma e, a partir do desenvolvimento da capacidade crítica e autonomia de pensamento de cada leitor(a), que estes(as) próprios(as) possam identificar as falhas discursivas e, antes de tudo, conhecer e entender a ideologia e, conseqüentemente, o partido político que melhor representa seus ideais e perspectivas de vida.

Entenda como estruturamos cada comunicação:

I) Breve apresentação.

No item I), estabeleceremos uma primeira aproximação à agremiação em destaque, informando o nome, a sigla, o número da legenda atribuído ao partido e um breve resumo que buscará sintetizar a sigla discutida. Também traremos, nesta etapa, o logo oficial adotado pela sigla em questão.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O item II) buscará apresentar as bases gerais do partido político, trazendo suas principais lutas e defesas, ideologias e bandeiras, conforme estipulado nos documentos oficiais destas legendas.

III) Espectro político:

Por fim, o item III) espera apresentar objetivamente o espectro político de cada agremiação (extrema-esquerda, esquerda, centro, centro-direita, direita, etc.).

Entretanto, como poderá ser notado, não será informado o espectro político de todas as 35 legendas. Dado que nossa metodologia básica se utiliza de documentos oficiais destas siglas, respeitaremos o informado por cada uma e, se a legenda informar que é, por exemplo, de esquerda, citaremos que o partido é esquerdista. Do contrário, se a legenda não se posicionar em seus documentos em um ou outro lado do espectro (mesmo que saibamos através de políticas práticas que o partido é, por exemplo, de direita), respeitaremos e assimilaremos esta particularidade, deixando em branco o último item do texto.

A única exceção à regra do item III) é quanto aos partidos políticos que entendemos extremistas. Para considerar uma legenda extremista, adotamos o conceito trazido por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 457-458, grifo nosso), que diz:

Mesmo quando referido à posição e comportamento de alguns partidos e grupos parlamentares [...], o Extremismo indica uma tendência no campo doutrinai, um comportamento ou um verdadeiro e específico modelo de ação política adotados por um movimento, por um partido, por um grupo político, que **rejeita as regras de jogo** de uma comunidade política, não se identificando com as finalidades, os valores e as instituições prepostos à vida pública, e fazendo por modificá-los radicalmente. O que caracteriza o Extremismo é, em última análise, a tendência em **ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais**, a consequente **recusa em aceitar a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso**, e a urgente busca do “tudo e agora”.

Neste caso, aquele partido que em seus documentos oficiais expressar formalmente que não admite discussões ou alianças com outras concepções políticas, ou mesmo àqueles que digam que buscarão a superação ou a extinção de uma ou outra perspectiva ideológica, a estes enquadraremos como extrema-direita ou extrema-esquerda. Consideramos que, em uma sociedade democrática, deva-se oportunizar a convivência de todas as vertentes políticas existentes e, por isso, aquela agremiação que considera extirpar outra perspectiva que pense de outra forma que não a sua, será aqui considerada extremista.

Cabe notar que oportunizamos que todos os 35 partidos políticos se apresentassem segundo suas próprias palavras, encaminhando, através do e-mail oficial informado ao TSE (<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>), questionamentos que buscavam responder aos três itens que ora apresentamos. Infelizmente, apenas um partido nos retornou (Novo), ficando as outras 34 agremiações com respostas próprias da autoria destes textos, utilizando como referência, conforme já mencionado, os documentos oficiais dos partidos.

3.16.2 Partido Republicano Brasileiro – PRB

I) Breve apresentação:

O Partido Republicano Brasileiro (número da legenda: 10)⁵⁵ “[...] surgiu para defender o direito político dos cidadãos brasileiros; para defender os direitos humanos e sociais com a construção de escolas, postos de saúde, hospitais e moradia; para defender os direitos da criança, do adolescente, do idoso, do trabalhador e para promover a preservação do meio ambiente. Prega a liberdade de expressão, os valores da família e, sobretudo, acredita que a administração pública deve estar a serviço dos interesses coletivos”.



Fonte: PRB⁵⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PRB é uma instituição política democrática, compromissada com a democracia, com a justiça social e com a igualdade de condições e oportunidades para todos. É uma legenda defensora do bem comum e de uma sociedade livre, que tem o intuito de promover, de fato, um governo afinado com a vontade popular. Defende, entre outros princípios, o pluripartidarismo e a representatividade, como fundamentos relevantes para o fortalecimento democrático, a manutenção dos direitos e das garantias trabalhistas e a geração de mais empregos com salários compatíveis com a realidade do brasileiro.

Apresenta-se à sociedade como instrumento político de promoção do desenvolvimento econômico e social do País, com base nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os cidadãos. Entende que a única fonte legítima do poder político é o voto livre do povo e que ao Estado compete: garantir os direitos sociais previstos na Constituição Federal, criando condições efetivas de vencer a pobreza e reduzir disparidades de renda; assegurar a todos os cidadãos o direito ao trabalho remunerado e à propriedade privada e garantir à população acesso a um eficiente e universal sistema público de saúde e à educação básica gratuita (pública ou por meio de estruturas privadas devidamente regulamentadas).

O PRB luta contra toda forma de discriminação entre os cidadãos, seja de natureza econômica, social, de raça, religiosa ou de qualquer outra espécie e repudia guerras como meio de solução de conflitos internacionais. Propõe especial atenção aos segmentos frágeis da sociedade, principalmente os jovens, idosos e portadores de necessidades específicas. Defende a redução do custo da máquina pública; o combate à corrupção e ao excesso de regulamentação governamental; o estímulo à competitividade; o fim de privilégios ou proteções; a diminuição da carga tributária e a reforma do pacto federativo no Brasil.

III) Espectro político: _____

3.16.3 Partido Progressista – PP

I) Breve apresentação:

O Partido Progressista (número da legenda: 11)⁵⁷ surge a partir do reagrupamento de forças estaduais de perfil moderado e conservador, propondo a construção de uma sociedade livre, democrática, justa, pluralista, solidária, participativa e baseada na dignidade humana, com oportunidades para todos.

Figura 16 – Logomarca do PP



Fonte: PP⁵⁸.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Progressista é orientado para ações que prezem pelos princípios da solidariedade, da justiça, do pluralismo de ideias e de culturas, do respeito à dignidade humana pela inclusão social, além da valorização das atividades econômicas, especialmente no que diz respeito às micro e pequenas empresas, à agricultura e aos agronegócios. Para os progressistas, a defesa do bem-estar da pessoa é a sua principal razão de ser, constituindo seu compromisso fundamental a Democracia e a Justiça Social.

O partido defende a liberdade de culto religioso; a preservação do meio ambiente e a reforma agrária; o direito ao trabalho digno, salário justo, moradia, educação, saúde, lazer, alimentação e segurança, assim como o exercício de uma imprensa livre e responsável e o combate à pobreza absoluta. Propõe políticas, normas e atos em defesa da moral e dos bons costumes, visando assegurar estabilidade à família. Já na saúde, foca no fortalecimento do SUS e na política de prevenções, como vacinas e saneamento básico. Na educação, busca assegurar o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assim como orientar o sistema educacional para o atendimento às necessidades de mercado. Aos alunos carentes, anseia garantir o ensino gratuito em todos os níveis, em estabelecimento público ou privado.

Para a economia, o PP prega um sistema livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais. Neste sentido, deve ser transferido para a iniciativa privada toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado, tendo esta atuação de natureza complementar. Quanto à política tributária, é preciso favorecer a justa distribuição de renda nacional e corrigir as desigualdades sociais entre regiões.

O PP defende a autodeterminação dos povos e a solução pacífica de conflitos; resguarda o interesse nacional, a integridade do território, a autonomia cultural e o desenvolvimento econômico para atender às necessidades da população.

III) Espectro político: Centro.

3.16.4 Partido Democrático Trabalhista – PDT

I) Breve apresentação:

O Partido Democrático Trabalhista (número da legenda: 12)⁵⁹ “defende a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido nacional e popular. Somente a participação popular nas decisões da vida nacional pode levar a um nacionalismo e a um socialismo fraterno e em liberdade.”

Figura 17 – Logomarca do PDT



Fonte: PDT⁶⁰.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PDT luta pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas. Defende a natureza brasileira contra a poluição e deterioração do meio ambiente, luta pelas causas da mulher, do negro, do índio, dos jovens e dos idosos, e combate a discriminação em todas as suas formas e espécies.

O partido assume compromisso com as crianças e jovens, desde o ventre materno até a alimentação, escolarização, acolhimento e educação. A legenda prega a liberdade de cátedra, a escolarização em tempo integral, a concessão de bolsas para permanência do estudante pobre e a universalização do ensino superior público. Luta pelos interesses dos trabalhadores; pela igualdade econômica e social entre gêneros; pela justiça social e pela autodeterminação e preservação da cultura indígena.

O partido é compromissado em recuperar para os brasileiros todas as concessões feitas a grupos e interesses estrangeiros, lesivas ao nosso patrimônio, economia e soberania. Defende a administração da dívida externa de acordo com as disponibilidades cambiais do país. O PDT repudia a guerra, é contra o rearmamento, o colonialismo e o imperialismo, sustentando a autodeterminação, coexistência pacífica, não intervenção e não-alinhamento entre países.

O partido propugna o pleno emprego e o aumento substancial do salário mínimo. Defende a Reforma Agrária e a função social da propriedade, do capital e de todos os meios de produção, primando pelo desenvolvimento prioritário das regiões economicamente marginalizadas e o fortalecimento dos estados e municípios. Entende que ao setor público é reservada a propriedade dos ramos

estratégicos da produção, estando as empresas privadas condicionadas ao interesse público. Defende uma política tributária com caráter redistributivo da renda e o acesso ao sistema da previdência social a todos os trabalhadores.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.5 Partido dos Trabalhadores – PT

I) Breve apresentação:

“O Partido dos Trabalhadores define-se como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boia-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.”

Figura 18 – Logomarca do PT



Fonte: PT⁶¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PT (número da legenda: 13)⁶² é um partido aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país que intenta acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. Neste sentido, reafirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, e entende que a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores.

O partido defende a democracia, a pluralidade, a solidariedade, as transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a opressão, a desigualdade e a miséria,

objetivando a luta pela construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática, visando à construção do socialismo democrático. O PT combate quaisquer formas de discriminação quanto ao sexo, à raça, à etnia, à religião, à condição econômica, à atividade profissional, às convicções políticas, a qualquer condição de deficiência, de idade, de orientação sexual, bem como os atos de assédio moral, sexual, a pedofilia, a violência doméstica e outros da mesma natureza.

O PT defende a combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, com distribuição de renda, ampliação do emprego, redução da pobreza e promoção da soberania nacional. Defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e prega o respeito à moralidade administrativa, à coisa pública e à transparência na gestão de recursos públicos de qualquer natureza.

A legenda repudia a violação da liberdade de pensamento; de manifestação; de organização; dos direitos humanos e ao patrimônio histórico e cultural. Espera conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O Partido dos Trabalhadores, vale dizer, é um partido sem patrões.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.6 Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

I) Breve apresentação:

“O primeiro compromisso do Partido Trabalhista Brasileiro é com o trabalhador, independente de sexo, credo ou estratificação social e sem discriminar entre o trabalho físico e aquele considerado trabalho intelectual. [...] O PTB não vai deixar mexer nos direitos do trabalhador.”

Figura 19 – Logomarca do PTB



Fonte: PTB⁶³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PTB (número da legenda: 14)⁶⁴ coloca como fundamento a ênfase especial na valorização da força de trabalho, ponto de partida para o efetivo desenvolvimento nacional. Sustenta a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a sua convivência harmônica, bem como a superação das diferenças de classe, sem violência, através da melhor distribuição da riqueza, da renda e da promoção da justiça social.

A legenda repudia toda forma de discriminação e defende a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a não-ingerência em assuntos internos de outros países, bem como a solução pacífica de conflitos. Ao mesmo tempo, o PTB reconhece a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional e apoia a integração econômica e cultural dos países em desenvolvimento.

O partido defende o direito de greve, as conquistas trabalhistas, a livre organização sindical e a não intervenção do Estado nas relações de trabalho. Luta pela reformulação, revisão e simplificação das leis trabalhistas. O Estado não pode ser inibidor da iniciativa privada, devendo restringir sua atuação às áreas onde não exista interesse por parte da empresa privada e àqueles setores considerados estratégicos.

Pleiteia a qualificação e universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo, lutando pelo constante aprimoramento profissional, educacional e cultural dos trabalhadores. Elege como prioridade os direitos da criança, competindo ao Estado garantir o seu bem-estar, desde a gestação, assegurando o acesso aos recursos de saúde, moradia, alimentação, vestuário e educação. O PDT idealiza a

democratização da propriedade rural; busca uma Reforma Tributária; a redução do pagamento dos juros da dívida pública e o estabelecimento de um menor nível de superávit fiscal. Luta por um planejamento econômico voltado para a eliminação da pobreza e dos desníveis regionais e sociais e entende que o Estado deve canalizar recursos prioritariamente para as ações básicas de saúde.

III) Espectro político: _____

3.16.7 Movimento Democrático Brasileiro – MDB

I) Breve apresentação:

O Movimento Democrático Brasileiro (número da legenda: 15)⁶⁵ exerce suas atividades políticas visando à realização dos objetivos programáticos que se destinam à construção de uma Nação soberana e a consolidação de um regime democrático, pluralista e socialmente justo, onde a riqueza criada seja instrumento de bem-estar de todos.

Figura 20 – Logomarca do MDB



Fonte: MDB⁶⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O MDB reconhece a primazia do povo, assim como a organização e mobilização popular como ponto de partida de seu programa e como condição necessária para realizar as reformas que se impõem. O partido destaca a grande importância do realismo, da verdade e da honestidade no jogo político democrático, pois de nada adianta prometer o paraíso ao povo, se não se tem os meios para realizá-lo.

O MDB não pretende manter o Estado tal e qual ele se encontra, mas também não concorda com a sua destruição. Reformar o Estado e a esfera pública é hoje um imperativo para se recuperar a legitimidade, a eficácia e a credibilidade das instituições diante do povo. O que se busca é o Estado legítimo e necessário, desprivatizado e não corporativista.

O partido tem compromisso com a soberania nacional, com a busca da liberdade, da organização popular, da realização de uma sociedade mais equânime e, fundamentalmente, da democracia. Assim, entre suas principais bandeiras, destacam-se o combate a todas as formas de discriminação; a defesa das minorias, ressaltadas as culturas e direitos do índio e do negro; o desenvolvimento para criação de empregos, salários dignos e multiplicação de empresas pela livre iniciativa; o direito à educação e à saúde, à habitação decente, à segurança da vida e do patrimônio. Propõe a racionalização do Estado e dos serviços públicos em geral; o combate determinado à violência, sobretudo ao crime organizado e ao narcotráfico. O MDB defende o aumento na capacidade de tributação e de arrecadação do Estado, com equilíbrio das finanças públicas; a Reforma Agrária e a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo. Na política internacional, o partido propugna que o Brasil deva procurar a concórdia e a paz, mas sem idealizá-las, e avaliando com rigor o preço político e as condicionalidades que possam decorrer desta interação.

III) Espectro político: _____

3.16.8 Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU

I) Breve apresentação:

“Sua principal meta não pode ser as eleições, e sim a organização da luta dos de baixo e a revolução social. [...] Sua atividade principal é fortalecer as lutas e divulgar o programa socialista. [...] Um partido revolucionário, operário e socialista.”

Figura 21 – Logomarca do PSTU

Fonte: PSTU⁶⁷.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (número da legenda: 16)⁶⁸ defende o regime representativo e democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana. Entende que seu objetivo maior é convencer os trabalhadores e demais setores explorados da população sobre a necessidade histórica da construção de uma sociedade plenamente socialista, com a propriedade coletiva dos meios de produção em geral e vigência de um regime político democrático para os trabalhadores que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa.

É um partido revolucionário, operário e socialista, que não concebe alianças com a burguesia e vê a necessidade de se acabar com o capitalismo para se instituir um governo de trabalhadores baseado em conselhos populares. Propõe a suspensão do pagamento da dívida pública; o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal; a revogação de todas as reformas neoliberais dos últimos governos; a reestatização das estatais privatizadas; a estatização do sistema financeiro, das grandes empresas monopolistas, das empresas que provocam desastres ambientais, do agronegócio e da indústria extrativista. Luta pela reforma agrária, pela redução da jornada de trabalho e por um salário mínimo vital de R\$ 3.752,00.

O partido prega o fim da exploração e opressão contra negros, povos indígenas, mulheres e LGBT's. Combate todas as formas de discriminação, desigualdade, injustiça, preconceito, opressão, corrupção e violência e defende as liberdades democráticas. Assim, o PSTU luta contra o racismo, a desigualdade entre gêneros, a transfobia e a xenofobia. O partido defende o aborto livre, público e

gratuito, as reparações históricas em favor da população negra e a regulamentação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas.

A legenda defende a descriminalização e legalização das drogas; propõe o fim da Força Nacional de Segurança; a desmilitarização da Polícia Militar; o fim das intervenções militares e o direito dos trabalhadores e dos bairros pobres à autodefesa e ao armamento.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.9 Partido Social Liberal – PSL

I) Breve apresentação:

“O Partido Social Liberal – PSL se declara social liberalista, considerado forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia o papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”

Figura 22 – Logomarca do PSL



Fonte: PSL⁶⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

A estrutura interna, organização e fundamento do PSL (número da legenda: 17)⁷⁰ se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, observando as normas constitucionais e legais. O partido concede proteção intransigente à propriedade privada; à democracia e à liberdade de cada cidadão.

O PSL incentiva todas as formas de livre iniciativa privada, mediante a adoção de políticas econômicas liberais. Significa que o Estado, em todos os seus níveis e esferas, deve se intrometer o menos possível na vida econômica do país, permitindo que os indivíduos e as empresas possam atuar livremente, dentro dos limites da Lei

e da ética, em um ambiente desburocratizado e imune à intervenção estatal excessiva, para que possam prosperar.

O partido defende o conservadorismo, que respeita e preserva as instituições e costumes; defende o combate à sexualização precoce de crianças e a apologia da ideologia de gênero e lutará contra os privilégios decorrentes de “quotas”, que resultem na divisão do povo. A legenda é contra o Desarmamento; a corrupção; a censura; o constrangimento e os desequilíbrios morais e sociais. Irá estabelecer políticas de esclarecimento à população, que visem à conscientização a respeito dos males provocados pelo comunismo e socialismo, bem como vedar parcerias, alianças e coligações com partidos de esquerda bolivariana.

O PSL prioriza a segurança pública nacional, em todos os níveis; idealiza políticas de proteção às fronteiras, minimizando o contrabando e o tráfico de armas e de drogas e acredita que os impostos recolhidos pelo Estado devam permanecer o mais perto possível dos respectivos contribuintes. Defende um governo limitado, descentralizado e tripartido e a focalização dos programas sociais para as pessoas em condição de maior vulnerabilidade, com a adoção de benefícios como o Vale-Educação e as Escolas Comunitárias.

III) Espectro político: Extrema-Direita.

3.16.10 Rede Sustentabilidade – REDE

I) Breve apresentação:

“A concepção de rede baseia-se numa operação democrática e igualitária, que procura convergências na diversidade. Contra o poder das hierarquias que capturam as instituições democráticas e, ironicamente, fazem delas seu instrumento de dominação. [...] Tem como horizonte a construção de um novo modelo de desenvolvimento: sustentável, inclusivo, igualitário e diverso.”

Figura 23 – Logomarca da Rede Sustentabilidade



Fonte: REDE⁷¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

Sustentabilidade é o coração, a visão e a missão da REDE (número da legenda: 18)⁷². Por isso, as relações econômicas devem estar baseadas em valores humanos e promover bem-estar em toda a sociedade, gerando conhecimentos, oportunidades de trabalho e riqueza. No campo social, sustentabilidade é a capacidade de transformar os recursos naturais e os bens e serviços que produzimos em melhoria da qualidade de vida das pessoas. No meio ambiente, é preciso garantir a capacidade da natureza de se reproduzir e evoluir. Na cultura, envolve o respeito, a preservação e a valorização da diversidade cultural. Finalmente, sustentabilidade estética é garantir o direito à contemplação da natureza e da arte como parte do equilíbrio humano e fator de incentivo à reflexão e ao autoconhecimento.

A legenda propõe um projeto de país e não de poder; idealiza zerar o desmatamento da Amazônia e defender o equilíbrio ambiental do planeta; prega a descriminalização do uso de drogas e defende uma efetiva política de saneamento básico. O partido é a favor do desarmamento; da defesa dos Direitos dos animais; de uma reforma urbana que transforme nossas cidades em espaços saudáveis, democráticos e seguros e que garanta o direito à moradia. Defende uma política externa baseada na cultura da paz, na promoção dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e do não intervencionismo bélico.

A REDE é contrária à corrupção; o aborto e à redução da maioria penal. Advoga pela diversificação da matriz energética e pela democratização do acesso à terra. Respeita os direitos humanos, a garantia de igualdade de gênero e repudia todas as formas de discriminação e preconceito, seja de ordem étnica, racial, religiosa ou sexual. A REDE é a favor dos direitos civis e do livre-arbítrio, por isso, não é contrária a casamentos entre pessoas de mesmo sexo. Acredita numa democracia digital e na universalização e melhoria dos serviços de saúde; tem compromisso com uma educação pública e universal de qualidade em todos os níveis e é favorável às cotas na educação.

III) Espectro político: _____

3.16.11 PODEMOS

I) Breve apresentação:

“Podemos. Essa palavra envolve um convite à ação coletiva: juntos nós podemos. Insinua que cada um pode ser sujeito da construção social coletiva. É uma convocação para que todos participem da organização de uma sociedade compatível com seus sonhos. [...] Podemos mudar o Brasil.”

Figura 24 – Logomarca do PODEMOS



Fonte: PODEMOS⁷³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PODEMOS (número da legenda: 19)⁷⁴ se apoia em transparência, participação e mais democracia direta, princípios que devem ser estimulados no intuito de equacionar três gargalos: bem-estar social, bem-estar econômico e bem-estar político. Por isso, defende o envolvimento da população e a participação bem mais ativa da sociedade em todas as questões da nação. A legenda busca ouvir e representar uma sociedade consciente que se mobiliza através de causas relacionadas ao seu cotidiano para a construção de uma nação socialmente justa.

A individualidade e a liberdade de expressão; a divergência de ideias e pluralidade política; a ética, transparência e eficiência na administração pública; a iniciativa popular e a mobilização social; a inclusão digital e o acesso a novas tecnologias constituem princípios do partido. O PODEMOS trata com urbanidade e respeita a situação socioeconômica e condições de gênero, cor, raça, idade, estado e capacidade civil, de pessoa com deficiência, bem como opção de credo religioso e livre orientação sexual e combate todas as formas de discriminação.

Fundamentado em sua bandeira da democracia direta, o partido propõe a simplificação das regras para a apresentação de projetos de iniciativa popular no Congresso; a instituição do voto digital para proposição de projetos pela internet e a defesa da criação de canais que aproximem o cidadão de sua prefeitura, como o Plebiscito e a Prefeitura Digital. O PODEMOS prega a orientação de bancada por pautas de relevância nacional que surgem e circulam na internet, através de Iniciativa Popular Digital que não atente contra os princípios do partido ou de legalidade e que tenham mais de 20.000 assinaturas.

A legenda também defende o saque do FGTS em casos de doença; a prioridade de atendimento às pessoas em tratamento contra o câncer; uma educação cidadã que trate noções de cidadania e direitos básicos, dentre outros componentes; o acesso universal à internet para todos os cidadãos e a diminuição de regalias no Congresso.

III) Espectro político: _____

3.16.12 Partido Social Cristão – PSC

I) Breve apresentação:

“O PSC [...] tem como fundamento a Doutrina Social Cristã, onde o Cristianismo, mais do que uma religião, representa um estado de espírito que não segrega, não exclui, nem discrimina, mas que aceita a todos, independentemente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica ou financeira. [...] É hora de seguir em frente.”

Figura 25 – Logomarca do PSC



Fonte: PSC⁷⁵.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Social Cristão (número da legenda: 20)⁷⁶ busca, em primeiro lugar, garantir o respeito à dignidade da pessoa humana, procurando colocá-la acima de quaisquer valores, por mais importantes que eles sejam ou que possam ser. Da mesma forma, luta pela defesa e o respeito à soberania nacional, o regime político democrático e o pluripartidarismo; a defesa e o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, definidos na Constituição Federal; e a defesa e proteção dos animais, da ecologia e do meio ambiente.

O partido entende que uma sociedade livre é indissociável da liberdade econômica e do combate à corrupção. Suas propostas idealizam uma política de menos juros, menos impostos e mais crédito, buscando uma atuação com mais

solidariedade, sem que se deixe ninguém para trás. O PSC pensa um Brasil com mais dinheiro no bolso do cidadão, onde o governo não atrapalhe a livre iniciativa do povo brasileiro. Assim, a legenda vai em busca de um país com menos burocracia e mais liberdade, saúde, segurança e educação de qualidade. Um Brasil a favor do empreendedor, com menos intervenções estatais e menores tributos incidentes sobre o ato de trabalhar, o que gera maiores riquezas para a Nação.

O Partido Social Cristão prega a valorização da família e dos valores cristãos. Defende a família tradicional, porque esse é o caminho que se deve apresentar como exemplo e não como exceção. O PSC é a favor da prisão perpétua e da redução da maioria penal; é contra a legalização do aborto e das drogas e a favor do voto facultativo.

III) Espectro político: _____

3.16.13 Partido Comunista Brasileiro – PCB

I) Breve apresentação:

“Pelo poder popular, rumo ao socialismo! Fomos, somos e seremos comunistas!”

Figura 26 – Logomarca do PCB



Fonte: PCB⁷⁷.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Comunista Brasileiro (número da legenda: 21)⁷⁸, fundado em 25 de março de 1922, objetiva a ultrapassagem da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista, na perspectiva do comunismo, segundo os princípios do Marxismo-Leninismo. O partido educa seus militantes no respeito à soberania da

vontade do povo brasileiro, no espírito do internacionalismo proletário e na solidariedade aos trabalhadores de todos os países.

O objetivo maior dos comunistas é contribuir para a constituição da classe trabalhadora em classe revolucionária, buscando a derrubada do domínio da burguesia e a conquista do poder político pelo proletariado. Assim, o papel básico do PCB é contribuir para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores, agindo na organização das lutas e na propaganda socialista.

O partido busca despertar para a necessidade da luta contra a desigualdade, por justiça e por melhores condições de vida para os trabalhadores, a juventude e a população em geral. Propõe a construção do Bloco Revolucionário do Proletariado, reunião das forças políticas e sociais que almejam dirigir os trabalhadores brasileiros para a derrubada do capitalismo por meio da revolução socialista. Também busca a formação de uma Frente Política Anticapitalista e Anti-imperialista, que deve ter o papel de aglutinar o movimento operário e popular em torno de bandeiras gerais e específicas.

O PCB é um partido nacional de massas vinculando organicamente o objetivo socialista a uma democracia de massas, a ser construída no respeito ao pluralismo e nos valores fundamentais da liberdade. O partido enfatiza a centralidade do trabalho, sendo contra políticas de cunho compensatórias, que propõem a conciliação e harmonização entre o capital e o trabalho. O PCB propõe a erradicação da propriedade privada e das classes e a construção de uma nova e ampla entidade sindical, classista, democrática e independente, capaz de conduzir as lutas do proletariado, em especial da classe operária brasileira.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.14 Partido da República – PR

I) Breve apresentação:

“O PR resulta da fusão que uniu a força do PL (Partido Liberal) ao alcance do PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional)”, e mantém os mesmos ideais e princípios que nortearam seus antecessores. Inspira-se “[...] nos princípios da liberdade com igualdade social, da solidariedade e da dignidade da pessoa humana [e] busca a realização do Bem Comum, em uma sociedade livre, pluralista e participativa.”

Figura 27 – Logomarca do PR



Fonte: PR⁷⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da República (número da legenda: 22)⁸⁰ é defensor das ideias do liberalismo social. Assim, o partido propõe um Estado que não seja máximo a ponto de inibir os que já são livres, nem mínimo que só proteja os fortes. O Estado que o PR defende é aquele que resguarda o Bem Comum e protege os trabalhadores. É o Estado que atua em áreas necessárias e indispensáveis, defensor da atividade econômica desenvolvida pela empresa privada e livre.

O PR apoia a liberação do comércio de armas de fogo e respalda o trabalho forçado nas cadeias do Brasil. Defende um projeto de nação assentado na soberania do país e nos valores nacionais, com destaque à liberdade, ao desenvolvimento, a igualdade e à justiça social. É a favor de reformas estruturais no Estado, como a tributária. Concorde com o voto livre e secreto e entende que os valores naturais devem ser o único limite à liberdade individual.

Entre os grupos sociais identificados com o PR, destacam-se os liberais, republicanos e nacionalistas, comprometidos com as garantias individuais, o Estado de Direito, o capital nacional produtivo, a livre iniciativa, a justa distribuição de renda, além da promoção da educação e saúde de qualidade e a paz social.

O partido luta contra a dominação entre os homens e pela redução das injustas desigualdades regionais. Apoia a reforma agrária, o cooperativismo e o privilégio fiscal, financeiro e creditício à pequena e média empresa. Entende que não deva existir censura política, porém, concorda com a censura moral na televisão ou no rádio, quando o direito à livre expressão conflitar com o direito natural da família à educação de seus filhos.

O PR prega educação básica para todos, com uma escola que transmita informações e estimule a capacidade crítica do cidadão. Defende programas de alimentação de crianças e gestantes carentes, bem como assistência médica a todos os brasileiros carentes, independente de contribuição previdenciária. Propugna a autodeterminação dos povos; a proteção e benefícios aos negros, como forma de correção de injustiças acumuladas ao longo do tempo; bem como a proteção e o respeito às tradições e direitos dos índios.

III) Espectro político: _____

3.16.15 Partido Popular Socialista – PPS

I) Breve apresentação:

“O Partido se declara humanista, socialista e ambientalista, conceitos enriquecidos com a experiência dos movimentos operários e populares, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista e do humanismo libertário. Por sua essência democrática e laica, o Partido exclui dogmatismos e sectarismos, e se concebe como um organismo aberto à renovação das ideias e dos métodos, em um marco de respeito à pluralidade das concepções. [...] Verdadeiro. Corajoso. Decente.”

Figura 28 – Logomarca do PPS



VERDADEIRO. CORAJOSO. DECENTE

Fonte: PPS⁸¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Popular Socialista (número da legenda: 23)⁸² é um partido plural, que respeita as condições de sexo, cor/raça, idade, estado civil, estado e capacidade física, deficiência, e situação socioeconômica, bem como concepção filosófica, crença religiosa e opção sexual. Uma legenda aberta à participação de todos os que acreditam que é possível, a todos os seres humanos, viverem iguais e

livres. Assume o compromisso com a vida, entendendo-a como indissociável da natureza e da cultura.

É um partido que repudia toda e qualquer forma de violência e que faz da eliminação da miséria a questão primeira de sua política. O PPS contrapõe-se aos modelos neoliberais, defendendo que a propriedade dos meios de produção e de comunicação deva ser social.

O Partido Popular Socialista objetiva a reforma democrática do Estado para que ele não tutele, mas que seja controlado pelos cidadãos e pela sociedade. Defende a reforma tributária, com taxaço sobre dividendos e pelo sistema progressivo dos impostos (onde os ricos paguem proporcionalmente mais que os pobres); além do aumento da simplificação, transparência e desconcentração do sistema tributário. Também prega outras reformas, como a da previdência e a trabalhista, além da implantação do parlamentarismo.

Luta por um programa de desenvolvimento que tenha o ser humano como sujeito e que seja capaz de eliminar a injusta distribuição de renda. Rejeita todos os tipos de discriminação e preconceito e defende uma sociedade ecologicamente equilibrada e autossustentável, a igualdade entre gêneros, a resolução pacífica para conflitos mundiais e a autodeterminação dos povos. Compartilha os valores da liberdade e da justiça social, da ética, do trabalho e da solidariedade, da sustentabilidade e da integridade, do internacionalismo e da paz.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.16 DEMOCRATAS

I) Breve apresentação:

“Jamais abandonamos os nossos princípios nem o compromisso de lutar por um Brasil mais moderno, justo, eficiente e solidário, capaz de gerar trabalho, riqueza e bem-estar para o seu povo. O Brasil que queremos é o país do otimismo e do empreendedorismo, da livre iniciativa e do esforço pessoal.

Esse é o Brasil que queremos! Esse é o Brasil que pode e vai dar certo! Esse é o Brasil que os brasileiros merecem! Vamos em frente! Pelo Brasil e para o Brasil!”

Figura 29 – Logomarca do Democratas



Fonte: Democratas⁸³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Democratas (número da legenda: 25)⁸⁴ se fundamenta nos princípios do regime democrático, do Estado de Direito, da livre iniciativa e da justiça social. Seu maior compromisso é com a liberdade, em todas as suas formas. Por isso, defende um sistema político democrático, plural e participativo e uma economia baseada na livre-iniciativa. Defende um liberalismo moderno, voltado para a produção, o emprego e o bem-estar social, lutando contra a asfixia burocrática e voracidade fiscal.

É um partido do centro democrático nacional que luta por um sistema liberal e humanista baseado na igualdade de oportunidades. Defende a eficiência do gasto público, tendo o Estado papel regulatório e incentivador, desde que não sufoque os esforços individuais e empresariais.

O partido é defensor incondicional do direito à vida, à propriedade, à liberdade de pensamento, de opinião, de informação e de crença religiosa. Entre algumas de suas bandeiras, estão: discutir a concessão à iniciativa privada de todas as atividades não inerentes ao governo; combater o flagelo das drogas e da violência; defender os interesses fundamentais da família e da coletividade; propor mecanismos mais eficientes para defender e apoiar os segmentos mais frágeis da sociedade; fazer da educação um verdadeiro instrumento de cidadania e inclusão social, sendo obrigatória e gratuita em todos os seus níveis; reafirmar o compromisso de combater qualquer forma de discriminação, preconceito e violência contra a mulher; viabilizar uma saúde pública digna; estabelecer o voto livre; reduzir gradativamente a carga tributária; reclamar uma justa distribuição de renda e riquezas, com desenvolvimento e crescimento das regiões de forma equânime.

III) Espectro político: Centro.

3.16.17 Democracia Cristã – DC

I) Breve apresentação:

“Sou social, democrata e cristão, meu compromisso maior é com a família, com a defesa de seus valores e o atendimento pleno de suas necessidades, e meu objetivo fundamental, a construção de um País de todos e para todos. Tenho compromisso com a justiça social e com a democracia. Tenho compromisso com os princípios do Cristianismo e quero dar, sempre, em todo o tempo e em todo o lugar, testemunho do Evangelho.”

Figura 30 – Logomarca do Democracia Cristã



Fonte: Democracia Cristã⁸⁵.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Democracia Cristã (número da legenda: 27)⁸⁶ destina-se a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal. É um partido capaz de promover a transformação do país e a redenção de seu povo em torno dos princípios da liberdade, justiça e solidariedade e está alicerçado nos valores humanísticos e eternos do Evangelho. O DC busca o atendimento das necessidades da família, como emprego com justa remuneração, educação, saúde, segurança e moradia.

Ao repudiar o capitalismo selvagem, que não realiza a Justiça, e o marxismo, que esmaga a Liberdade, entende a pessoa como centro e razão fundamental de todo o processo social, econômico e político. Assim, busca a igualdade de oportunidades que permita a todos iguais condições de desenvolvimento, lutando pelo acesso universal à educação, em todos os níveis. Advoga pela garantia ao povo brasileiro de assistência médica, odontológica e hospitalar; apoia a convivência solidária entre as nações; defende a manutenção do nome de Deus na Constituição e promove a harmonia entre a atividade econômica e o meio ambiente.

O partido luta pelo direito ao lazer e participação nos lucros ou resultados das empresas aos trabalhadores, estimulando-se a parceria entre capital e trabalho. Assegura à família o direito à liberdade de ensino e apoia o ensino profissionalizante. Reconhece a função social das Universidades, quer como centro

avançado de pesquisa e formação acadêmica, quer como crítica do processo de desenvolvimento social e econômico.

O DC apoia a livre iniciativa, fortalecendo a empresa privada, estimulando a empresa nacional e limitando a ação do Estado aos campos de sua natural atuação. Também propugna pela diminuição da insuportável carga tributária que hoje esmaga as empresas e pessoas e defende a redução dos desníveis regionais. O partido defende a Reforma Agrária e o direito de propriedade, condicionados a serem exercidos com finalidade social.

III) Espectro político: _____

3.16.18 Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB

I) Breve apresentação:

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro tem “[...] a modernidade, a preocupação com o meio ambiente e as questões sociais e trabalhistas como metas primordiais para que possamos juntos construir um novo Brasil. [...]”

A decência, a honestidade, a família constituída e os valores pátrios estão acima de tudo. O partido da dignidade humana. O partido do homem e da mulher de bem. Pátria e família em primeiro lugar.”

Figura 31 – Logomarca do PRTB



Fonte: PRTB⁸⁷.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PRTB (número da legenda: 28)⁸⁸ defende o “Trabalhismo Participativo”, modalidade onde Capital e Trabalho convivam harmoniosamente, voltados para mútuos interesses em duas vias e não em via de mão única, com a exploração do Trabalho pelo Capital. Entende que quando todos tiverem acesso a compartilhar das oportunidades criadas, seja como empregados ou como empregadores, se poderá

mais rapidamente desenvolver o País. Assim, o partido entende que o empregador deve obter seus lucros, sem, todavia, subtrair do empregado o que lhe é devido e justo, dentro de suas conquistas sociais e trabalhistas. Da mesma forma, o empregado deve respeitar e colaborar para o crescimento da empresa onde trabalha, pois dos investimentos e riscos inerentes à atividade empresarial é que dependem seu emprego e seu futuro.

O PRTB luta pela concessão, por parte do Governo, de 4 salários mínimos a toda criança que nascer no país, valor que só poderá ser sacado quando a criança tiver 21 anos. Esta medida visa uma nação cuja pobreza absoluta será banida de todo território nacional e todos poderão, a partir dos 21 anos, começar uma vida digna, com o sustento mínimo para suas necessidades. A legenda também idealiza remédios e cesta básica desonerada.

O PRTB busca renovar a mobilidade urbana, defendendo a criação do aerotrem. Propugna, finalmente, uma sociedade pluralista e sem distinção entre raças, credos ou ideologias, onde o Estado seja constituído pela democracia de regime presidencialista, federativo e seu Território Nacional indissolúvel. Lutará para que os poderes constituídos do Executivo, Judiciário e Legislativo coexistam harmoniosamente, com a renovação permanente dos valores humanos, através de eleições livres e periódicas em todos os níveis, por sufrágio universal e secreto, sob a égide do Pluripartidarismo Democrático.

III) Espectro político: Direita.

3.16.19 Partido da Causa Operária – PCO

I) Breve apresentação:

“O objetivo do Partido da Causa Operária é dar à luta da classe operária um caráter consciente e unitário, e mostrar-lhe o objetivo histórico socialista que dessa luta se desprende. O PCO empenha-se na conquista da independência de classe do proletariado [...], [sendo] um partido operário de ação e não apenas eleitoral, vale dizer, um verdadeiro partido operário, um partido revolucionário. [...] Por um governo das organizações operárias e camponesas.”

Figura 32 – Logomarca do PCO



Fonte: PCO⁸⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e da produção para o mercado em produção socialista, podem fazer com que o crescimento da produtividade do trabalho social transforme-se em fonte de crescimento do conforto e do aperfeiçoamento harmonioso da humanidade. Esta transformação social não admite união com a pequena-burguesia ou burguesia, somente podendo ser obra da classe operária, aliada com os camponeses e explorados em geral e organizadas em seu próprio partido.

O PCO (número da legenda: 29)⁹⁰, neste sentido, não luta por novos privilégios de classe, mas sim em prol da supressão da dominação de classes e pelos direitos e deveres iguais de todos, sem exceção de sexo, raça, idade ou atividade. Por isso, combate a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados e todos os tipos de abusos, estejam dirigidos contra uma classe, um partido, um sexo, uma raça ou uma nação. Propõe a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e de um salário mínimo vital suficiente para sustentar o trabalhador e sua família.

O PCO defende o não pagamento da dívida externa e interna; a estatização do sistema financeiro, da previdência privada, dos monopólios da TV e rádio e a reestatização de empresas privatizadas. É contra a pena de morte; a prisão perpétua; a criminalização a partir dos 16 anos e contra impostos que recaiam sobre o consumo e os salários. Defende a Reforma Agrária; um sistema de saúde público e de boa qualidade; a gratuidade da justiça; a legalização do aborto; o fortalecimento da autonomia dos estados e municípios; a criação de polícias municipais e a dissolução da PM e do aparato repressivo. Apoiava o serviço militar de três meses para todos e a redução do orçamento militar, com aumento de repasse para a saúde e educação. Propõe um ensino público gratuito e laico em todos os níveis, com gratuidade dos materiais de estudo e ingresso irrestrito a todos os níveis de ensino.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.20 NOVO

I) Breve apresentação:

O “NOVO é um movimento que foi iniciado por cidadãos insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos. [...] Analisando os partidos políticos existentes, concluíram que nenhum deles defendia claramente a maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação. Em razão desta constatação, optaram pela formação de um novo partido político.”

Figura 33 – Logomarca do Novo



Fonte: Novo⁹¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O NOVO (número da legenda: 30)⁹² defende o respeito à liberdade individual e a diminuição do tamanho do Estado. Defende os direitos individuais, a liberdade de expressão, a transparência e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Entende que com menos burocracia, menos impostos, mais liberdade de empreender e livre concorrência, há maiores chances de mais empregos e prosperidade, o que trará maior desenvolvimento para o país.

O partido advoga, principalmente, pela liberdade dos indivíduos e a capacidade de todos alcançarem o mais alto nível de prosperidade de acordo com seu potencial, em razão de seus valores, suas atividades, seu talento e seu conhecimento. Para isso, é fundamental que as pessoas tenham acesso à educação da mais alta qualidade, de melhores oportunidades e vivam em um país com um Estado atuando restritamente às áreas que são essenciais à população: saúde, segurança, educação básica, justiça, infraestrutura e estabilidade da moeda.

O NOVO é contra a pobreza; contra o uso de dinheiro público para campanhas políticas; contra a má gestão e mau uso dos recursos públicos e contra a existência de empresas estatais. O partido é favorável às privatizações, defendendo o indivíduo contra o Estado: o cidadão é que precisa ser máximo e o Estado, suficiente e eficiente.

O NOVO é favorável ao voto facultativo; à revisão do Pacto Federativo; é a favor da reforma da Previdência e da livre negociação entre empresas e cidadãos; é contra a reeleição; contra a fixação de piso salarial e de salário mínimo obrigatório; contra o Estatuto do Desarmamento; favorável à liberdade das pessoas escolherem como desejam e com quem querem se relacionar. O NOVO não tem posição definida sobre o aborto e legalização de drogas e busca a migração gradual da política de cotas para o modelo meritocrático.

III) Espectro político: _____

3.16.21 Partido Humanista da Solidariedade – PHS

I) Breve apresentação:

“Uma agremiação verdadeiramente empenhada em conduzir a bandeira da Doutrina Social Cristã e do Solidarismo. [...] Há, portanto, que buscar, quanto antes, o caminho humanista/solidário num movimento de caráter universal, rumo à abundância e à paz, para que se apresse a existência de um mundo humanista/solidário, ético, harmônico e fraterno.”

Figura 34 – Logomarca do PHS



Fonte: PHS⁹³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

Inspirado no Ensino Social Cristão, o Partido Humanista da Solidariedade (número da legenda: 31)⁹⁴ tem como princípios básicos: a pessoa humana, criada por Deus e considerada nas suas inalienáveis dignidade e liberdade; a hipoteca social presente no destino universal dos bens da terra; o Bem Comum, conjunto das

condições de vida à altura da dignidade da pessoa humana, constituindo sentido essencial do Estado; a primazia do trabalho sobre o capital; e, a solidariedade plena, que requer a presença de três fatores fundamentais: Justiça, Liberdade e Amor Fraternal.

O partido coloca a superação da miséria como sua prioridade, colocando o combate à fome como sua principal medida no âmbito da saúde. A ação econômica deve ter por objetivo acudir as carências da sociedade, proporcionando condições para a redução dos desníveis sociais, através de educação intensiva – inclusive de capacitação profissional –, do desenvolvimento do associativismo, da garantia do direito ao trabalho e à renda mínima e do fortalecimento das pequenas empresas. Para o PHS, capitalismo e comunismo são ineficazes para solucionar os problemas sociais que atingem a humanidade.

A legenda faz da família a base da estrutura social, possuindo profunda preocupação com a questão do aborto e da primeira infância. Defende a Reforma Agrária, a municipalização das tarefas do Estado e vê com prudência os processos de privatização. Na política, o partido propugna a adoção do voto distrital misto e defende ser crime inafiançável as práticas de corrupção. Luta pela universalização da assistência, da previdência social e do atendimento médico-hospitalar. O PHS destaca o respeito às minorias, independente de cor, sexo, idade, origem, etnia ou qualquer outra particularidade e abomina qualquer ingerência estrangeira nos assuntos internos dos diversos países. Defende a proteção ao meio-ambiente e a utilização de novas fontes de energia; a integração econômica do Nordeste e o processo de interiorização (contrário a concentração da população em megacidades).

III) Espectro político: _____

3.16.22 Partido da Mobilização Nacional – PMN

I) Breve apresentação:

O Partido da Mobilização Nacional – PMN orienta-se por conteúdo nacional, democrático e socialista. Sua missão é dar continuidade à Inconfidência Mineira, fortalecendo a soberania. O PMN é “a legenda da soberania”.

Figura 35 – Logomarca do PMN

Fonte: PMN⁹⁵.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da Mobilização Nacional (número da legenda: 33)⁹⁶ luta, desde os primórdios de sua história, pela reforma agrária, a moratória conjunta com os países da América Latina, o rompimento com o FMI e a formação, com os países vizinhos, de um bloco econômico-financeiro.

O partido propõe congregar cidadãos de ambos os sexos, sem restrições de qualquer ordem, que aceitem e defendam as teses da mobilização nacional. Assim, o PMN defende a superação da condição de colônia brasileira, identificando as causas que mantêm o Brasil na condição de país subdesenvolvido, a fim de guiar a nação para a condição de país desenvolvido.

Mobilizado, o Brasil acabará com o analfabetismo; fortalecerá a cultura nacional; enfrentará a questão da saúde; aumentará a sua produção agrícola e industrial; fará a reforma agrária; defenderá as riquezas naturais; criará um poderoso mercado interno; ampliará o comércio com o resto do mundo; implementará a política do salário máximo e a previdência justa; tornará possível a construção de moradia para todos e viabilizará o aparecimento, no Brasil, da primeira experiência de democracia plena e de socialismo da riqueza.

Na política internacional, o PMN luta para terminar com o colonialismo interno, dando a todos os estados a mesma oportunidade de desenvolvimento. Quanto à dívida externa, uma mobilização nacional dará respaldo ao governo para comandar o Terceiro Mundo na declaração de uma moratória conjunta que implodirá o atual sistema financeiro internacional e tornará possível a reconstrução da economia mundial em bases solidárias e justas. O partido pretende unir as nações do Terceiro Mundo até aqui marginalizadas, através do Parlamento do Terceiro Mundo, para a

criação de um futuro em que todos os homens tenham uma vida digna, num mundo de paz, abundância e amor.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.23 Partido da Mulher Brasileira – PMB

I) Breve apresentação:

“O PMB busca o reconhecimento, a consolidação e a valorização da mulher, sem a exclusão masculina no cenário de um mundo globalizado que pressupõe a igualdade dos direitos, se empenhando integralmente para garantir a soberania e o desenvolvimento do Brasil de forma pacífica e democrática, tendo como foco um país socialmente justo e igualitário.”



Fonte: PMB⁹⁷.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da Mulher Brasileira (número da legenda: 35)⁹⁸ respeita os princípios e preceitos legais, sem restrições de qualquer ordem: sexual, social, racial, econômica ou religiosa. Além da luta pela valorização da mulher e igualdade de direitos, o partido defende a valorização do povo brasileiro e o amor à Pátria, propondo o resgate da disciplina de Educação Moral e Cívica no currículo escolar das escolas públicas. O PMB luta pelo respeito às individualidades e a igualdade de direitos, independente de etnia, credo ou religião. Propõe um Estado forte e estável, com atuação mais efetiva na área de saúde pública e que estabeleça impostos menores e mais justos.

Os filiados do PMB lutarão por um mundo livre da opressão, dependência econômica e política, da miséria e da fome e não permitirão a exploração do capital nacional. Lutarão contra a perda de direitos e garantias e pela preservação da soberania nacional. O partido defende um meio ambiente ecologicamente equilibrado em todas as suas formas e luta pela defesa da vida, da família e da sociedade, ancorada nos pilares da dignidade da pessoa humana, do

desenvolvimento sustentável e do equilíbrio social e econômico. Busca punições mais severas contra o desmatamento e a poluição; a proteção e o respeito à Amazônia como reserva nacional e estratégica e a ampliação do uso de energias renováveis.

Luta pelo fortalecimento da família, em seus mais variados formatos; propõe a defesa da repressão à prostituição infantil, ao tráfico de crianças, adolescentes e mulheres e à exploração sexual de mulheres. Objetiva a redução da violência doméstica e de penas mais rígidas para crimes hediondos; propugna a igualdade de direitos para minorias; à liberdade de expressão e dos meios de comunicação e o acesso à internet para toda a população. Advoga pela universalização de energia elétrica e a garantia de uma educação pública de qualidade em horário integral.

III) Espectro político: Centro-Esquerda.

3.16.24 Partido Trabalhista Cristão – PTC

I) Breve apresentação:

O PTC reflete a pluralidade do Brasil, diversidade de ideias, de raça, de gênero e de idade. A diversidade, portanto, é uma marca do PTC. “Um partido plural para um Brasil mais igual.”

Figura 37 – Logomarca do PTC



Fonte: PTC⁹⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Trabalhista Cristão (número da legenda: 36)¹⁰⁰ estabelece como suas bandeiras, princípios e objetivos inalienáveis a defesa das instituições políticas livres e democráticas, das liberdades individuais, da vida e da família, da luta pela justiça social, do Estado laico, do ecossistema brasileiro e do combate à impunidade.

O partido considera a diversidade sua marca e reflete a pluralidade brasileira, a diversidade de ideias, de raça, de gênero e de idade. O PTC confia na democracia e propugna o aumento da participação feminina na política, combatendo todas as formas de desigualdade de gênero.

O Partido Trabalhista Cristão é contrário a qualquer proposta de legislação que avance sobre os direitos trabalhistas. Neste sentido, o partido luta contra a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a lei da terceirização, que retiram direitos e achatam salários. Da mesma forma, o PTC se posiciona em oposição ao aumento de impostos.

Um direito da mulher que a legenda sempre defendeu é de aposentadoria por idade menor que a dos homens, uma vez que a maior parte das mulheres trabalha em regime de dupla jornada. Assim, o partido destaca que lutará contra qualquer proposta que atente aos direitos femininos.

No campo da política, o Partido Trabalhista Cristão propugna o fim do voto obrigatório, entendendo que, desta forma, só irão às urnas quem realmente quiser participar democraticamente das eleições. Do mesmo modo, o partido defende a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para mudar as regras da política brasileira. Nesta proposta, os representantes seriam eleitos somente para fazer a Reforma Política, sendo a assembleia dissolvida após a promulgação das novas leis.

III) Espectro político: _____

3.16.25 Partido Socialista Brasileiro – PSB

I) Breve apresentação:

É dever do filiado ao PSB “manter o compromisso fundamental do Partido com o Socialismo e a Liberdade, a Democracia e a Justiça Social, como princípios básicos, primordiais e inabaláveis; [assim como] empenhar-se com denodo e perseverança na busca da unidade das forças populares, fiel à visão pluralista do socialismo que queremos [...]”

Figura 38 – Logomarca do PSB



Fonte: PSB¹⁰¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Socialista Brasileiro (número da legenda: 40)¹⁰² tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem. Neste sentido, defende a abolição do antagonismo de classe e a socialização dos meios de produção e distribuição, mantida a propriedade privada. Propõe um Estado atuante nos diversos ramos da economia, defendendo o aumento de impostos sobre propriedades, heranças e capital. O partido entende o trabalho como direito e obrigação social de todo cidadão válido.

O PSB valoriza a soberania popular e proclama a neutralidade do Estado em face dos credos filosóficos e religiosos, estabelecendo como objetivo da educação o de dar ao homem a capacidade de adaptação à sociedade em que vive. Defende a assistência médica, sanitária e hospitalar a todos os cidadãos e a função social da propriedade. Advoga por reformas estruturais e pela nacionalização de áreas estratégicas, lutando por direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos e políticos da cidadania como o acesso à educação, à saúde, ao transporte público, à habitação e ao saneamento básico; o direito de vizinhança, ao seguro-desemprego, à privacidade, o acesso à informação e ao controle das atividades estatais e a mais ampla participação política.

O partido combate a discriminação racial; a opressão às minorias, às mulheres e às crianças; a violência contra manifestações culturais alternativas; a degradação da qualidade de vida; a depredação ambiental e o genocídio das nações indígenas. No plano externo, luta pelos princípios de autodeterminação dos povos;

pelo fortalecimento dos organismos internacionais, contra todas as formas de imperialismo, colonialismo e belicismo; pela organização de países do terceiro mundo e pelo maior entendimento entre as nações latino-americanas em sua luta comum pela afirmação soberana de seus interesses nacionais, inclusive na negociação profunda de uma dívida externa contraída por governos ilegítimos.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.26 Partido Verde – PV

I) Breve apresentação:

“O PV é um instrumento da ecologia política. [...] O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes.”

Figura 39 – Logomarca do PV



Partido Verde

Fonte: PV¹⁰³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

Os Verdes (número da legenda: 43)¹⁰⁴ propugnam o desenvolvimento sustentável como caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e emprego, sem fazer distinção entre investimentos nacionais e estrangeiros, de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas.

Entre suas principais bandeiras e valores, estão: a preservação ambiental, a reciclagem e o desenvolvimento sustentável; o respeito aos direitos humanos, o pluralismo e a transparência; o exercício da democracia representativa; a justiça social, que estabeleça condições mínimas de sobrevivência com dignidade para todas as pessoas, tendo o poder público como regulador do mercado; a liberdade de

expressão política e cultural; o direito à privacidade; a iniciativa privada; o municipalismo; a espiritualidade; o pacifismo, internacionalismo e multiculturalismo. Defende a diversidade cultural, étnica e social e se posiciona contra todas as formas de preconceito e discriminação racial, cultural, etária ou de orientação sexual. Luta por maiores investimentos na educação, pela erradicação do analfabetismo e pela garantia de escola pública, gratuita e de qualidade, para todos.

O PV defende a liberdade sexual; a legalização da interrupção voluntária da gravidez; a descriminalização de jogos de azar e do uso de drogas e a legalização do uso da *Cannabis Sativa*. É favorável à Reforma Agrária; ao voto facultativo e à solução negociada dos conflitos internacionais. O PV defende o desarmamento; a desnuclearização; a introdução de um imposto negativo para assegurar uma renda mínima de sobrevivência a todo cidadão necessitado; a criação de um salário escolar para as mães de adolescentes e crianças carentes e o aumento de taxaço sobre a indústria de bebidas e tabaco e o setor financeiro.

A legenda busca implementar projetos de coleta comunitária; priorizar o transporte de massas e dar ênfase à medicina preventiva e sanitária, com maior espaço para as terapias alternativas. Idealiza um sistema carcerário que se converta em local de trabalho e recuperação; propõe o fim do serviço militar obrigatório e a redução drástica da utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas.

III) Espectro político: Centro.

3.16.27 Partido Republicano Progressista – PRP

I) Breve apresentação:

“O novo republicanismo brasileiro, simbolizado na fundação do Partido Republicano Progressista (PRP), em 24 de maio de 1989, tem como premissa retomar os sonhos dos primeiros republicanos brasileiros que, em 1870, sonhavam implantar uma Nação soberana, de cidadãos livres, baseada no liberalismo econômico e moderna, capaz de gerar riquezas para elevar a condição de vida de todos os brasileiros.”

Figura 40 – Logomarca do PRP



Fonte: PRP¹⁰⁵.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Republicano Progressista (número da legenda: 44)¹⁰⁶ funda sua estrutura interna e suas ações dentro dos postulados da social democracia progressista e do princípio de que todos são iguais diante de Deus e das Leis. O partido propugna a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

O PRP entende que o Estado deva desempenhar com eficiência seu papel social nos campos da Educação, Saúde, Previdência, Habitação, Agricultura, Segurança, Cultura e Meio Ambiente. Por outro lado, sua atuação na economia deve ser reduzida, de forma a estimular a livre economia. O partido defende a desoneração de tributos como alavanca do desenvolvimento e propõe as reformas dos sistemas fiscal, bancário e político.

Na política internacional, o partido prega a integração soberana do Brasil à ordem econômica, política e social, defendendo os princípios de autodeterminação das nações, de não interferência, de todas as causas de liberdade dos povos e da paz mundial.

O PRP propõe um pacto político associando o socialismo democrático, naquilo que a doutrina e a prática têm de melhor (cuidado com as pessoas, proteção à família e as garantias de educação e saúde gratuitas de qualidade) e o capitalismo

responsável e empreendedor, com novas políticas de regulamentação dos custos sociais, ambientais e culturais, com incentivos para as empresas que cumpram com suas obrigações sociais e fomento crescente de cooperativas de trabalho e de produção, associativismo e economia familiar.

III) Espectro político: Centro-Esquerda.

3.16.28 Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

I) Breve apresentação:

“Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo, o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro. [...] Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança”.

Figura 41 – Logomarca do PSDB



Fonte: PSDB¹⁰⁷.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da Social Democracia Brasileira (número da legenda: 45)¹⁰⁸ é um partido que nasceu para dar rumo ao país, resolvendo os problemas da economia, mas sempre pensando no povo e na melhoria de vida de cada cidadão brasileiro. Luta pela consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

É um instrumento de representação da vontade popular. O partido da modernização, da abertura econômica, de programas como o Plano Real e o Bolsa Alimentação, dos Genéricos e da lei de Responsabilidade Fiscal. Defende a

auditoria da dívida externa; a reforma agrária; a reforma da estrutura do Estado e do sistema financeiro. Concorda com a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar; valoriza a ação inovadora do empresariado; estimula a livre iniciativa e busca garantir o direito à propriedade privada dos meios de produção, desde que atenda sua função social. Um partido que propõe um relacionamento externo baseado na cooperação e na não-confrontação, que luta pela soberania, autodeterminação, segurança e integridade territorial.

O PSDB se empenha pela igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, negros, índios e idosos. Propõe a inversão das proporções dos impostos na carga tributária, que onera muito mais os contribuintes com menor nível de renda; a gratuidade do ensino público em todos os níveis e a autonomia das universidades. Advoga pela expansão das oportunidades de trabalho e incentiva a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve.

III) Espectro político: _____

3.16.29 Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

I) Breve apresentação:

O PSOL mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas, idealizando uma esquerda consequente, socialista e democrática. Tem como base de seu programa partidário “o socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.”

Figura 42 – Logomarca do PSOL



Fonte: PSOL¹⁰⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Socialismo e Liberdade (número da legenda: 50)¹¹⁰ pretende que o Brasil rompa com a dominação imperialista, rechaçando a conciliação de classes e os governos comuns com a classe dominante e apoiando as lutas dos trabalhadores. Luta por melhores salários e redução da jornada de trabalho, combate o desemprego e a corrupção, defende a auto-determinação dos povos e se posiciona contra qualquer tipo de intervenção militar. O partido é solidário às lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

A legenda é contra reformas reacionárias e neoliberais e a favor daquelas que sejam para melhorar a vida da maioria do povo. Neste sentido, advoga pela reforma agrária, idealizando terra para quem nela trabalha e quer trabalhar; a reforma urbana, que conceda moradia digna com condições dignas para todos; e a reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade. Prega a ruptura com o FMI e com a ALCA, o controle de câmbio e de capitais e o não pagamento da dívida externa. É contra privatizações; contra a insegurança e pelo direito à vida; luta pela preservação do meio ambiente; por uma educação pública e universal em todos os níveis e por uma medicina gratuita e eficiente para todos.

O PSOL é defensor das minorias nacionais. Assim, entre as principais bandeiras do partido estão: a conservação das terras e da cultura indígena; a proteção aos aposentados e idosos; a luta pela juventude, assegurando emprego, direito a cultura e lazer, escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade; a defesa dos direitos das mulheres, buscando a emancipação feminina e sendo contra todas as formas de discriminação de gênero; o combate sem tréguas ao racismo e a toda e qualquer discriminação e repressão; e contra a agenda conservadora que ameaça a comunidade LGBT, defendendo a livre expressão sexual e o reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.30 PATRIOTA

I) Breve apresentação:

“O PATRIOTA chegou para dar voz a todos aqueles que gritam por ordem, segurança e justiça social. Desde a época do PEN – Partido Ecológico Nacional, a nossa luta foi sempre por um país justo e sustentável.

Brasil acima de todos!”



Fonte: Patriota¹¹¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O objetivo do PATRIOTA (número da legenda: 51)¹¹² é participar de eleições livres e democráticas, a fim de promover valores conservadores, patrióticos e cristãos, respeitados os demais credos, através da ação política de seus representantes e filiados. O partido resguarda a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais insculpidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

O PATRIOTA exige de todos os seus filiados o compromisso de defesa dos seguintes pontos: a defesa incondicional da democracia; a proteção à vida e o combate à legalização do aborto; o combate à legalização das drogas; a promoção do direito do cidadão a autodefesa, a defesa da propriedade privada e ao uso privado de armas de fogo para esses fins; a valorização da família tradicional e o combate à apologia da ideologia de gênero, respeitando-se o direito individual de cada cidadão quanto a sua vida privada e opção sexual; a promoção de educação pública e privada de qualidade, sem quaisquer ideologias, com foco em ensino científico e técnico, e que valorize a disciplina e o ensino cívico; a redução da maioria penal; a liberdade de expressão e de imprensa; a promoção de governo fiscalmente responsável e desburocratizado; a promoção de economia livre e baseada no direito de propriedade privada e a prioridade à segurança pública e nacional. O PATRIOTA também defende a maior participação da mulher na política, lugar que também é seu.

O partido poderá ser conhecido, também, como o “Partido da Direita Brasileira” e/ou o “Partido Conservador Brasileiro”. Assim, o PATRIOTA não poderá fazer parcerias, alianças, conjugações ou coligações com partidos de extrema esquerda, hoje representados, por exemplo, por PT, PSOL, PCdoB, PSTU, PPL, PCO, PCB, e quaisquer outros que apoiem regimes autoritários.

III) Espectro político: Extrema-Direita.

3.16.31 Partido Pátria Livre – PPL

I) Breve apresentação:

“Nós somos as greves operárias, somos os que resistiram ao golpe de 1964 e lutaram contra a ditadura, pela anistia, pela democracia. [...] Completar a obra da independência nacional a que várias gerações de brasileiros ao longo da história dedicaram suas vidas, esta é a nossa missão.”

Figura 44 – Logomarca do PPL



Fonte: PPL¹¹³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Pátria Livre (número da legenda: 54)¹¹⁴ se orienta pelos princípios e pela teoria do socialismo científico, formando os seus filiados no espírito da independência, da soberania, do coletivismo e da solidariedade internacional entre os trabalhadores e os povos de todos os países. A legenda se inspira nas lutas sociais e patrióticas do povo brasileiro, lutando pela unidade nacional e por um projeto nacional de desenvolvimento soberano com distribuição da renda.

O partido possui compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores, como emprego digno, salário justo e aposentadoria integral; com a democratização do Estado; com a liberdade de imprensa, de manifestação e de organização política; com uma educação pública, gratuita, integral e de qualidade. Propugna o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional; uma saúde pública universal e de qualidade; a defesa da cultura nacional; a luta da mulher, do afro-brasileiro, do índio, dos jovens, dos idosos e das pessoas com deficiência contra qualquer forma de discriminação. Defende o fortalecimento dos estados e municípios e o fim das desigualdades regionais.

A legenda entende que sem investimento público não há crescimento, não havendo, portanto, justiça social. O desenvolvimento, assim, deve ser sustentado através da expansão do mercado interno, do investimento público, do financiamento público às empresas nacionais e de juros baixos. O Estado precisa dar tratamento preferencial às empresas brasileiras tanto nos financiamentos quanto nas encomendas, substituindo as importações e elevando o grau de nacionalização da produção.

O PPL defende o uso de fontes de energia diversificadas, a soberania nacional, a Petrobrás e o pré-sal; luta por igualdade de gêneros, pela redução da jornada de trabalho e por um sistema tributário que alivie os consumidores e a produção e que tribute os grandes ganhos e fortunas; defende a realização efetiva e plena da reforma agrária e não aceita a precarização dos direitos trabalhistas e nem a privatização da Previdência.

III) Espectro político: _____

3.16.32 Partido Social Democrático – PSD

I) Breve apresentação:

“O Partido Social Democrático constitui-se como instrumento de realização do processo político fiel ao princípio democrático, ao regime republicano em sua forma federativa, para defender um Brasil mais forte, desenvolvimentista, com uma economia dinâmica, moderna, competitiva e sustentável; um Brasil mais justo, no qual todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei; um Brasil equânime pela inclusão social e um Brasil mais solidário, com mais oportunidades para todos. [...] Sem violentar direitos e liberdades já conquistados, vamos enfrentar os pontos fundamentais que estão travando e obstruindo o desenvolvimento do Brasil.”

Figura 45 – Logomarca do PSD



II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Social Democrático (número da legenda: 55)¹¹⁶ é um partido de centro, moderno, livre de dogmas e ideologias superados e que está atento ao que realmente traz desenvolvimento econômico e social. É uma legenda que defende o desenvolvimento com liberdade: liberdade de opinião, de empreender e de escolher. O desenvolvimento tem a democracia como mecanismo político, a livre iniciativa como instrumento econômico e a igualdade de oportunidades como objetivo social.

O partido, ao lutar por igualdade de oportunidades, visa garantir a possibilidade de cada um se realizar pelo esforço individual e por seus próprios méritos. Ao mesmo tempo, defende programas de apoio às famílias carentes e a necessidade de se abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. O PSD luta pela iniciativa e a propriedade privada e a economia de mercado como o regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento. Acredita num Estado forte, regulador, mas democrático e centrado nas suas prioridades sociais. Idealiza menos burocracia e menores impostos; mais apoio aos Micro e Pequenos Empresários e valorização ao trabalho no campo. Defende que mulheres e homens tenham igualdade salarial e que as mulheres possam ter maior representatividade na política.

O PSD também defende o voto distrital; a preservação do meio ambiente e o incentivo ao uso de fontes renováveis de energia; a saúde e educação de qualidade; a modernização das relações de trabalho, com liberdade de negociação entre empresas e empregados. O PSD quer um Brasil forte e influente nas decisões internacionais, defensor do livre comércio e da busca de soluções negociadas e pacíficas para os conflitos entre nações, um país que se pautar segundo os valores da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

III) Espectro político: Centro.

3.16.33 Partido Comunista do Brasil – PCdoB

I) Breve apresentação:

“O Partido Comunista do Brasil [...] é o partido político da classe operária e do conjunto dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. [...] Luta contra a exploração e opressão capitalista

e imperialista. Visa à conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo.”

Figura 46 – Logomarca do PCdoB



Fonte: PCdoB¹¹⁷.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Comunista do Brasil (número da legenda: 65)¹¹⁸ foi fundado em 25 de março de 1922, e percebe o capitalismo como sinônimo de crise, exploração, violência. O partido se identifica com as causas das minorias, sendo contrário aos retrocessos nos direitos de trabalhadores, mulheres, da juventude e dos negros. Assume-se como um símbolo da luta pela liberdade e pelo direito dos trabalhadores no país.

O PCdoB percebe o desenvolvimento como fator de distribuição de renda e progresso social. Idealiza reformas que universalizem os direitos sociais. Combate o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa. Defende um projeto nacional vinculado à perspectiva da transição ao socialismo.

O partido busca o fortalecimento e a defesa da Nação. Pretende robustos investimentos públicos e forte papel regulador do Estado. O trabalho será valorizado e a vida social, harmônica. As injustiças sociais serão combatidas e a sociedade democratizada. Luta pela superação das desigualdades regionais; pela emancipação das mulheres e pela proteção do meio ambiente. Defende a cultura brasileira; a função social da propriedade e da terra; o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a universalização da cobertura da previdência social a todos os trabalhadores. Defende uma educação pública e gratuita, assegurando o acesso e permanência dos estudantes à educação pública em todos os níveis.

O PCdoB busca fortalecer as empresas estatais aumentando a participação do Estado e criando outras em setores estratégicos da economia. O partido luta por uma reforma tributária com desoneração da produção e do trabalho e maior carga sobre fortunas, riquezas e rendas elevadas. O Partido Comunista do Brasil apoia a

luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.34 AVANTE

I) Breve apresentação:

“Nós nascemos das ruas. Ouvimos o desejo das pessoas e lutamos por um país que segue em frente. Somos o único partido que tem a direção certa: AVANTE.

O novo nome nos aproxima ainda mais dos verdadeiros objetivos do partido, alicerçado ao longo de sua história e atrelado aos novos pilares: compromisso, prosperidade, humanidade, coletividade, diálogo, transparência e liberdade.

Estamos na direção do futuro e sempre em frente. [...] Avante Brasil!”



Fonte: Avante¹¹⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O AVANTE (número da legenda: 70)¹²⁰ é um partido comprometido com um Brasil que clama por mudanças. Defende uma reforma tributária que seja justa para todos, com a extinção do Imposto Sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda e a taxaçoão de grandes fortunas para promover a justiça social. Também propõe que as campanhas políticas sejam financiadas pelos próprios políticos, decorrente de seus próprios salários.

O AVANTE luta pela melhoria de vida, empoderamento e combate à violência contra a mulher. Também exige igualdade de oportunidades e representatividade feminina. Por isso, o partido clama por direitos iguais e pelo aumento da participação da mulher na política.

Com relação aos programas de governos, entende que estes devam ser elevados à condição de políticas públicas de Estado, tais como: PROUNI, FIES, erradicação do analfabetismo, Bolsa Família, Água para Todos e Luz para Todos.

O AVANTE é guiado por valores humanitários, pela ética, pela participação democrática de todos e pela transparência com a coisa pública, dando valor à inclusão, à multiplicidade de vozes e com respeito às diferenças.

O AVANTE possui como princípios a democracia plural e participativa; a república federal; a função social da propriedade e dos conhecimentos tecnológicos e científicos; a defesa do Estado Democrático de Direito e dos direitos humanos; o trabalhismo; o nacionalismo; o solidarismo cristão; a cooperação entre os povos; a justiça social; a isonomia; a sustentabilidade; o respeito às diversidades; o respeito às convicções religiosas e à liberdade de professá-las; a transparência, eficiência e eficácia na gestão pública, da impessoalidade e do interesse público.

III) Espectro político: _____

3.16.35 SOLIDARIEDADE

I) Breve apresentação:

“Estar entre os principais partidos do país, tendo o diálogo como meio de captar demandas, entender necessidades e formular políticas viáveis para o aprimoramento da vida em sociedade. O primeiro compromisso do Solidariedade é com a democracia como valor universal e com a sua ideologia: o humanismo sistêmico.”

Figura 48 – Logomarca do Solidariedade



Fonte: Solidariedade¹²¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Solidariedade (número da legenda: 77)¹²² destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender a soberania nacional e os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal. Constituem valores do partido a cooperação e solidariedade como compromisso fundante de todas as relações sociais; a valorização do trabalho humano e o desenvolvimento humano, econômico e social sustentável.

Lutará para construir meios que fomentem a distribuição de renda, a igualdade e a solidariedade, promovendo a inclusão, a dignidade, o respeito à diversidade humana, ecológica e a valorização da vida. Assim, a legenda busca garantir a plenitude dos direitos do negro, da mulher, dos idosos, das pessoas com deficiência, do grupo LGBT e dos demais movimentos sociais, apoiando a criminalização de todo tipo de discriminação. Entende ser necessário transformar em lei os programas de transferência de renda e luta pela democratização do acesso e do direito à terra, através da Reforma Agrária.

O partido defende trabalhadores e a quem cria os empregos; a universalização do acesso a sistemas de abastecimento de água, esgoto e saneamento básico; a implementação de projetos pedagógicos e uma grade curricular em que o jovem se sinta representado e o desenvolvimento de um currículo nacional único, garantindo aos estudantes a opção pela qualificação para o mercado de trabalho. Incentiva a reciclagem de lixo e o uso de energia solar; a priorização do transporte público e a garantia e ampliação dos direitos trabalhistas.

O Solidariedade defende uma reforma tributária que diminua os impostos daqueles que ganham menos; a elevação do percentual do orçamento da União para a saúde; a implantação do Sistema Único de Segurança Pública e ampliação dos investimentos nesta área; o combate a desindustrialização e a substituição do modelo de exportações e o aumento da representação sindical dos trabalhadores dentro das empresas, com participação efetiva destes na gestão das companhias.

III) Espectro político: _____

3.16.36 Partido Republicano da Ordem Social – PROS

I) Breve apresentação:

O PROS faz mais, com menos. “Propôs gestões enxutas, ágeis e eficazes, que usem bem os recursos públicos, que tenham uma tributação equilibrada e que – sobre tudo – invistam nos cidadãos e na qualidade dos serviços públicos essenciais.”

Figura 49 – Logomarca do PROS



Fonte: PROS¹²³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Republicano da Ordem Social (número da legenda: 90)¹²⁴ é um partido que não se estabelece à esquerda ou à direita, mas na força da união de quem acredita que pode contribuir com o presente para garantir o futuro do nosso povo. Sua principal bandeira é a redução de impostos, mas sem afetar a capacidade de atuação do Estado. O partido idealiza um sistema que reduza sua carga sobre o contribuinte com foco na melhoria dos serviços públicos e promova maior justiça social.

O PROS possui absoluto respeito à dignidade da pessoa humana e busca por uma nova ordem social. Para tanto, apoia o desenvolvimento tecnológico brasileiro estimulando o intercâmbio com países com capital intelectual tecnológico; compromete-se com a mobilidade urbana, com desejo de se levar às cidades brasileiras uma rede de transporte público multimodal, integrado e menos poluente. Propõe a desburocratização do Estado, com o desenvolvimento de carreiras dos servidores públicos com estímulo à meritocracia. O PROS trabalhará para que a ação do Estado seja ampliada nas áreas de prevenção, tratamento, acolhimento, recuperação e reinserção social dos usuários de drogas, ao mesmo tempo em que promove repressão ao tráfico. O partido defende o resgate da segurança para devolver ao Brasil o sentimento de paz nas ruas.

Assim, o PROS propugna a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a igualdade de oportunidades; o prevalectimento do trabalho sobre o capital, com o equilíbrio da distribuição da riqueza nacional entre todas as classes sociais e em todas as regiões. O PROS defende a integração de pessoa com deficiência no mercado de trabalho; luta por mais educação e energia limpa e menos impostos; por

um governo enxuto, atuante na saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda para os brasileiros.

III) Espectro político: Centro.

4 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. (Freire, 2017, p. 79)

A partir do rol de legislações apresentadas, aliadas ao conjunto de conceitos que trouxemos nestas páginas, entendemos que se abre um leque de opções de distintas formas de se abordar a temática da política em espaços escolares. O intuito deste capítulo 4 é, neste sentido, demonstrar algumas atividades pedagógicas que realizamos junto aos educandos dos 3º anos do Ensino Médio Integrado – cursos de Agropecuária, Informática e Mecânica – do IFRS – *Campus* Ibirubá, entre os meses de setembro e outubro do ano de 2018, como forma de ilustrar algumas destas opções práticas¹²⁵.

l) Exposição de conceitos, contextos e partidos políticos:

Objetivos e metodologia: apresentar aos(às) educandos(as) os conceitos e contextos políticos que permeiam a política e as discussões da rotina social, assim como os partidos políticos que conduzem, na prática, as políticas públicas em nosso país (Figuras 50, 51, 52 e 53). Dica: para melhor assimilação dos conceitos de direita e esquerda, distribuimos geograficamente os partidos políticos no espaço utilizado, tendo como referência central a figura do Rei Luís XVI (simbolizando o surgimento das ideologias e permitindo estabelecer um conceito de “Centro”), colocando em cada extremidade o cartaz com o conceito de Direita e Esquerda (os partidos foram distribuídos conforme espectro político citado em sua própria identificação e, quando ausente esta informação, segundo entendimento da autoria deste estudo). Ainda, penduramos no teto, alinhado a partir do espaço físico, as principais palavras e expressões que denotam cada conceito (por exemplo: “livre mercado”, “meritocrática” e “preservação do direito individual” foram colocadas no espaço reservado para a Direita, já “renda mínima”, “políticas afirmativas” e “Estado maior” foram citadas no espaço da Esquerda).

Figura 50 – Exposição de palavras e expressões políticas



Fonte: IFRS¹²⁶.

Figura 51 – Exposição de conceitos e partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

Figura 52 – Exposição de conceitos e partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

Figura 53 – Exposição de conceitos e partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

II) Reflexão sobre a possibilidade de uma educação neutra:

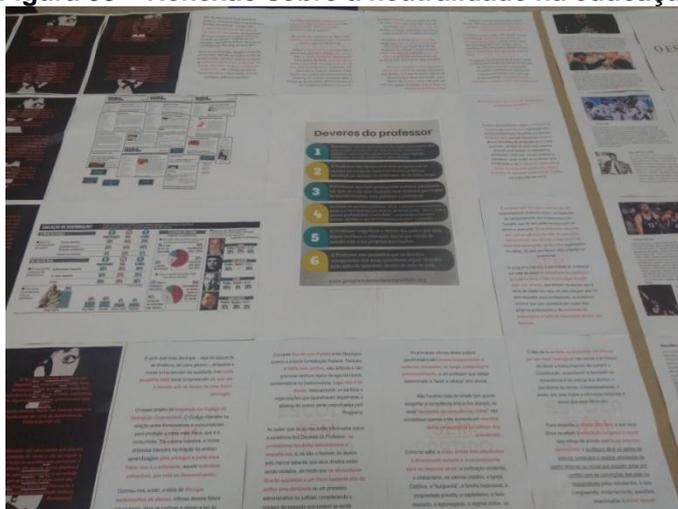
Objetivos e metodologia: refletir sobre a possibilidade de termos uma educação dita neutra (Figuras 54, 55 e 56). O espaço também possibilita a discussão sobre a política em outros lócus sociais, como o cinema, a música e o esporte.

Figura 54 – Reflexão sobre a neutralidade na educação



Fonte: Autoria própria.

Figura 55 – Reflexão sobre a neutralidade na educação



Fonte: Autoria própria.

Figura 56 – Reflexão sobre a neutralidade política em outros espaços de interação social



Fonte: Autoria própria.

III) Discussão política, mas sem lentes visíveis:

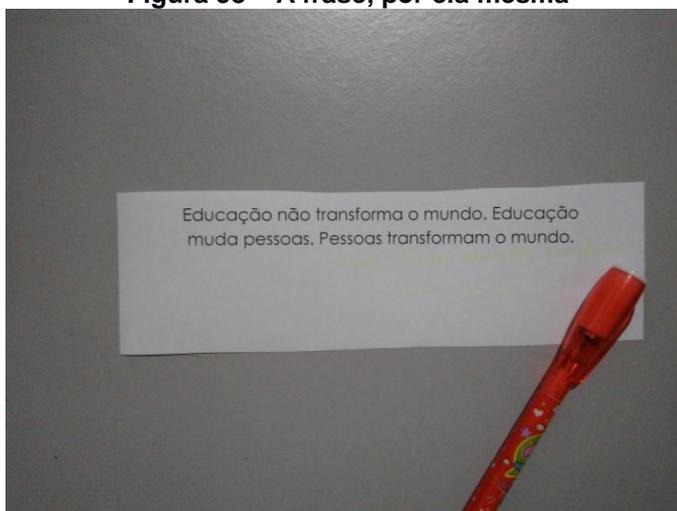
Objetivos e metodologia: ler e interpretar frases políticas em geral (Figuras 57, 58 e 59). O(a) estudante deverá, individualmente, pegar uma frase – das muitas possíveis –, ler e criticar o texto a partir de suas próprias perspectivas e concepções de mundo, sem qualquer auxílio externo e sem menção a quem escreveu a passagem. As sentenças expostas são de autores de todas as ideologias políticas existentes, e o fato de não se expor ostensivamente a autoria irá evitar julgamentos pré-concebidos, de forma a oportunizar que sejam interpretadas com a essência crítica e autônoma do próprio sujeito. Em nossa experiência, utilizamos uma caneta com tinta transparente que poderia ser lida apenas sob luz negra. Confira:

Figura 57 – Discussão política, mas sem lentes



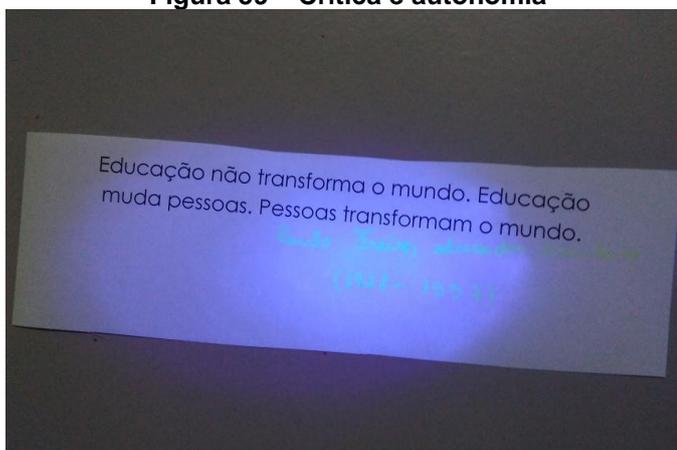
Fonte: Autoria própria.

Figura 58 – A frase, por ela mesma



Fonte: Autoria própria.

Figura 59 – Crítica e autonomia



Fonte: Autoria própria.

IV) simulação de votação, com personagens próximos à realidade juvenil:

Objetivos e metodologia: existem, na Internet, diversos aplicativos e softwares que simulam a urna eletrônica utilizada no Brasil (o próprio site do TSE, em épocas

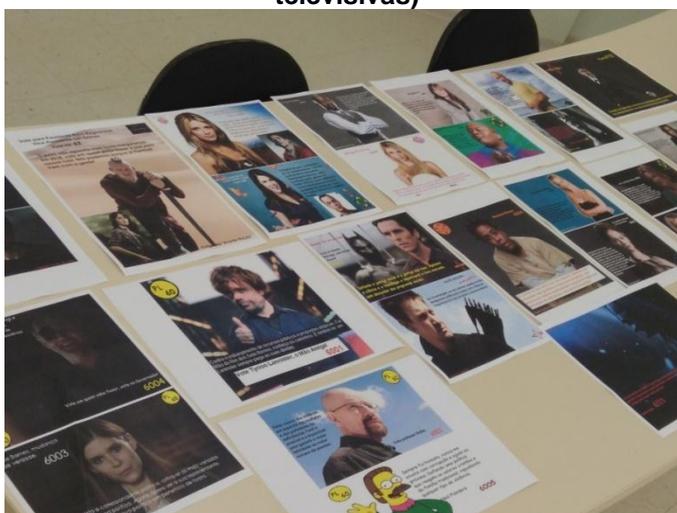
de eleição, disponibiliza um destes simuladores). Adotamos uma versão que possibilitava a criação de eleições personalizadas (cargo, participantes, eleitores, etc.) e, com isto, incluímos personagens fictícios de filmes, séries televisivas e desenhos animados, bem como artistas e bandas musicais, concorrendo aos cargos de deputado e presidente (Figuras 60, 61 e 62). O objetivo do exercício foi: a) apresentar a operacionalização da urna eletrônica; b) em conjunto com os conceitos teóricos sobre o sistema de votos brasileiro, demonstrar – na prática – como é apurado os candidatos eleitos através do sistema majoritário e proporcional; c) tendo como base o perfil político do personagem, foi elaborado o “santinho” de cada um(a) dos(as) candidatos(as), a fim de demonstrar que a política pode estar em todos os lugares e ações praticadas.

Figura 60 – Simulação de votação (artistas e bandas musicais)



Fonte: Autoria própria.

Figura 61 – Simulação de votação (personagens de filmes, desenhos animados e séries televisivas)



Fonte: Autoria própria.

Figura 62 – Simulação de votação (urna eletrônica)



Fonte: Autoria própria.

Muitas outras ideias, além destas, podem ser desenvolvidas e aplicadas. O universo de opções é vasto e muito bem aceito pelos(as) educandos(as), que gostaram bastante das experiências vivenciadas. Abaixo (Quadro 6), selecionamos alguns relatos dos(as) estudantes sobre estas práticas (estes depoimentos também servem como forma de desmistificar o que algumas pessoas costumam chamar de “desinteresse” do(a) estudante por tais temáticas):

Quadro 6 – O que os(as) estudantes acharam da discussão política em sala de aula?

- Aluna I1:** “O evento me possibilitou esclarecer conceitos sobre temas políticos que eu desconhecia. [...] A educação deve mostrar todos os lados e expor fatos, informando o aluno, e trazer para sala de aula temas políticos para serem debatidos.”
- Aluna I2:** “Acredito que deveria haver mais tempo para a atividade.”¹²⁷
- Aluna I3:** “O evento foi ótimo, contendo vários dados e explorando ambos os lados. A experiência de votar foi muito legal. Espero que tenham outros eventos como este.”
- Aluna I4:** “As ideias foram muito bem explicadas, ficando claro os conceitos não conhecidos até então. A simulação de uma eleição com candidatos fictícios foi muito legal.”
- Aluna I7:** “Materiais muito bons. Explicações boas. Deveria haver mais tempo, para discutir mais assuntos.”
- Aluna I17:** “10/10, muito boa a ideia da votação e dos cartazes dos partidos.”
- Aluno A6:** “De modo geral avalio a Mostra com nota 8,5, e os elogios seria pela dedicação, empenho, responsabilidade e comprometimento [...] em trazer assuntos tão relevantes que são pouco debatidos em sala de aula.”
- Aluno A9:** “Talvez falar mais sobre os atuais partidos que mais tem interferência no atual Brasil e mostrar talvez suas propostas já que a maioria que vai votar não pesquisa sobre o seu candidato ou partido.”
- Aluno A10:** “Auxiliou no entendimento de alguns conceitos e outros que não tinha ideia de como funcionavam.”
- Aluna A11:** “Excelente iniciativa, atividade que deve ser valorizada e ter seguimento nos próximos anos, principalmente aos terceiranistas.”
- Aluno M1:** “Achei bacana, dinâmico, de forma interessante e com muito conteúdo importante e necessário.”

Fonte: excertos dos questionários aplicados pelo pesquisador, junto aos alunos e alunas dos 3º anos do Ensino Médio Integrado do IFRS *Campus Ibirubá*, setembro e outubro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar. (Freire, 2017, p. 253)

Ah, a política... Nobre conceito que, de tão representativo e complexo, resta hoje tão banal e tão facilmente compreensível. Uma forma de pensar, um estado de espírito, algo que todos(as) dominamos como a palma de nossas mãos, mas que suscita, simultaneamente, tanto ignorância, ódio e menosprezo. Parece que superamos aquele momento histórico em que tudo e todos eram considerados apáticos e desinteressados, quando em comparação com gerações passadas, para, a partir de negativas formas de incentivos (corrupção, intolerância, egos e preconceitos), nos defrontarmos com uma sociedade que já não busca o bom debate – aquele rico em experiências, formador e modificador de opiniões, criador de caminhos de legitimação de políticas públicas e forma de estabelecimento de uma postura crítica e autônoma frente à temática.

Hoje, segundo uma determinada e bem específica corrente de pensamento (se é que podemos chamar de “corrente de pensamento” algo que se nega a pensar), a política não é bem-vinda em certos espaços de socialização pública. Refletir sobre o tema, sendo na escola, é doutrinação. O receio quanto às formas de censura é amplo: retaliação, desconfiança, medo. Contudo, o que estes ideólogos do pensamento despolitizado talvez não saibam – ou apenas não verbalizam – é que a reflexão política está inteiramente contida no cerne da educação. Não apenas na práxis escolar, mas nas legislações que regem toda a rotina educacional.

Falar da direita ou esquerda política, de partido A ou B, não significa descaminho da rotina escolar. Significa, dentro de um contexto próprio e oportuno e no respeito às opiniões diversas, formar o(a) estudante para a cidadania, preparando-o(a) para seu ingresso na vida social. Quer dizer que se está contextualizando e conferindo cor às realidades em que estes(as) educandos(as) se inserem, retirando a névoa que cobre as nuances cotidianas.

A apresentação das ideologias políticas, nestas páginas, serviu como mera aproximação inicial – e superficial – aos vieses possíveis. O mesmo pode ser dito dos partidos políticos brasileiros. A partir deste norte, cabe a cada um(a) ver qual a

perspectiva ou legenda política que parece melhor representar seus ideais e entendimento de vida e, então, estudar a fundo esta concepção ou agremiação, compreendendo o que defendem em relação a políticas sociais e econômicas, o que pensam sobre educação, infraestrutura, segurança, saúde, intervenção estatal, dentre outras pautas fundamentais.

Ainda sobre isso, não é demais repetir que o que trouxemos nas comunicações destas agremiações não representa em qualquer medida opinião ou posicionamento da autoria deste texto, sendo todas as informações coletadas diretamente dos documentos oficiais das próprias legendas, conforme informado nas fontes consultadas.

Ademais, devemos recordar que há muito mais a ser discutido sobre política, para muito além dos conceitos aqui discutidos. Em verdade, muito pouco trouxemos. Poderíamos destinar algumas poucas linhas, ao menos, para o trato de outras definições básicas como comunismo, fascismo, capitalismo, socialismo, liberalismo, social-democracia, totalitarismo, etc. Definições estas muito utilizadas e, às vezes, tão pouco entendidas. Neste ponto, devemos retornar à Apresentação desta pesquisa, e lembrar que estas páginas encontram-se inacabadas e invariavelmente desatualizadas. Porém, ao mesmo tempo, são todas contemporâneas e necessárias, e precisamos que novas ideias sejam aqui agregadas, desenvolvidas e realizadas.

Não estamos sugerindo que a política seja abordada em todos os momentos de sala de aula. Ao contrário, entendemos que a mesma deva ser trabalhada nos momentos oportunos em que este tipo de reflexão seja necessário. Nossa proposta aqui foi apontar os caminhos para a ação, desmistificando um dos grandes tabus da sociedade brasileira atual: aquele que prega que política não se discute. Também foi nosso objetivo derrubar outra crendice que se erige em nosso meio social, muito mais pernicioso, destrutivo e cujos efeitos, em se refletindo na prática escolar, poderão ser sentidos por muitas gerações: aquela que busca uma educação neutra, opaca e descontextualizada. Uma forma de ensino que, ao invés de imitar a vida, reflete uma paródia novelesca, cujos caminhos estão todos bem comportados e previamente definidos na estrutura social em que se insere. Uma escola, segundo dizem, sem partido... sem partido ou, talvez, de um único partido. Um partido que quer este ensino raso e sem vida.

Falar sobre política em sala de aula e outros ambientes sociais não pode ser visto como uma forma de resistência. Antes disso, tem a ver com sobrevivência: sobreviver às vontades e interesses de uma única classe, sobreviver aos mandos e desmandos de uma pequena oligarquia que insiste em apresentar o essencial da vida como algo restrito a um grupo reduzido. Enfim, é saber o que de fato acontece no mundo real, é entender e poder se posicionar frente às realidades que se apresentam em nosso dia a dia, sem nenhuma lente ou interesse que interfira e direcione nossos intentos. É resistir, mas também é viver. É sobreviver, mas também é se afirmar. É sobre isso que se trata discutir a política. É por esta causa que brigamos, apenas e somente por um direito inerente ao ser humano: poder exercer o pensamento com autonomia e criticidade, livre das amarras subjetivas da sociedade moderna. Enfim, é ser político. É um ser político. É ser humano. É ser cidadão.

NOTAS

1. O(a) educador(a) poderia selecionar mais do que uma opção, caso concordasse com a assertiva.

2. Pautas conservadoras buscam, além de outros aspectos, a manutenção de instituições políticas e sociais tradicionais. No contexto deste material textual, o avanço de pautas conservadoras sobre a educação corresponderia a tentativas de se voltar a um modelo educativo tradicional e travar a inserção de perspectivas progressistas no ambiente educativo. Para uma melhor compreensão acerca de conceitos como Conservadorismo e Progressismo, consultar as páginas 45 a 47 deste Guia.

3. O trabalho de pesquisa realizado neste capítulo foi conduzido de forma objetiva, isto é, desconsiderando as subjetividades que eventualmente envolvam tais legislações. O objetivo para tanto é claro: observamos que muitos(as) profissionais da educação têm medo ou receio de abordar temas políticos por acharem que não há amparo legal para isso. Assim, a análise objetiva das normas legais servirá para investigar se o legislador permite, ou não, esta prática pedagógica, de modo a fornecer caminhos legais a estes(as) educadores(as).

4. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 24 jan 20.

5. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/18c1dd68f96 be3e7832566ec0018d833/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em 24 jan 20.

6. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1215641>. Acesso em 24 jan 20.

7. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720 .nsf/0/832580830061F3188 3257CEB006BC7D4?OpenDocument>. Acesso em 24 jan 20.

8. Disponível em: <http://www.cmfi.pr.gov.br/projetos.php?p2=2180>. Acesso em 24 jan 20.

9. Para uma análise mais detalhada acerca do Escola Sem Partido, na perspectiva deste material textual, ver Silva (2019).

10. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CF88_Livro_EC91_2016.png. Acesso em 10 fev 19.

11. Fonte: sítio eletrônico do Escola sem Partido, disponível em <http://escolasempartido.org/faq>. Acesso em: 10 fev. 2019.

12. Para uma análise mais detalhada sobre as possibilidades que as disciplinas da área de Ciências Humanas possuem para o debate político, através de seus eixos temáticos, temas e subtemas, de acordo com os PCN, ver Silva e Oliveira (2018).

13. Dado o objetivo deste Guia ser apontar os caminhos para a reflexão política em sala de aula, nos limitaremos a examinar o que diz a Base quanto à temática proposta, não entrando no mérito, neste momento e espaço, quanto à análise dos impactos que a reforma do Ensino Médio de 2017 (Lei n.º 13.415/2017) e a referida BNCC representaram para a educação básica brasileira.

14. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 05 fev. 2019.

15. Este quadro-resumo, à primeira vista, poderá parecer demasiado extenso e rico em citações diretas e indiretas. Sobre ambas as circunstâncias, as entendemos como extremamente necessárias: sobre a extensão, os conhecimentos e competências trazidas pela BNCC somam quase 600 páginas, de modo que tentaremos apresentá-las em algumas poucas laudas. Em relação às citações, dado a nossa atual conjuntura política e a força que certos movimentos adquiriram – buscando impor seus interesses sobre a educação –, entendemos que restou necessário abrir mão, em alguns momentos, de nossa interpretação pura, e deixar que o próprio documento legal se apresente como é, para mostrar ao(à) educador(a) que, objetivamente, o legislador se mostra afeito à reflexão que aqui propomos e que isto precisa se refletir no espaço de sala de aula. Ademais, a Base apresenta as habilidades a serem adquiridas através de frases bastante sintetizadas, de forma que a compreensão do conteúdo poderia ser afetada se optássemos por resumir ainda mais tais apontamentos.

16. Como destacamos na apresentação deste Guia, apesar do nosso foco ser o Ensino Médio, também traremos elementos de outros níveis de ensino como subsídios para a discussão. Além disso, o processo de ensino-aprendizagem é um ato contínuo e a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental é, conforme art. 35 de nossa atual LDB, finalidade prevista para o Ensino Médio.

17. As habilidades e competências que destacaremos não representam um rol exaustivo de possibilidades para o debate sobre a realidade social, em suas diversas dimensões, contidas na BNCC. O(a) leitor(a) interessado(a) em uma determinada área precisará ler a Base em sua integralidade ou especificidade, para visualizar a totalidade de informações contidas neste extenso documento.

18. Freire (2014, p. 67).

19. A Base incentiva a reflexão oral quanto a fatos divulgados nos diferentes meios de comunicação. Derruba, com isso, um dos argumentos trazidos pelo movimento ESP, que entende que desviar-se “[...] frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” (ESCOLA, [201-?]) seja uma forma de doutrinação ideológica conduzida por educadores(as).

20. O dever de n.º 03 do professor, proposto pelo ESP, determina que a classe docente não poderá incitar os(as) estudantes a participar de manifestações, atos públicos e passeatas (PROGRAMA, c2019). Com estas habilidades trazidas pela BNCC, a propositura do movimento resta superada, dado a previsão expressa de produção de textos que possam refletir sobre problemáticas que convoquem para uma ação.

21. O texto da Base permite que seja levado à sala de aula programas e propagandas políticas, para análise dos distintos textos legais. Inclusive, propicia a análise das propostas e suas sustentações e o posicionamento quanto aos temas discutidos (podendo aqui fazer um paralelo bastante interessante entre as defesas e contrariedades da Direita e da Esquerda, e dos partidos que representam estes vieses). O material que trazemos nestas páginas poderá casar muito bem com o disposto nesta habilidade, que visa, justamente, levar um pouco de conhecimento a esta área ainda tão árida de informações.

22. Algumas formas de manifestações artísticas receberam muitas críticas nos últimos anos, dado seu caráter de denúncia contra algum problema ou dimensão social. A partir desta competência, desestruturamos tais críticas, demonstrando que a BNCC requer a utilização destas práticas como problematizadoras das vivências sociais.

23. Nos seguintes sítios eletrônicos, temos alguns exemplos das críticas recebidas por escolas que se propuseram a abordar, artisticamente, temas entendidos por certos segmentos sociais como polêmicos:

<https://24horas.com.br/parana/londrina/exposicao-artistica-provoca-polemica-em-escola-de-cambe/> e https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/10/interna_cidadesdf,679773/apresentacao-de-peca-de-educacao-sexual-em-escola-do-df-gera-polemica.shtml. Acesso em 06 fev. 2019.

24. A BNCC sugere, a título de exemplo, a abordagem de assuntos como taxa de juros, inflação e impostos, com atuação conjunta à disciplina de História, que serviria para uma melhor contextualização dos impostos em sociedades diversas. Há que se perceber que a abordagem de um tema como este – os impostos em sociedades diversas – já implicaria uma discussão bem mais pormenorizada, para que possa restar compreensível aos estudantes (não apenas o que é o imposto, mas quais suas funções, por que um tipo de governo procura recolher mais e outro menos, quais suas implicações na economia e na sociedade em geral). Indo além, a Base reduz a termo que uma abordagem interdisciplinar, como tal, envolveria as “[...] dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro.” (BRASIL, 2018, p. 269).

25. Como podemos observar, apesar do esforço de movimentos conservadores em retirar da BNCC a palavra “Gênero” e trechos que versavam sobre o respeito à orientação sexual dos demais (TOMMASELLI, 2018), bem como o ataque de algumas vertentes sociais e políticas ao que intitulam “ideologia de gênero”, vemos que a BNCC considerou a importância de manter em suas páginas a discussão sobre as diversas dimensões da sexualidade humana.

26. Tais conflitos ganham notoriedade à luz desta pesquisa, pois possibilitam a inserção de outros conceitos chaves da política que, normalmente, são relegados da sala de aula: por exemplo, ao se discutir a Revolução Francesa, pode-se contextualizar o surgimento da Direita e Esquerda política e, ao se debater sobre Revolução Industrial, parte-se para o entendimento das formas econômicas que moldaram nossa sociedade moderna.

27. Ao falarmos sobre a influência das crenças e religiões sobre outras dimensões da vida pública, podemos citar um exemplo bastante atual desta ocorrência: a atual chefe da pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que “não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja.” Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damares-alves,70002636241>. Acesso em 06 fev. 2019.

28. Alvo de grande discussão neste novo Ensino Médio, os itinerários formativos não ganham maiores destaques na BNCC, tendo este documento o objetivo de tratar sobre a formação geral básica (competências e habilidades). Sobre os itinerários formativos, é estabelecido que a sua definição “[...] e dos seus respectivos arranjos curriculares deve ser orientada pelo perfil de saída almejado para o estudante [...] e deve ser estabelecido pela instituição ou rede de ensino, considerando os interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-secundário e de inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2018a, p. 08). Por isto, nossa análise aqui se resume ao exame da formação geral básica do currículo escolar.

29. Mesmo sendo longa, fizemos questão de apresentar esta citação da forma como trazida na BNCC. O texto é incisivo quanto ao perfil de estudante que espera que a escola forme: crítico, autônomo e ético, que possa problematizar a realidade em que se insere, sendo protagonista de sua vivência. Ademais, algo que certos movimentos sociais criticam negativamente em nossa conjuntura atual, a Base incentiva a participação da classe discente em intervenções e outros tipos de manifestações desenvolvidas na escola e, também, em outros locais. Portanto, se este documento normativo espera das instituições de ensino este tipo de conduta, temos, de forma repetitivamente positiva, um claro estímulo para que a instituição escolar incentive à participação discente em manifestações e outras formas de eventos artísticos e culturais.

30. Novamente abusamos de uma citação longa. Entretanto, uma vez mais, a julgamos necessária. Pois, que bela forma é esta de sobrepujar o discurso daqueles que querem ver uma educação neutra e abstrata, uma educação que prepare educandos(as) para uma vida de novela – que inexiste na prática –, do que lhes apresentar a letra fria de uma norma legal, que diz, justamente, o contrário? Falar sobre esquerda ou direita, sobre o partido político A ou B e até mesmo sobre o histórico de um(a) determinado(a) candidato(a) é não apenas aceitável como incentivado. O que se espera é que a escola contribua efetivamente para uma formação cidadã, e para que se possa exercer a cidadania de forma plena é necessário o conhecimento sobre a prática política existente na práxis social. Por isso, caro(a) leitor(a), citar e/ou utilizar material político em sala de aula não é doutrinação ideológica, é necessidade e imperiosidade educacional. A quem poderia interessar, afinal, neutralizar a educação e calar o discurso político?

31. Sempre é bom recordar que, segundo o Escola Sem Partido, “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor: se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” (ESCOLA, [201-?]). Por outro lado, a BNCC (2018, p. 522), documento normativo para a Educação Básica brasileira, prevê a habilidade EM13LP42, que sugere “Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global”. Temos, portanto, um documento legal de força normativa que incentiva a prática exposta, e um discurso ideológico que estereotipa a conduta como doutrinação. Baseado nisto, quem está tentando doutrinar: uma legislação com um viés voltado à cidadania e adotado por diversos governos, ou um posicionamento de um único segmento conservador?

32. No tocante a categoria “trabalho”, chama a atenção que a BNCC cita nominalmente alguns autores que podem ser contextualizados, a partir de suas contribuições. Dentre estes, destacamos o pensamento de Karl Marx – figura bastante criticada por certos segmentos sociais contemporâneos dado sua constante utilização em referências teóricas progressistas –, que é, ao lado de Max Weber e Émile Durkheim, autores indicados nominalmente para se trabalhar as variáveis da categoria “trabalho”. Ainda, a Base determina que “[...] Seja qual for o caminho ou os caminhos escolhidos para tratar do tema, é importante destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais” (BRASIL, 2018, p. 568). Chamamos a atenção para esta citação devido a possibilidade aberta à classe docente de optar por um ou outro – ou todos – os autores indicados. Com isso, queremos dizer que esta Base não impõe a utilização ou não de um ou outro autor ou referencial teórico, como alguns movimentos pretendem ao dizer, por exemplo, quererem retirar da sala de aula uma ou outra corrente ideológica.

33. A Internet é lócus ideal para que diferentes opiniões circulem. Entretanto, principalmente em redes sociais, a maioria das relações ocorre a partir de bolhas, onde se trocam informações e pontos de vista com base em gostos e concepções semelhantes. Os famosos “grupos”, “páginas” e “comunidades” são bons exemplos disto.

34. Conforme poderá ser observado, a maior parte dos conceitos que traremos foram retirados da obra de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), intitulada “Dicionário de Política”. Dentre outros tantos, optamos por selecionar este referencial

teórico por tratar-se de um compêndio que resume, em suas mais de mil páginas, diversos conceitos que auxiliam a compreensão, com maior nível de complexidade, das nuances que permeiam o mundo político. Desta forma, quando se tratar deste único referencial teórico adotado para todo o item e para que não seja atrapalhada a fluidez dos textos, traremos os créditos autorais através de nota de rodapé. Quando houver mais do que uma fonte utilizada, seguiremos o padrão de citações no corpo do texto. Para outros momentos em que realizarmos citações, interpretações, exemplificações ou complementações de autoria próprias julgadas necessárias, utilizaremos a expressão abreviada N.A. (nota do autor).

35. Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

36. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/acr%C3%B3pole-partenon-atenas-gr%C3%A9cia-12044/>. Acesso em fev. 2019.

37. Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

38. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/fran%C3%A7a-revolu%C3%A7%C3%A3o-francesa-63022/>. Acesso em 11 fev. 2019.

39. Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

40. Disponível em: http://agrega.juntadeandalucia.es/repositorio/05022016/6d/es-an_2016020513_9144736/educacion_adultos/s_bl9_t1.pdf. Acesso em 11 fev. 2019.

41. A conceituação que aqui apresentamos é bastante genérica e ampla, buscando caracterizar aquilo que mais se destaca de cada uma das ideologias (Direita e Esquerda). Entretanto, cabe citarmos Tavares (2016), quando o autor nos lembra que os termos não são estáticos, possuindo, ao contrário, um “[...] caráter posicional, relativo e, em consequência, evolutivo.” (ibid., p. 44).

42. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luís_XVI_de_França. Acesso em 11 fev. 2019.

43. Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Giddens (1999; 2008).

44. Apesar de não ser objeto direto deste Guia, optamos por incluir a figura dos partidos Republicano e Democrata, dos EUA, para que o leitor e eleitor brasileiro perceba também as influências políticas internacionais que sofrem os nossos

próprios partidos políticos (que serão apresentados mais à frente). As informações aqui trazidas, com referência ao Partido Republicano, foram retiradas do site oficial do *Republican Party*, disponível em <https://www.gop.com/>. Acesso em 03 jul. 2018.

45. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Republican_Disc.svg. Acesso em fev. 2019.

46. As informações aqui trazidas, com referência ao Partido Democrata, foram retiradas do site oficial do *Democrat*, disponível em <https://www.democrats.org>. Acesso em 03 jul. 2018.

47. Disponível em: <https://democrats.org/>. Acesso em fev. 2019.

48. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Brazil_\(1870%E2%80%931889\).svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Brazil_(1870%E2%80%931889).svg). Acesso em 12 fev. 2019.

49. Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

50. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/>. Acesso em 20 fev. 2019.

51. Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

52. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/anarquista-s%C3%ADmbolos-anarquia-40386/>. Acesso em 20 fev. 2019.

53. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica/urna-eletronica>. Acesso em fev. 2019.

54. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em 22 fev. 2019.

55. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/07/2017; Programa; “Sobre o Partido”; “Palavra do Presidente” e “História”; todos disponíveis em <https://www.prb10.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

56. Disponível em: <https://www.prb10.org.br/servicos/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

57. Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 06/03/2018; Manifesto; Programa; Código de Ética; História do Partido e “O Progressistas Hoje”; todos disponíveis em <http://www.pp.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

58. Disponível em: <http://www.pp-rs.org.br/downloads/logomarca-jpg>. Acesso em fev. 2019.

59. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 12/03/2015; Ideologia; Programa e Manifesto; todos disponíveis em <http://www.pdt.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

60. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/material-de-divulgacao/kit-engajamento/>. Acesso em fev. 2019.

61. Disponível em: <https://pt.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

62. Fontes e referências consultadas: Estatuto, com alterações aprovadas em 29/10/2015; “Carta de Princípios”; “Nossa História”; Código de Ética e Manifesto de Fundação; todos disponíveis em <http://www.pt.org.br/>. Acesso em abr. 2018.

63. Disponível em: <https://ptb.org.br/biblioteca/?categoria=identidade-visual>. Acesso em fev. 2019.

64. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/11/2016; Programa e Diretrizes; todos disponíveis em <https://ptb.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

65. Fontes e referências consultadas: Código de Ética; Programa Partidário; Nossa História e Estatuto, publicado no DOU em 07/11/2017; todos disponíveis em <https://www.mdb.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

66. Disponível em: https://www.mdb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/MANUAL_MDB_2018_v3.pdf. Acesso em fev. 2019.

67. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

68. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 17/03/2013; “Proposta de Manifesto” e “Conheça o PSTU”; todos disponíveis em <https://www.pstu.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

69. Disponível em: <https://www.psl.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

70. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 21/12/2011 e “Nossas Ideias/Em que Acreditamos”; todos disponíveis em <http://www.psl.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

71. Disponível em: <https://redesustentabilidade.org.br/2016/05/30/manual-de-identidade-visual-da-rede-pode-ser-acessado-pelo-site/>. Acesso em fev. 2019.

72. Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 01/12/2017; “A REDE”; “Conheça”; Manifesto; e Princípios e Valores; todos disponíveis em <https://redesustentabilidade.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

73. Disponível em: <http://www.podemos.org.br/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

74. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 08/11/2016; Princípios; História e “Modo Podemos”; todos disponíveis em <http://podemos.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

75. Disponível em: <http://www.psc.org.br/biblioteca/>. Acesso em fev. 2019.

76. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 07/06/2017; Missão e Valores; Manifesto Social Cristão; Programa Nacional e Entrevista/Sabatina, todos disponíveis em <http://www.psc.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

77. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/735/>. Acesso em fev. 2019.

78. Fontes e referências consultadas: Manual de Organização Partidária; Histórico do PCB; “Como se Organizar no PCB?”; “O que é o Partido Comunista?”, todos disponíveis em <https://pcb.org.br/>; e Estatuto, de 23/03/2008, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-pcb-de-23-3-2008-resolucao-tse-no-no-23-072-dje-de-24-6-2009>. Acesso em jul. 2018.

79. Disponível em: http://www.partidodarepublica.org.br/partido/logomarcas_pr.html. Acesso em fev. 2019.

80. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 02/05/2015; História do Partido da República; Manifesto; Programa e Apresentação; disponíveis em <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/index.php>. Acesso em jun. 2018.

81. Disponível em: <http://www.pps.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

82. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 06/12/2013; Manifesto; Código de Ética; Manual XIX Congresso Nacional; todos disponíveis em <http://www.pps.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

83. Disponível em: <http://www.dem.org.br/biblioteca-2/>. Acesso em fev. 2019.

84. Fontes e referências consultadas: Manifesto; Ideário; Código de Ética; Princípios; Diretrizes e Estatuto, de 12/12/2007; todos disponíveis em <http://www.dem.org.br>. Acesso em jun. 2018.

85. Disponível em: <https://www.democraciacrsta.org.br/downloads-2/>. Acesso em fev. 2019.

86. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 27/06/2017, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-psdc-de-27-6-2017-deferido-em-17-5-2018>; Ato de Confirmação; Manifesto; Rituais e Programa; todos disponíveis em <https://www.democraciacrsta.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

87. Disponível em: <http://prt.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

88. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 30/01/2004; Histórico; “História do PRTB em vídeo”; Programa; Vídeo “Fórum da direita une o país contra a esquerda”; “Programa Brasil 21”, todos disponíveis em <http://prtbt.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

89. Disponível em: <https://pco.org.br/#>. Acesso em fev. 2019.

90. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 09/12/1995, Ideologia e “Informe Político”, todos disponíveis em <https://pco.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

91. Disponível em: <https://novo.org.br/material-oficial/>. Acesso em fev. 2019.

92. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 28/06/2017; informações gerais contidas no sítio eletrônico oficial do partido; todos disponíveis em <https://novo.org.br/estatuto-e-seus-diferenciais/>. Acesso em jul. 2018. Também foi utilizado e-mail recebido do “Partido NOVO - Fale Conosco”.

93. Disponível em: <http://phs.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

94. Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 10/02/2015; “Conheça o PHS” e Doutrina Partidária; todos disponíveis em <http://phs.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

95. Disponível em: <https://pmn.org.br/identidade-visual-logos/>. Acesso em fev. 2019.

96. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 30/03/2017, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-de-23-7-2016-aprovado-em-30-3-2017>; História; Manifesto e Programa; todos disponíveis em <https://pmn.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

97. Disponível em: <http://www.pmb.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

98. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 31/10/2017; História; Ideais; Objetivos e Programa, todos disponíveis em <http://www.pmb.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

99. Disponível em: <http://www.ptc36nacional.com.br/>. Acesso em fev. 2019.

100. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 20/02/2017, e Programa, todos disponíveis em <http://www.ptc36nacional.com.br/>; e Propaganda Partidária “PP 371-96”, de 18/05/2017, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VQ47yr8piXo>. Acesso em jun. 2018.

101. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/documentos/>. Acesso em fev. 2019.

102. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 29/06/2015; Código de Ética; Manifesto e Programa; todos disponíveis em <http://www.psb40.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

103. Disponível em: <http://pv.org.br/identidade-visual/>. Acesso em fev. 2019.

104. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/11/2011; Programa e os “12 Valores do PV”; todos disponíveis em <http://pv.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

105. Disponível em: <http://www.prp.org.br/downloads/logotipos.asp>. Acesso em fev. 2019.

106. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 16/10/2017, e “História do Partido”, todos disponíveis em <http://www.prp.org.br/abertura/index.asp>. Acesso em jul. 2018.

107. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/conheca/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

108. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 09/12/2015; História e vídeo “PSDB 30 anos”; todos disponíveis em <http://www.psdb.org.br/>; e “Programa, Introdução e Diretrizes Básicas”, disponível em <http://psdb-mg.org.br/>. Acesso em abr. 2018.

109. Disponível em: <http://psol50.org.br/identidade/>. Acesso em fev. 2019.

110. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 01/04/2010; Programa e História, todos disponíveis em <http://psol50.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

111. Disponível em: <http://patriota51.org.br/mdocuments-library/>. Acesso em fev. 2019.

112. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/08/2017, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-patriotade-26-8-2017-aprovado-em-26-4-2018>; site oficial do PATRIOTAS, disponível em <http://patriota51.org.br>; e canal do partido no YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCYBs7dWzkm4a-csLGXgCYPw>. Acesso em jun. 2018.

113. Disponível em: <http://partidopatrialivre.org.br/2018/download/>. Acesso em fev. 2019.

114. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 20/03/2016; Programa e Manifesto à Nação; todos disponíveis em <http://partidopatrialivre.org.br/2018/>. Acesso em jun. 2018.

115. Disponível em: <http://psd.org.br/downloads/#marca>. Acesso em fev. 2019.

116. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 16/12/2016; Princípios e Valores; Diretrizes Iniciais; Linha do Tempo e Novas Bandeiras, todos disponíveis em <http://psd.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

117. Disponível em: <https://pcdob.org.br/identidade-visual/>. Acesso em fev. 2019.

118. Fontes e referências consultadas: Apresentação do Partido; Programa e Estatuto, alterado pelo 14º Congresso do PCdoB, ocorrido entre 17 e 19/11/2017; todos disponíveis em <https://pcdob.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

119. Disponível em: <http://avante70.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

120. Fontes e referências consultadas: Estatuto Consolidado, de 25/04/2017 e site oficial do AVANTE, todos disponíveis em <http://avante70.org.br/>; e canal do partido no Youtube, disponível em https://www.youtube.com/channel/UC8O38rwnn6S_tJxiGZ1bePA. Acesso em jul. 2018.

121. Disponível em: <http://www.solidariedade.org.br/downloads/logo-solidariedade-nacional/>. Acesso em fev. 2019.

122. Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 28/06/2018; “Programa Operacional”; “Missão, Visão e Valores”; “Nossas Bandeiras”; “Ideologia e Diretrizes” e “História”, todos disponíveis em <http://www.solidariedade.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

123. Disponível em: <http://www.pros.org.br/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

124. Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 05/01/2014 e “Bandeiras do Partido”, todos disponíveis em <http://www.pros.org.br/>; e canal do PROS no YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/user/Prosnacional/videos>. Acesso em jul. 2018.

125. A pesquisa principal que originou este estudo foi desenvolvida junto aos(as) alunos(as) citados(as) (3º anos do Ensino Médio). Entretanto, as atividades pedagógicas ocorreram em espaços de visitação abertos ao público em geral, de forma que estudantes das mais variadas idades, turmas e séries acompanharam as práticas sugeridas. Dado que um número suficiente destes(as) educandos(as) não permitiram o uso de suas imagens para qualquer fim, daremos, neste espaço, prioridade para a utilização de fotos em que não apareçam quaisquer estudantes, como forma de resguardar o direito de imagem destes(as) jovens.

126. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ibiruba/mostra-busca-refletir-sobre-educacao-politica/>. Acesso em 22 fev. 2019.

127. Fizemos questão de trazer o posicionamento da aluna I2, dado que a solicitação de mais tempo para atividades práticas de reflexão política foi vista em 56,25% das respostas dos(as) discentes entrevistados(as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Vitor Amorim de. Monarquia e República – Entenda a transição entre essas duas formas de governo. **Educação UOL**, [S./], [20--]. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/monarquia-e-republica-entenda-a-transicao-entre-essas-duas-formas-de-governo.htm>. Acesso em: 19 fev. 19.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. 1., 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [Código Eleitoral (1965)]. **Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. [LDB (1996)]. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Apresentação dos Temas Transversais – Ética. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF: 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**: Parte I - Bases Legais. Brasília, DF: 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 5/ 2011**: Define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 24 jan. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. **Código eleitoral comentado e legislação complementar**. Rio de Janeiro: EJE/SAD/CADOC, 2012. Disponível em: http://www.tre-rj.gov.br/site/gecoi_arquivos/131020171517_arq_071809.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. **Voto branco x voto nulo**: saiba a diferença. Espírito Santo, 15 out. 2014. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Outubro/voto-branco-x-voto-nulo-saiba-a-diferenca>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. **Votos nulos e brancos não anulam o pleito**. Distrito Federal, 21 ago. 2014a. Disponível em: <http://www.tre-df.jus.br/imprensa/noticias-tre-df/2014/Agosto/votos-nulos-e-brancos-nao-anulam-o-pleito>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: [2018?]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento que apresenta o texto da Base Nacional Comum Curricular na íntegra**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 21 de novembro de 2018**. [Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio]. Diário Oficial da União: seção 1: Brasília, DF: 2018a. p. 21-24, 22 nov. 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Flagrando o Doutrinador**. [S.l.], [201-?]. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futura da social-democracia. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GUIMARÃES, Camila; SEMIS, Laís. 32 respostas sobre a Base Nacional Comum Curricular. **Nova Escola**, [S.l.], 06 abr. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 11 fev. 19.

LEVIN, Yuval. **O grande debate**: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. **O Livro Urgente da Política Brasileira**: um guia para entender a política e o Estado no Brasil. [S.l.] 3. ed. dez. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.politize.com.br/curadoria-livro-urgente-politica>. Acesso em: 10 fev. 2019.

POLITIZE. **Sistemas e Formas de Governo**: O que são?. [S.l.] 05 maio. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.politize.com.br/ebook-sistemas-formas-governo>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **#EscolaSemPartidoJá**. [S.l.], c2019. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte nos dias 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: dez. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>. Acesso em: 12 dez. 2017.

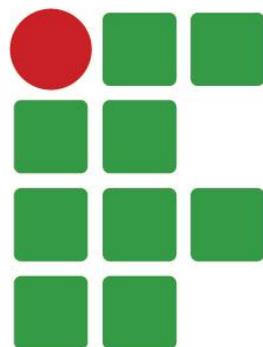
SILVA, Luiz Felipe Kopper da. **Educação Política**: Uma discussão necessária na busca por uma educação integral. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Luiz Felipe Kopper da; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. A Política no Currículo Escolar: o avanço de pautas conservadoras sobre um tema necessário à sociedade. *In*: Encontro da Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação - "História da Educação: Sensibilidades, patrimônio e cultura escrita", 24., 2018, São Leopoldo. **Anais eletrônicos [...]** São Leopoldo: UNISINOS, 2018. p. 47-62. Disponível em:

<https://aspheunisinos2018.wixsite.com/historiadaeducacao/anais>. Acesso em: 08 fev. 2019.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita**: guia histórico para o século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola Sem Partido**: Indícios de uma educação autoritária. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018.



INSTITUTO FEDERAL

Rio Grande do Sul

“Aquele que nunca passou fome pode argumentar elegantemente sobre a sujeição de seu apetite e aquele que jamais conheceu a penúria pode discorrer belamente sobre o poder dos princípios. Mas a pobreza, como o luto, tem uma surdez incurável e nunca ouve; a oratória perde seu apelo e ‘ser ou não ser’ se torna apenas uma pergunta.” (Thomas Paine)

E-Mails:

felipe.kopper@outlook.com

augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br



O trabalho "Onde tem escola, tem política: Um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula" de Luiz Felipe Kopper da Silva e Maria Augusta Martiarena de Oliveira está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).